

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

EMANUELLE ALÍCIA SANTOS DE VASCONCELOS

**DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO: 1993 - 2009.**

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

EMANUELLE ALÍCIA SANTOS DE VASCONCELOS

**DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO: 1993 - 2009.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências de conclusão do Curso de Mestrado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

EMANUELLE ALÍCIA SANTOS DE VASCONCELOS

**DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO: 1993 - 2009.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para conclusão do curso de Mestrado em Economia.

Submetida à apreciação da banca examinadora, sendo aprovada em : ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Departamento de Economia/PPGE – UFPB
Orientador

Prof. Dr. Magno Vamberto Batista da Silva
Departamento de Economia/PPGE – UFPB
Examinador Interno

Prof. Dra. Lúcia Maria Góes Moutinho
Departamento de Letras e Ciências Humanas/ PADR-UFRPE
Examinador Externo

A minha família. Especialmente aos meus pais, Carmem e Ramos; a minha irmã Eloísa Rafaela e ao meu companheiro de todos os momentos, João Paulo Macena.

AGRADECIMENTOS

A Deus por estar sempre regendo minha vida, por me possibilitar a convivência com pessoas edificantes e por guiar minhas decisões;

Aos meus pais, Carmem e Ramos, por sempre terem me mostrado a importância do saber, pelos valores transmitidos, carinho e amor a mim dedicados;

A minha avó, Maria das Dores (in memorian), por todo carinho e dedicação que sempre me teve durante toda sua vida.

A minha irmã, Eloísa Rafaela, por todo apoio e compreensão;

A minha prima Rita pelo incentivo constante;

Ao meu esposo e melhor amigo, João Paulo, por toda compreensão, carinho e amor, por sempre ter acreditado em mim;

Ao professor e orientador, Ivan Targino, por todos os conhecimentos transmitidos, pela presteza em me atender em todos os momentos em que precisei, pela paciência e sugestões preciosas;

Ao professor Magno Vamberto, pela gentileza ao aceitar fazer parte da banca examinadora, por ter me concedido a oportunidade de ser uma pesquisadora acadêmica;

À professora Lúcia Maria Góes Moutinho pela atenção e disponibilidade de participar da avaliação desse trabalho;

Aos professores Ademário Félix, Nelson Rosas, Paulo Fernando e Marta Van der Linden pelos conhecimentos transmitidos, tão significantes para minha formação acadêmica;

Aos caros colegas e amigos da turma de mestrado, Ramailda, Maria de Fátima, Fernanda Leite, Sabrina e Laércio. Especialmente aos companheiros de todos os momentos, Allyne, Danilo, Fernanda Braga e Juliana, pela amizade sincera e pelos conhecimentos compartilhados;

Às secretárias do mestrado, Teresinha, Risomar e Carol por toda atenção durante o curso;

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para elaboração desse trabalho.

“A aprendizagem é a nossa vida, desde a juventude até à velhice. De fato, quase até à morte; ninguém vive durante dez horas sem aprender”. (Paracelso)

RESUMO

Historicamente, a elevada informalidade tem sido uma das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro. A partir dos anos 1990, em um contexto de desestruturação do mercado de trabalho, a informalidade atinge elevadas proporções, passando a ser rediscutida com mais ênfase no meio acadêmico. O objetivo desse trabalho é investigar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1993 e 2009, sob a ótica do dinamismo do crescimento econômico. O debate sobre o tema não se apresenta de forma consensual, o que confere à literatura especializada uma forma controversa de apresentar o tema. Desse modo, a revisão da literatura pautou-se na abordagem de algumas concepções acerca da informalidade, ressaltando-se o grande debate que gravita em torno do tema. Os dados referentes à informalidade no mercado de trabalho brasileiro originaram-se dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) e indicaram que nos anos 1990, em um contexto de baixo dinamismo econômico, o nível de informalização, embora em proporções elevadas, manteve-se praticamente inalterado durante toda a década, o que contraria os resultados apresentados pela literatura nacional. Nos anos 2000, em um contexto de recuperação da economia, os níveis de informalização apresentaram considerável redução. Porém, apesar desse recuo, ainda se tem um elevado contingente de trabalhadores exercendo atividades informais, em condições precárias de trabalho, que atinge sobretudo, as classes mais pobres da sociedade, mulheres, não-brancos, indivíduos domiciliados na zona rural e com baixos níveis de escolaridade.

Palavras-chave: Informalidade. Mercado de Trabalho. Crescimento econômico.

ABSTRACT

Historically, the higher informality has been one of the structural characteristics of the Brazilian labour market. Since 1990, in a context of the labour market disruption, informality reaches its highest levels, being revisited with more emphasis on the academy. The aim of this work is to investigate the dynamics of informality in the Brazilian labour market between 1993 and 2009, from the perspective of the dynamism of economic growth. The debate on the subject does not come to a consensus, which gives the literature a controversial way to present the theme. Thus, the literature review was based on the approach of some conceptions of informality, emphasizing the great debate that surrounds the theme. The referring data for the Brazilian labour market informality was originated from the National Household Sample Survey (PNAD) microdata which indicated that in a context of low economic dynamism during the 90s, despite of its high proportions, the level of informality remained virtually unchanged throughout the decade, which contradicts the results presented by the national literature. In the 2000s in a context of economic recovery, informality levels showed considerable reduction. However, despite this result there still exist a huge number of informal labourers within poor working conditions, which mainly affects the poorest classes of the society, women, non-whites, individuals residing in rural area and low schooling.

Keywords: Informal. Labour Market. Economic growth.

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1:</i> Classificação do setor de serviços segundo as PNADS de 1993, 1999, 2004 e 2009.	45
<i>Tabela 2:</i> Variáveis selecionadas para a análise descritiva	47
<i>Tabela 3:</i> Classificação das ocupações em formais e informais	48
<i>Tabela 4:</i> Classificação das ramos de atividade, segundo os grandes setores.	49
<i>Tabela 5:</i> Varáveis utilizadas para estimação do Probit.....	53
<i>Tabela 6:</i> Brasil, Evolução das ocupações no mercado de trabalho (1993-2009).....	55
<i>Tabela 7:</i> Brasil, Dinamismo Econômico – Indicadores Selecionados (1993-2009)	56
<i>Tabela 8:</i> Brasil, Ocupação formal e informal (1993-2009).	60
<i>Tabela 9:</i> Brasil, Grau de informalidade segundo as três definições do IPEA (1993-2009)..	61
<i>Tabela 10:</i> Brasil, Participação setorial no emprego total (1993-2009).....	66
<i>Tabela 11:</i> Brasil, Nível de formalização, segundo os setores econômicos, 1993-2009 (%) ..	67
<i>Tabela 12:</i> Brasil, Ocupação formal e informal, segundo os setores econômicos (1993-2009)	69
<i>Tabela 13:</i> Brasil, Nível informalização segundo os ramos dos setores econômicos (1993- 1999) (%).....	71
<i>Tabela 14:</i> Brasil, Nível informalização segundo os ramos dos setores econômicos (2004- 2009) (%).....	73
<i>Tabela 15:</i> Brasil, Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2009 (%).	75
<i>Tabela 16:</i> Brasil e regiões, Nível de formalização no mercado de trabalho, 1993 - 2009 (%).....	77
<i>Tabela 17:</i> Cinco grandes regiões, Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2009 (%).....	79
<i>Tabela 18:</i> Brasil e regiões, Média das horas trabalhadas por semana (1993-2009)..	83
<i>Tabela 19:</i> Brasil, Média das horas trabalhadas por semana segundo a posição na ocupação (1993-2009).	85

<i>Tabela 20:</i> Brasil, Salário-hora médio por ocupação (1993- 2009).....	86
<i>Tabela 21:</i> Brasil, Renda Média Mensal por ocupação (1993-2009).....	87
<i>Tabela 22:</i> Brasil, Taxa de participação na ocupação informal, conforme sexo e cor (1993 - 2009).....	89
<i>Tabela 23:</i> Brasil, Taxa de participação por posição na ocupação informal, conforme sexo (1993-2009) (%)	91
<i>Tabela 24:</i> Brasil, Taxa de participação por posição na ocupação informal, conforme raça, (1993-2009) (%)	93
<i>Tabela 25:</i> Brasil – Participação da população ocupada segundo os segmentos formal e informal , por níveis de escolaridade, 1993-2009,(%).....	95
<i>Tabela 26:</i> Brasil – Grau de informalização segundo os níveis de escolaridade, 1993-2009, (%)	96
<i>Tabela 27:</i> Parâmetros estimados do modelo <i>probit</i> - fatores determinantes da ida do trabalhador para as ocupações informais, 1993.....	98
<i>Tabela 28:</i> Parâmetros estimados do modelo <i>probit</i> - fatores determinantes da ida do trabalhador para as ocupações informais, 2009.....	99

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<i>Figura 1:</i> Esquema de funcionamento do mercado de trabalho	40
<i>Gráfico 1:</i> Brasil- Participação da remuneração dos empregados na Renda Nacional (1993-2009)	59
<i>Gráfico 2:</i> Brasil, Taxa de participação setorial no emprego total (1993-2009)	66
<i>Gráfico 3:</i> Brasil, Média de anos de estudos segundo a ocupação formal e informal, (1993-2009)	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	16
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Estrutura do Trabalho	17
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 Keith Hart e a missão da OIT ao Quênia : contribuições teóricas.....	21
2.2 Debate Teórico acerca da Informalidade no Brasil	30
2.3 Fatores Determinantes da Informalidade	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 Base de Dados e Tratamentos	44
3.2 Análise Descritiva	46
3.3 Modelo Econométrico	49
3.3.1 Modelo Probit.....	50
4 DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1993 E 2009	54
4.1 Mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000	54
4.2 A informalidade no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000.....	59
4.2.1 A informalidade no mercado de trabalho, segundo os setores de atividade econômica..	65
4.2.2 A informalidade no mercado de trabalho, segundo as formas de inserção na ocupação.	74
4.2.3 A informalidade no mercado de trabalho, segundo as cinco grandes regiões	77
4.3 Jornada de trabalho e rendimentos nas ocupações informais.....	82

5 PERFIL DOS TRABALHADORES NAS OCUPAÇÕES INFORMAIS	88
5.1 Participação na ocupação informal, segundo as dimensões de gênero e raça.....	88
5.1.1 Formas de inserção na ocupação informal, segundo sexo e raça	90
5.2 Escolaridade nas ocupações informais	93
5.3 Resultados do Modelo Probit	97
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
7 REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

A informalidade no mercado de trabalho brasileiro não é uma realidade nova. Segundo Souza (1979), a discussão sobre o tema, no Brasil, passou a ganhar interesse na segunda metade da década de 1970, quando o setor informal urbano passou a ser objeto de investigação acadêmica.

Parte dessa literatura concentrava-se essencialmente em discutir o que é o setor informal e qual seria a melhor forma de defini-lo. Neste sentido, convém realçar que ainda assim, não se chegou a um consenso sobre essa questão e justamente disso decorre um dos traços mais marcantes da literatura relativa à informalidade no mercado de trabalho, que é a enorme variedade de definições de setor informal utilizadas tanto em trabalhos teóricos, quanto empíricos. Para Ulyssea (2005), em razão dessa dificuldade concernente à definição do objeto de análise, essa literatura é, de maneira geral, bastante dispersa e apresenta pouca organicidade.

Cacciamali (2011) enfatiza que era comum denominar as atividades que escapavam do registro e da tributação como sendo componentes da economia *subterrânea, invisível, irregular, inobservável, sombra, underground, negra, paralela, não registrada*, entre outras. Contudo, ao longo do tempo convencionou-se que tal fenômeno passaria a ser apreendido principalmente sob a denominação de *economia informal*. Desse modo, o termo passaria a ser utilizado para referenciar as atividades econômicas que subregistravam o valor gerado na produção ou distribuição e/ou a contratação de mão de obra. Assim, o conceito *informal* guardava as relações intrínsecas entre subregistro e informalidade.

Contudo, a autora ressalta que no tocante aos estudos sobre o mercado de trabalho é mais comum a utilização do termo *setor informal*, que também pode ser denominado como o setor *não organizado, não estruturado* ou *não protegido*. Realça-se que o termo *setor informal* é normalmente empregado para designar dois fenômenos distintos. Segundo a autora, o primeiro fenômeno assegura que o setor informal seja definido pelo critério de *não registro*, abrangendo o conjunto de empregadores e empregados que participam da produção em unidades organizadas de forma não tipicamente capitalista, que dispensam as relações assalariadas permanentes, bem como o registro contábil padrão. No outro *front*, tem-se um conceito que designa o setor informal como sendo aquele que é composto por todos os ocupados que exercem as suas atividades sem contrato de trabalho registrado e que não contribuem para o sistema público de seguridade social.

Em termos empíricos, Ulyseia (2005) realça que após um período de relativa estabilidade, de 1983 a 1989, o mercado de trabalho brasileiro apresenta, a partir de 1990, uma elevação no grau de informalidade¹, consequência tanto do crescimento da proporção de trabalhadores por conta própria quanto dos sem carteira de trabalho assinada.

Leone (2010) também enfatiza esse processo de acentuação da informalidade no mercado de trabalho brasileiro na década de 1990. A autora sublinha que houve um aprofundamento da informalização do trabalho em quase todos os setores da atividade econômica, o que pode ser atribuído ao processo de reestruturação produtiva ocorrido no país, que teve como consequências mais imediatas o corte de pessoal e terceirização de atividades.

Durante a década de 1990, observou-se que, com a perda de dinamismo dos demais setores da economia, o setor terciário passou a ter uma participação mais efetiva na ocupação total, o que acabou impactando negativamente no mercado trabalho brasileiro, haja vista a natureza essencialmente precária de uma parcela das relações de trabalho desse setor. Segundo Baltar (2003), essa precariedade refletia-se principalmente em questões como estabilidade, segurança e remuneração, o que levou a uma deterioração geral das relações de trabalho.

A análise feita por Ramos (2002) reforça essa visão, de que a elevada informalidade dos anos 1990 estaria mais associada a um componente estrutural do que cíclico. O autor procura enfatizar a questão das profundas mudanças na composição setorial da ocupação ocorridas no mercado de trabalho urbano durante a década de 1990, sobretudo a significativa expansão do setor de serviços, frente a uma contração da indústria de transformação.

Adentrando nos anos 2000, pode-se observar uma inversão da tendência negativa da década de 1990, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro vem experimentando mudanças substantivas nos últimos anos:

A elasticidade do emprego em relação à atividade econômica que esteve baixa nos anos 1990, devido aos efeitos negativos da abertura comercial e financeira sobre o mercado de trabalho, apresentou entre 2004 e 2008 uma magnitude mais elevada. Beneficiada por uma situação internacional favorável, a economia do país vem crescendo moderadamente, repercutindo no mercado de trabalho, que mostra sinais de recuperação com a geração de um número significativo de postos de trabalho acompanhada por um processo visível de formalização do emprego (LEONE, 2010, p.7).

¹ Essa percepção bastante difundida na literatura não é confirmada pelos dados levantados nessa dissertação, como será visto no Capítulo 4. O que se constatou foi uma relativa estabilidade do nível de informalização, embora se tenha registrado um avanço da terceirização e da precarização das relações de trabalhos.

Os dados mais recentes, sobretudo a partir de 2004, dão indícios de que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro vem se reduzindo consideravelmente. Contudo, vale sublinhar que o nível de informalização ainda continua em patamares elevados: em 2009, aproximadamente 54% das ocupações estavam concentradas no segmento informal do mercado de trabalho, o que representa um contingente de cerca de 50 milhões de trabalhadores. Assim, pode-se verificar que ainda há no país um amplo contingente de trabalhadores inseridos em postos de trabalho informais, sem os quais os mesmos não teriam nenhuma ocupação e conseqüentemente nenhuma forma de rendimento. Tal situação só corrobora o fato de que, historicamente, a elevada informalidade tem sido uma das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, evidenciando assim que o processo de desenvolvimento da economia do país não está sendo acompanhado por um processo de geração de postos de trabalho *decente*² para parcela significativa dos trabalhadores.

Observando-se a literatura brasileira acerca do tema, percebe-se que parte dos trabalhos considera as características individuais dos trabalhadores, tais como raça, sexo, grau de escolaridade como sendo fatores determinantes para a inserção dos mesmos no setor informal do mercado de trabalho.

Quanto à questão racial e de gênero, observa-se que a investigação parte do pressuposto básico de que o sexo e a cor da pele marcam, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho.

Trabalhando nesta linha de pesquisa, pode-se destacar o trabalho de Leone (2010), que o objetivo principal da pesquisa foi traçar o perfil dos trabalhadores nas ocupações informais, considerando as dimensões de gênero e raça. Merece relevo também os trabalhos de Hansenbalg (1992), Abramo (2004), e Olinto e Oliveira (2004), em que se procurou evidenciar as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho, segundo as dimensões de gênero e raça.

Quanto ao fator educação, é pertinente destacar os trabalhos de Mello e Santos (2009), em que os autores buscaram evidenciar que os níveis de escolaridade estão entre as principais características individuais que determinam a participação dos trabalhadores em um dos dois setores econômicos considerados, a saber, o formal e o informal.

² Entende-se por trabalho decente a promoção de emprego e ocupação com proteção social, respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho e diálogo social, conforme definição da OIT que estipula que “trabalho decente é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho” (ABRAMO *apud* LEONE, 2010).

Outra linha de pesquisa estabelece uma relação entre o próprio crescimento do país, a capacidade de geração de empregos e o grau de informalidade no mercado de trabalho. Dentre as principais variáveis capazes de afetar o grau de informalidade do país, destacam-se: a taxa de inflação, taxa de desemprego, números de horas trabalhadas e nível de renda, consoante os trabalhos de O'Higgins (1985), Ribeiro e Bugarin (2003) e Neri (2002).

Nesse contexto, buscando corroborar ou refutar as hipóteses acima levantadas, o problema de pesquisa que se formula é o seguinte: “ Como se deu a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 1990 e 2000 e que fatores contribuíram para essa evolução? ”

1.1 Justificativa

O estudo acerca da dinâmica da evolução da informalidade no mercado de trabalho é particularmente relevante no caso brasileiro, uma vez que se trata de uma característica da estrutura do mercado de trabalho do país, que mesmo apresentando uma tendência de redução nos anos recentes, ainda está longe de ser considerada uma questão já solucionada.

De um modo geral, a análise dessa dinâmica poderá fornecer contributos à compreensão desse fenômeno, uma vez que os recortes analíticos apresentados darão uma dimensão mais detalhada do problema, salientando-se a enorme heterogeneidade do mesmo.

Ademais, analisar o perfil dessas ocupações permite identificar quem são os trabalhadores que compõem a informalidade, os grupos em desvantagens no mercado de trabalho, e que conseqüentemente necessitam de maior atenção na condução das políticas públicas. De forma complementar, identificar os fatores propulsores da inserção de um trabalhador nas ocupações informais pode ser uma forma de se delinear os segmentos da sociedade, os tipos de organizações de trabalho, bem como os fatores inerentes à própria atividade econômica que podem estar, em grande medida, mais propensos às atividades informais.

Assim, uma vez identificados tais fatores, bem como o perfil dos trabalhadores informais, pode pensar em uma maior efetividade na condução das políticas públicas que combatam a informalidade no mercado de trabalho, de modo que seja possível assegurar um trabalho “decente” para parcela significativa de trabalhadores, o que está intimamente ligado a questões como a promoção do desenvolvimento socioeconômico, o combate à pobreza e a redução das desigualdades de um espaço econômico.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1993 e 2009.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o comportamento da informalidade segundo os setores de atividade econômica;
- Apreender a informalidade no mercado de trabalho segundo as formas de inserção na ocupação;
- Analisar a heterogeneidade da informalidade segundo as cinco grandes regiões;
- Estudar o perfil dos trabalhadores informais;
- Estimar os determinantes da probabilidade de um trabalhador exercer uma ocupação informal.

1.3 Estrutura do Trabalho

Além desta Introdução, a presente pesquisa acadêmica compreende mais cinco capítulos. O segundo capítulo trata da Revisão da Literatura, onde são abordadas algumas concepções acerca da informalidade, ressaltando-se o grande debate que gravita em torno do termo. Além de se apresentar a evolução conceitual e teórica do termo em âmbito internacional, serão apresentadas as principais contribuições de autores brasileiros acerca do tema. O terceiro capítulo trata da metodologia da pesquisa e da base de dados, onde são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração deste trabalho, bem como se descreve a procedência dos dados que serviram de alicerce para a investigação proposta. No quarto capítulo apresentam-se os resultados da análise descritiva acerca da dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante o período de 1993 a 2009. Já o quinto capítulo traz uma exposição acerca do perfil dos trabalhadores informais, segundo as dimensões de gênero e raça, formas de inserção na ocupação e níveis de escolaridade. Neste capítulo também são apresentados os resultados do modelo econométrico,

em que se estimou a probabilidade de um indivíduo ser um trabalhador informal, dado um conjunto de variáveis explicativas. Finalmente, no último capítulo, apresentam-se as conclusões inferidas após a análise e discussão dos resultados apresentados nos capítulos anteriores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Barbosa (2011), o conceito de informalidade perdeu qualquer rigor analítico no seu uso nos últimos anos. Para o autor, a literatura especializada no tema, normalmente considera como informal aquele que não paga impostos, ou o trabalhador sem direitos, a cooperativa que vive da “economia solidária”, bem como aquele que vive em sítios urbanos ou rurais precários. Ressalta, ainda, que alguns condenam a informalidade, ao passo que outros defendem, argumentando sobre o potencial em termos de geração de emprego e renda do segmento.

Vários significados podem ser observados quando se considera a compreensão do que é a informalidade. Tal compreensão varia de acordo com a opinião pública, opinião da academia e dos formuladores de políticas públicas. Krein e Proni (2010) sugerem que a partir das transformações econômicas e do reordenamento institucional, o estudo acerca da informalidade passou a ser considerado a partir de diferentes perspectivas: a) observando a sua importância na geração de ocupações; b) considerando-a como expressão da rigidez da legislação trabalhista; c) denunciando-a pela precariedade e insegurança que traz para o mundo do trabalho; d) enxergando-a como um fato inexorável da transição para uma sociedade de serviços; e e) entendendo que há um “processo de informalidade” implícito na reorganização econômica contemporânea. Para os autores essas perspectivas não devem ser vistas antagonicamente, mas sim como diferentes formas de expressar o posicionamento dos diferentes interlocutores que discutem a informalidade.

Desse modo, pode-se apreender que o uso do termo *informalidade* é essencialmente polêmico. O debate sobre o tema não se apresenta de forma consensual, o que confere à literatura especializada uma forma contraditória de apresentar o tema. Segundo Cacciamali (2011), “tornar o debate profícuo requer delimitar o espaço e os pontos da discussão.”

Para a autora, considerando-se a questão do desemprego e da precariedade do trabalho, figuram os desafios epistemológicos no estudo do mercado de trabalho, na tentativa de relacionar os novos significados, as categorizações e as articulações no debate sobre a informalidade. Desse modo, a literatura especializada sobre esse tema é voltada para aspectos relevantes do mercado de trabalho, visando identificar tendências acerca da dinâmica de tal mercado, com o intento de não apenas diagnosticar o problema, como também contribuir para a formulação de políticas públicas, que almejam a qualidade dos empregos criados e a determinação de salários mais elevados.

Visando estabelecer os limites da discussão acerca do tema, remete-se inevitavelmente a questões como: O que é considerado informal? O que significa trabalho informal? Existe uma nova e uma velha informalidade? Há um processo de informalidade? É um processo transitório? É inerente ao próprio sistema capitalista? É uma manifestação típica de países subdesenvolvidos?

Para Barbosa (2011), essas questões sugerem que vivemos um momento de redefinição conceitual. Seguindo a proposta do autor, em vez de apresentar uma conceituação definitiva sobre o “setor informal”, procurou-se neste capítulo, traçar a evolução do debate contemporâneo, ressaltando como as perspectivas se alteram ao longo do tempo num *mix* entre a sociologia e a economia do trabalho, revelando as diversas posições acerca do tema.

A necessidade em se estudar o tema acentuou-se com a disseminação de um conjunto de atividades sociais e econômicas caracterizadas pelo não-assalariamento, desenvolvidas, sobretudo, nos países subdesenvolvidos. Tais atividades se desenvolviam simultaneamente com o mercado de trabalho, sem nenhuma pretensão à extinção. Assim, tornava-se impreterível compreender o significado desse conjunto de atividades produtivas e sociais caracterizadas pela heterogeneidade, capazes de imprimir novos padrões de funcionamento aos mercados de trabalho.

O termo *informal* passou a ser frequentemente utilizado por autores que estudavam a subavaliação do Produto Interno Bruto (PIB) em países centrais, ou seja, aqueles que possuíam economias mais avançadas; e por autores que estudavam a dinâmica de geração de emprego e renda em países retardatários, os países periféricos. Esse último grupo pode ser caracterizado por países que imprimiram um ritmo acelerado de crescimento econômico depois da segunda guerra mundial derivado de um processo de industrialização induzido pelo Estado.

Barbosa (2009) enfatiza que o estudo acerca da informalidade no mercado de trabalho revela-se de grande complexidade, por dois motivos principais: i) Os conceitos formulados para a realidade dos países desenvolvidos exigem grande esforço de adaptação à realidade dos países subdesenvolvidos; ii) A tradição do pensamento econômico e sociológico ocidental, até os anos setenta, não teorizou de forma rigorosa o chamado “setor informal”.

Na tentativa de teorizar o setor informal, surgiram novas interpretações sobre o setor, adaptando-as às várias correntes de pensamento da ciência econômica. Contudo, como destaca Barbosa (2011), “a assimilação dessa nova categoria pelos marcos teóricos existentes terminaria por minar a originalidade das formulações iniciais.”

Destarte, propõe-se neste capítulo, apresentar a evolução histórica deste conceito, visando identificar as novas tendências de pesquisa, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

2.1 Keith Hart e a missão da OIT ao Quênia : contribuições teóricas

Analisando-se a evolução das definições acerca do “Setor Informal”, pode-se dizer que a primeira definição oficial foi apresentada em 1972 com a publicação de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a economia do Quênia, que ao que tudo indica, baseou-se no texto seminal de Hart apresentado pela primeira vez na *Conference on Urban Unemployment in Africa*, realizada no Institute of Development Studies (IDS-University of Sussex) em 1971, mas que foi publicado apenas em 1973. Desse modo, inicia-se a análise da evolução das definições do setor informal pelo trabalho proposto por Hart (1973).

De início, o texto de Hart fornece indícios da originalidade do trabalho, na medida que realiza uma abordagem multidisciplinar, abrangendo, sobretudo, aspectos da sociologia e da economia, o autor propõe formas alternativas para se analisar o fenômeno. Um dos pontos que chama a atenção é o fato da inflação, os baixos salários e o excedente de força de trabalho serem encarados como causas do alto nível de informalidade nas atividades geradoras de renda do sub-proletariado. (HART, 1973).

Para Barbosa (2011), um dos pontos que chama atenção na análise hartiana é o pouco caso que o autor faz das definições correntes como, “setor urbano de baixa produtividade”, “exército de reserva” e “setor tradicional”, uma vez que, no seu entender, tais definições assumem de antemão aquilo que ainda necessita ser demonstrado.

Outro ponto relevante, ainda na introdução do artigo, é a formulação de questionamentos que irão nortear todo debate teórico: “será que o exército de reserva dos desempregados e subempregados realmente constitui uma maioria passiva e explorada em cidades como Accra”? “Não possuiriam as atividades econômicas informais alguma capacidade autônoma para gerar ampliação da renda para os pobres urbanos e rurais?”(HART, 1973).

Em seu texto, Hart (1973) não utiliza o informal com o termo “setor”: fala-se de um “mundo das atividades econômicas que transcendem a força de trabalho organizada”. Procurando caracterizar tais atividades, o autor apresenta a principal distinção entre ambas: as primeiras são caracterizadas pelo assalariamento e as segundas pelo trabalho por conta própria. Chama a atenção para aquilo que ele considera como variável essencial de análise, que seria o nível de racionalização do trabalho. Desse modo, tornava-se imperioso verificar

em que medida o trabalho seria organizado de forma regular baseado em remuneração fixa. Para o autor, as atividades informais englobavam desde operações marginais até aquelas realizadas em grandes empresas, não se podendo simplesmente caracterizá-las como atividades que possuíam baixa produtividade.

Ao desenvolver seu arcabouço teórico, Hart apresenta reformulações de alguns conceitos. Um dos primeiros conceitos a serem analisados pelo autor é o de subemprego, que na visão de Barbosa (2011), sofre um processo de exclusão analítica. Já para Charmes (1992) o conceito mostra-se estático para a compreensão de uma realidade complexa e mutável.

Barbosa (2011) sublinha que o termo “subemprego” passaria a estabelecer um meio-termo incômodo entre desemprego e ocupação, que poderia ser mais bem compreendido pelo “setor informal”, que representava um conjunto de atividades econômicas e modalidades ocupacionais.

Hart propõe um modelo em que se verifica a existência de três setores: um primeiro que envolve as oportunidades de renda formais (salários do setor público e privado e transferências como aposentadoria); um segundo, que envolve as oportunidades de renda informais legais (do setor primário, secundário e terciário, destacando-se o comércio de pequena escala, serviços gerais, e transferências privadas por meio de troca de presentes, crédito e mendicância); e um terceiro, que envolve as atividades informais ilegais, as quais podem ser consideradas legítimas ou não a depender do ponto de vista dos atores diretamente envolvidos. (BARBOSA, 2011).

Em sua análise, o autor levanta a ideia de que o emprego assalariado seria visto como um “remédio” contra a insegurança, e não necessariamente contra o trabalho informal. Desse modo, o trabalho informal poderia ser compreendido como uma alternativa para boa parte dos indivíduos, uma vez que atuava como atenuador do desemprego, fornecendo possibilidades de trabalho e renda, mesmo que em condições precárias e irregulares. Contudo, conclui que a pobreza não parece ser privilégio apenas destas atividades, uma vez que pode ser verificada também em parcela importante dos assalariados.

A abordagem de análise do setor informal permitiria uma melhor compreensão acerca da pobreza, sem que houvesse a necessidade de se reduzir a ela. Se por um lado o setor informal pode ser identificado com a classe mais pobre do subproletariado, por outro lado deve-se ter em conta que a relação com a pobreza se torna mais fragilizada à medida em que se considera a grande heterogeneidade dos rendimentos no setor formal informal. (HART, 1973).

De um modo geral, pode-se dizer que a análise proposta por Hart pautou-se em questões que foram debatidas durante as décadas seguintes, tais como: a relação existente entre informalidade e pobreza; a inexistência de completa identificação entre atividades informais e baixa produtividade; e o potencial do setor informal em termos de geração de empregos. (BARBOSA, 2011).

Segundo Barbosa (2011), a originalidade do trabalho de Hart é evidenciada quando o autor questiona em que medida o “setor” informal deveria ser visto como um problema em si, ou seja, como um aspecto negativo dos países subdesenvolvidos. Contudo, deve-se ressaltar que tal questionamento não seria uma forma de exaltar o informal, mas sim uma forma de encará-lo como um aspecto da realidade, como um dado de uma problemática complexa. A preocupação de Hart seria mostrar que o trabalho informal não tem nada de casual, uma vez que o mesmo ampara-se em relações de confiança e de cooperação entre os agentes econômicos, que em geral pertencem às mesmas etnias e monopolizam alguns produtos e nichos de mercado por meio de acesso a canais de fornecimento e controle das informações.

O autor ainda questiona a difundida ideia de priorizar os empregos formais em detrimento da participação das atividades informais, cujas produtividades marginais sejam consideradas bastante reduzidas. Neste processo, Hart duvidava se os ganhos iriam de fato superar os custos. Nas palavras do autor:

Se o objetivo é tão-somente aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo o consumo das classes médias urbanas de atividades do setor informal, não seriam estes ganhos mais do que compensados pelos custos – em termos de emprego e renda – oriundos da redução da demanda por bens e serviços neste setor produzidos? (HART, 1973, p.82-83).

Desse modo, Hart rompe com a “concepção ocidentalista”, em que nem se pensava sobre a capacidade de geração de emprego e renda dessas atividades tidas como informais, nem tampouco se cogitava a possibilidade de evolução desse setor.

Para Barbosa (2011), já não se tratava mais de provar a existência do setor, mas sim de apreender os impactos que este traria para o funcionamento do mercado de trabalho. A esse respeito, Lautier (2004), destaca que a aceitação do “informal” traz em si a aceitação das possibilidades de desenvolvimento na periferia do capitalismo.

Outra questão importante levantada por Hart foi o fato de considerar absurda a hipótese de uma transição da situação de informalidade predominante, para outra, de pleno emprego, pelo menos nos espaços urbanos da periferia capitalista. Para o autor, o trabalho informal seria um elemento permanente da realidade.

Já no final de seu artigo, Hart lança questões e reflexões controversas que norteariam os debates que se seguiriam em torno do tema informalidade, tais como: Qual a relação entre os setores formal e informal na economia urbana? Os dois setores evoluem em sintonia, ou há um *trade off* entre o crescimento de ambos? O informal em países desenvolvidos e subdesenvolvidos pode ser visto da mesma forma? Deve-se considerar o fato de que neste último, há uma maior dependência de fatores exógenos e que são marcados pelo excedente estrutural de força de trabalho? (BARBOSA, 2011).

Como todo estudo tido como original, que apresenta formas alternativas de analisar um problema, o trabalho de Hart foi amplamente criticado. Para Altman (2008), Hart foi, muitas vezes, mal interpretado, talvez porque, como todo clássico, foi pouco lido. As críticas em geral, se davam por o acusarem de dualista ou economicista. Para esses críticos, a proposta hartiana amparava-se num enfoque metodológico que estigmatizava o mundo real. Outros acreditavam que, o pecado era ideológico, pois achavam que as formulações do autor procuravam coisificar o informal e negar a estrutura de classe das sociedades analisadas. (BARBOSA, 2011).

Outra crítica endereçada ao autor é em relação o seu posicionamento político. Neste sentido, acusavam que os textos de Hart procuravam atender a interesses específicos de uma classe ou de algumas instituições. Sobre essa crítica, pode-se ressaltar a visão de Bromley (1978), que argumentava que o conceito de informal teria sido criado como uma forma de “ajudar os pobres sem trazer ameaça aos ricos”, o que, em grande medida, seria um fator explicativo para a rápida difusão do conceito. Segundo este autor, havia um interesse obscuro nas entrelinhas do texto de Hart, interesses que eram comuns aos das entidades como a OIT, o IDS/University of Sussex, o Banco Mundial e Harvard/MIT, que temiam a revolução anti-imperialista, figurando assim como protetores da ordem capitalista.

Moser (1978) apresenta os extremos dessa visão maniqueísta³, tão predominante nos anos setenta. O autor destacava que havia de um lado a visão reformista, em que a pobreza e o subdesenvolvimento figuravam como consequências dos desequilíbrios estruturais, que poderiam ser superados a partir de reformas, mas sem alteração do sistema econômico. De outro lado tinha-se a visão de que os problemas estruturais não poderiam ser solucionados no âmbito do sistema capitalista. Assim, pode-se apreender que a interpretação dada por Bromley assumia como verdade o primeiro extremo dessa situação.

³ Visão dualista, radical, que se situa em um ou outro extremo de uma situação.

Na sequência de críticas pode-se destacar a visão de Lautier (2004), que argumenta que a adoção do conceito “setor informal” foi “um caso raro em que um conceito foi criado por uma organização internacional, para depois se impor a políticos, pesquisadores e militantes políticos de diversos espectros ideológicos.” Essa visão converge com a percepção de Santos (1978), que acreditava que o conceito “setor informal” havia sido imposto pelas organizações internacionais e aceito passivamente pela sociedade.

Barbosa (2011) apresenta uma visão distinta das que foram apresentadas acima. Nas palavras do autor tem-se:

Ao contrário das visões acima apresentadas, o “sucesso” do conceito parece se dever justamente ao seu caráter não-etnocêntrico, o que lhe permitiu, ao menos no início, o enraizamento em distintas realidades sociais e históricas. Ele ganharia vida própria fora destes centros ocidentais e reuniria vários pensadores do mundo subdesenvolvido, que o aplicariam de maneira original e, muitas vezes, a partir de uma perspectiva crítica. As críticas apressadas, especialmente a de Bromley, parecem aderir a uma espécie de “sociologia do conhecimento” que pouco papel confere às ideias em si, preferindo eclipsar o potencial interpretativo dos conceitos, de modo a transformá-los em veículos extemporâneos da luta de classes. (BARBOSA, 2011, p. 117).

2.1.2 Missão da OIT

Para o *Programa Mundial de Emprego*, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1969, o foco dos estudos sobre a informalidade deveria ser os países periféricos e desse modo os estudos foram conduzidos por mais de dez anos, em que se constatarem aspectos e comportamentos comuns a mercados de trabalho distintos, como os da América Latina, da África Oriental ou do Sul da Ásia. Nas palavras de Cacciamali (2011), tem-se:

Entre as mais importantes características, esses estudos destacaram a elevação da concentração de renda, absorção insuficiente de mão de obra pelo setor industrial com relação à oferta de trabalho, destruição de formas tradicionais de produção, alta migração do campo para a cidade, disparidade salarial elevada entre trabalho qualificado e não qualificado, e excedente de mão de obra que se autoempregava e/ou se encontrava subocupado, desempregado ou sobrevivendo por meio de mecanismos de assistência social públicos ou privados. (CACCIAMALI, 2011, p.16).

Para a autora, esse é o contexto em que o conceito de *setor informal* foi concebido, desenvolvido e recriado, não apenas pelos estudos da OIT, mas também pelos estudos da maioria das agências multilaterais.

Dentre os estudos realizados pela OIT, serão abordados, nesta seção os principais aspectos do relatório acerca da missão do Quênia. Pretende-se aqui sublinhar a evolução do

debate em relação ao tema informalidade, ressaltando-se as principais similaridades, bem como os pontos de divergências em relação ao texto seminal de Hart.

Já na apresentação do relatório, enfatizam-se as premissas do estudo: o desemprego é maior nos países subdesenvolvidos, possui um componente estrutural, e não será resolvido com mais crescimento econômico (OIT,1972).

Segundo Barbosa (2009), o relatório apresentava três tipos de problemas, relacionados entre si, que em grande medida, determinariam a complexidade da questão do emprego nestes países: o pequeno número de postos de trabalhos, que era inferior à magnitude requerida pelos ofertantes de trabalho; o baixo nível de renda, característico tanto no emprego assalariado, bem como nas atividades familiares e no trabalho por conta-própria; e a baixa produtividade da força de trabalho.

Ao se concentrar no problema do baixo nível de renda, o relatório questiona o padrão de distribuição da mesma e da estrutura produtiva. Argumenta-se que os desequilíbrios não são exclusivamente microeconômicos, tal qual ocorre na teoria neoclássica, enfatizando-se que em um cenário de desequilíbrio, elevar o nível de emprego, pode agravar ainda mais os problemas. (OIT, 1972).

No campo conceitual, admite-se que o termo desemprego refere-se apenas a pessoas que não estavam engajadas nas atividades econômicas, mas que estavam dispostas a fazê-lo. Por outro lado, procura-se escapar de termos poucos precisos como subemprego, contrariando assim as propostas de definições apresentadas por Hart. (BARBOSA, 2011).

Para Barbosa (2011), o relatório do Quênia invoca a quebra de paradigmas, atentando para a necessidade de uma nova atitude teórica mais aberta, contrária ao preconceito acadêmico predominante. Uma das rupturas é a conclusão de que os níveis de renda encontrados no setor informal estariam acima daqueles encontrados na pequena produção agrícola.

“O senso comum tende a associar as atividades do setor informal àquelas exercidas por pequenos comerciantes, vendedores de rua e engraxates, quando, na verdade, boa parte deste setor revela-se economicamente eficiente, gerando lucros por meio de tecnologias simples e fazendo uso de pouco capital”. (OIT, 1972, p. 5).

O relatório da OIT menciona que setor informal não se situa confinado na periferia urbana, interagindo de várias formas com o setor formal. Inclusive, o referido relatório pulveriza a ideia de reforçar as relações entre os setores formal e informal. Esse fortalecimento não se daria apenas no sentido de ampliar a demanda para os produtos do setor informal, mas também no intento de encorajar inovações em tecnologias intensivas em trabalho.

Ao longo do relatório, defende-se que “o setor informal, ao contrário de ineficiente e estagnado, tem a capacidade de produzir uma variedade de produtos competitivos em virtude dos seus baixos custos e da tecnologia utilizada” (OIT, 1972). Ademais, realça-se a noção de que o “setor informal” seria uma forma de corrigir a estratégia de emprego utilizada no modelo de substituição de importações, que se pautou no uso de tecnologia intensiva em capital, subutilização da capacidade produtiva e desincentivo às exportações, o que resultou na piora da desigualdade de renda. (OIT, 1972, p. 18).

Esta visão polissêmica acerca do setor informal poderia explicar a noção liberal de alguns autores, que viram no setor informal a redenção dos pobres, bem como a percepção do *Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe* da OIT (PREALC/ OIT), que encarava tal setor sob a ótica do pensamento estruturalista, conferindo-lhe o *status* de variável analítica-chave para se entender as relações de trabalho nos países periféricos. (BARBOSA, 2011).

Para Barbosa (2011), além de ter originado um conjunto de novas interpretações, a missão do Quênia merece os créditos de ter proporcionado uma delimitação conceitual, o que representa um esforço que vai além daquele realizado por Hart. Segundo o relatório apresentado à OIT, as atividades informais caracterizam-se pela “maneira de fazer as coisas”, ou seja, trata-se de um modo de organização da produção, que em grande medida, é caracterizado pela ausência de barreiras à entrada, dependência de recursos locais, propriedade familiar, pequena escala de produção, atividades intensivas em mão de obra e com tecnologia adaptada. O setor formal, por sua vez, pode ser compreendido pelo não atendimento desses pressupostos (OIT, 1972).

Sobre as diferentes formas de organização da produção nos países periféricos, Cacciamali destaca:

Uma das interpretações que pode ser extraída dessa análise é que as múltiplas formas de organização da produção não tipicamente capitalistas, e inserções laborais derivadas, que coexistiam no tecido produtivo dos países periféricos estudados naquele período, não deveriam ser consideradas como resquícios do passado, como formas tradicionais, mas como formas originárias do próprio padrão de crescimento econômico em andamento, e das articulações que, pelo avanço do capital, estavam sendo geradas entre (e intra) as relações de produção. Nesse sentido, os estudos procuraram arrestar como se estabelecia o ingresso de uma parcela de trabalhadores não englobados no contexto “formal” do mercado de bens e serviços e de trabalho. (CACCIALMALI, 2011, p.20).

No trato acerca dessa questão, pode-se apreender que o estudo realizado sobre o Quênia apresenta influências marxistas e keynesianas. Marx (1946), ao analisar a sociedade do século XIX, já havia considerado a coexistência de distintos processos de produção. Para o

autor, o processo de acumulação capitalista, poderia refletir resultados como a concentração e centralização do capital, e existência de outras formas que poderiam ser denominadas de *não capitalistas*. A existência de formas distintas de organizar a produção seria resultado do descompasso entre a oferta de trabalho e a necessidade do capital, uma vez que aquela é essencialmente maior do que esta. Ademais, o autor considera que os processos de concentração e centralização do capital aliados ao progresso técnico resultam em uma demanda de força de trabalho relativamente menor ao longo do tempo, o que tenderia a gerar um excedente de mão-de-obra, constituindo assim, o chamado *exército industrial de reservas*.

Segundo Cacciamali (1983) a disseminação dessas diversas formas de organização da produção não tipicamente capitalista ou de produtores do setor informal pode ser apreendida como efeitos do próprio processo e padrão de acumulação do capital que ampliam, criam, recriam e transformam os ramos de atividade econômica. Para a autora, neste processo de acumulação são disponibilizados espaços econômicos não ocupados pelo capital, mas que podem ser explorados por produtores em formas de organização não tipicamente capitalistas, ainda que subordinados à dinâmica do capital.

Contudo, convém ressaltar que esta primeira definição conceitual do setor informal, apresentava algumas limitações, uma vez que ao se utilizar múltiplos critérios, muitos deles não eram perceptíveis ao mesmo tempo em várias das atividades tidas como informais. Outro problema inerente a essa definição também se manifesta em termos de medição e coleta de dados (CHARMES, 1992). Mas como enfatiza Sethuraman (1976), o relatório já representaria um avanço com relação à dicotomia moderno-tradicional, uma vez que se deixou de pensar apenas na tecnologia utilizada, tida como obsoleta, para se analisar o universo dessas atividades e de sua maneira de organizar a produção.

Em um documento técnico do relatório, que trata das relações entre o setor formal e o informal, estabelece-se mais uma vez a dicotomia moderno-tradicional. De acordo com a interpretação mais comum, tinha-se o setor moderno como sendo a fonte do dinamismo e da mudança, ao passo que o setor tradicional iria aos poucos se dissolvendo. Contudo, enfatiza-se o fato de que parte das favelas das áreas urbanas é completamente moderna, já que se originaram das diferenças de renda e de riqueza entre os diversos setores da economia, que por sua vez explicam o rápido ritmo de expansão econômica. (OIT, 1972)

Na visão de Barbosa (2011), este argumento não tem nenhum caráter dualista, ao contrário do que pretendem as acusações feitas ao relatório da OIT. Segundo o autor, essa noção dualista ganha respaldo em formulações do final dos anos sessenta, como a de Santos (1978), que acreditava que “as atividades do circuito inferior estão estruturalmente

subordinadas às condições da modernização”. Já McGee (1971), entendia a cidade subdesenvolvida como dependente de processos mais amplos, situados em escala nacional e internacional, mas que apenas nela se resolviam. Barbosa (2011) defende que:

O componente dinâmico da cidade subdesenvolvida não deixa de ser ressaltado, mas o seu papel transformador é limitado pela dimensão da “economia de bazar” – equivalente a setor informal ou circuito inferior – que pode se adaptar de forma vegetativa à estrutura econômica da cidade, ou então se desagregar, incrementando-se assim a polarização social. (BARBOSA, 2011, p. 119)

Sobre essa visão dualista, Cacciamalli (2011) enfatiza que desde os anos 1930, os estudos sobre o mercado de trabalho dos países periféricos mantinham o tradicional referencial analítico dual da teoria econômica do desenvolvimento. Contudo, destaca a autora, que foi justamente a partir de estudos seminais sobre o setor informal, realizados em Gana e no Quênia nos anos 1970, que foi apresentada a ideia de que nos países periféricos a estrutura de produção baseava-se num esquema de diferentes formas de organização de produção e não apenas em uma estrutura dual. Nesses estudos, ressaltava-se a existência de diferentes formas de organização de produção, resultado de dois processos que ocorreram no período posterior à Segunda Guerra Mundial: crescimento econômico acelerado induzido pelo Estado e o desequilíbrio entre o crescimento da força de trabalho, da população urbana e a oferta de empregos.

Barbosa (2011) destaca que embora muitos autores tenham apontado para uma nova dicotomia formal-informal, convém mencionar que tal dualidade não deveria ser concebida de forma estática, pois os setores não apareciam isolados um do outro, o que aconteceria se o crescimento de um se verificasse apenas e quando da retração do outro. Sethuraman (1976) e Charmes (1992) acreditam que a crença na dualidade não necessariamente irá implicar em dualismo, podendo ser sinônimo de heterogeneidade, uma vez que se considera a existência de vários informais, interagindo de diversas formas com o setor formal. Lautier (2004) levanta a importância de não se separar as atividades formais das informais, uma vez que assim seriam mantidos os nexos entre as mesmas.

Barbosa (2011) ressalta que o relatório da OIT depois de avançar numa direção, parece alterar o rumo no meio do caminho. Em um primeiro momento, tal relatório estabelece que a diferenciação dos setores vai além das suas relações com o governo. Desse modo, ilegalidade e informalidade se superpõem, mas não devem ser encaradas como sinônimos. Mais adiante, tendo em vista as atitudes de aversão ao risco e o comportamento adaptativo por parte do setor informal, devido ao quadro de incerteza, marcado pela baixa renda, parte-se para uma afirmação um tanto controversa de que “o setor informal não é um problema, mas a fonte do

futuro crescimento do Quênia.”(OIT, 1972). Para Barbosa (2011) é justamente neste ponto que o relatório do Quênia distancia-se do texto de Hart (1973), que apenas afirmara: “o ‘exército de reserva de subempregados e desempregados’, em cidades como Accra, não necessariamente teria que levar a uma catástrofe econômica como até então se pensara”.

2.2 Debate Teórico acerca da Informalidade no Brasil

A discussão acerca da informalidade no Brasil ganha interesse a partir da segunda metade da década de 1970, quando vários autores buscaram caracterizar a situação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro. Tal discussão dá sequência aos estudos sobre a segmentação do mercado de trabalho de Lewis (1958) e Lima(1975).

Os primeiros estudos sobre o tema, de um modo geral, abordavam a questão da concepção dual do mercado de trabalho, em que se contrapunham de forma estática os setores atrasado e moderno, informal e formal. Tal crítica foi iniciada por Oliveira (1972) que, em seu texto seminal, a partir de uma abordagem marxista, defende a articulação entre o conjunto de atividades não capitalistas, informais, com a acumulação de capital na economia brasileira.

Seguindo essa vertente, podem ser citados os textos de Cacciamali (1983), Kowarick (1978) e Souza (1979). Esse último autor, por sua vez, deu grande contributo para aprimorar e operacionalizar o conceito de setor informal. Na definição apresentada em sua tese de doutorado, o autor toma como base a organização da produção e relação do trabalhador com seus meios de produção.

Destacam-se também os estudos de Duarte e Cavalcanti (1980a, 1980b), em que os autores buscaram analisar a questão da informalidade nas regiões metropolitanas do Nordeste.

Durante os anos 1990, em um contexto de desestruturação do mercado de trabalho, a informalidade assume lugar de destaque no debate acadêmico. Nesses termos, tornava-se impreterível repensar a informalidade, sobretudo quando se observavam as relações cada vez mais intrincadas, as interconexões dinâmicas entre o setor formal e informal. (ARAÚJO, 2011).

No debate contemporâneo, dentre os trabalhos de grande relevância sobre a informalidade, convém ressaltar aquele elaborado por Cacciamali (2000, 2011). A autora enfatiza que durante a década de 1990, em um contexto político baseado nas ideias liberais, percebeu-se profundas mudanças estruturais na produção e no emprego, acompanhadas por transformações em âmbito tecnológico e impulsionadas pela nova divisão do internacional do trabalho. Segundo Cacciamali (2011), tais transformações provocaram descompasso entre

práticas econômicas, comerciais ou instituições sociais que se tornaram inadequadas no processo sociopolítico de criação ou adaptação de normas, práticas, procedimentos e instituições que atendessem às necessidades e interesses da sociedade contemporânea. Segundo a autora, essa assincronia passou a ser compreendida por meio do termo *processo de informalidade* que:

Analisa os principais vácuos legais ou procedimentos consensuais no uso da força de trabalho, processos de trabalho, compra e venda ao longo das cadeias de produção e outras relações de produção. (CACCIALMALI, 2011, p.16).

Em seu estudo, a autora ressaltou que o conceito de “setor informal” havia se tornado muito restrito para explicar a realidade dos países latino-americanos. Desse modo, propôs a utilização de novo conceito: *o processo de informalidade*, uma vez que esse remeteria às mudanças institucionais ocorridas na maior parte dos países em face da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, que alterou a estrutura do emprego nas empresas, levando a uma maior incidência de empregos sem registro ou sem direito à proteção social, dentre outras manifestações de informalidade. (Cacciamali, 2000).

Outra contribuição da autora verifica-se no sentido da apresentação de duas definições, a saber: *mercado de trabalho informal*, entendido como o *locus* da compra e venda de mão-de-obra sem o registro em carteira e sem contribuição junto à seguridade social pública; e *trabalho informal*, compreendido como sendo todo tipo de trabalho que não se subjeta às legislações vigentes.

Também merece ser mencionada a pesquisa desenvolvida por Melo e Teles (2000), que teve como objetivo principal demonstrar que o aumento do grau de informalidade no Rio de Janeiro, durante os anos 1990, estava correlacionado com o pífio crescimento econômico da metrópole e com a baixa capacidade de geração de emprego nos setores mais desenvolvidos. Os autores ainda destacam a necessidade de se diferenciar o que é considerado trabalho desprotegido (sem carteira) e aquilo que é considerado como sendo trabalho informal. Ademais, os autores destacam a necessidade de outra diferenciação: as atividades ilegais e as atividades subterrâneas que se enquadram no âmbito da criminalidade.

Merece destaque também a contribuição do pesquisador Theodoro (2000, 2002), que abordou de forma especial as diferentes formas de intervenção do Estado na questão da informalidade. Em seu trabalho, o autor destaca que desde os anos de 1970 predominaram três tipos de abordagem, no Brasil, a saber:

i) *abordagem técnica*, onde informalidade é vista como sendo uma anomalia passageira, cabendo às políticas públicas caminharem no sentido de possibilitar um processo progressivo de formalização do mercado de trabalho;

ii) *abordagem política*, em que se compreende a informalidade como sendo não apenas um problema econômico, mas social também. Diferentemente da primeira abordagem, a informalidade deixa de ser considerada uma anomalia transitória do mercado de trabalho e passa a ser vista como uma possível solução para a questão do desemprego;

iv) *abordagem subsidiária*, que é evidenciada a partir dos anos 1990, enxerga o trabalhador informal como um empreendedor em potencial, que deve ser subsidiado por meio de crédito pessoal.

É mister ressaltar também a pesquisa realizada por Tavares (2002), que destacou o fato da informalidade contemporânea não se proliferar à margem do sistema capitalista. Para a autora, seria a própria economia capitalista a responsável por imprimir a dinâmica e expansão do trabalho informal, uma vez que parte dos empregos informais, acolhidos pelas atividades da terceirização, articula-se diretamente ao movimento do capital. Acrescenta que a despeito da tendência de reestruturação produtiva, de acordo com os mecanismos de flexibilização, o capital induziu uma tendência de se transformar relações formais em informais. A autora conclui que as novas estratégias do capital não foram capazes de promover mudanças no conteúdo de subordinação, mas estavam na verdade intensificando a exploração do trabalho.

A respeito da polissemia em torno do termo informalidade, Machado da Silva (2003) destaca que à medida que o uso deste conceito foi se generalizando, seu significado foi se tornando cada vez mais menos específico, em que se percebe uma deterioração de seu poder explicativo. No campo econômico, o termo teria se tornado ambíguo e não seria mais o suficiente para se compreender os fenômenos inerentes ao processo de informalidade.

Seguindo uma abordagem alternativa, Noronha (2003) destaca que o caráter polissêmico acerca da informalidade pode resultar em distorções no uso da terminologia, ao mesmo tempo em que dificulta o entendimento dos diversos fenômenos e processos que estão arrolados à palavra. Para o autor, os termos e expressões contemporâneos acerca da informalidade, poderiam ser resumidos no termo “contratos atípicos”.

Outra contribuição de Noronha repousa no exame feito acerca das três abordagens econômicas mais usuais a respeito da explicação da informalidade, a saber:

i) a *velha informalidade*, que destaca a insuficiência na geração de empregos e as estratégias de sobrevivência;

ii) a *informalidade neoclássica*, que enfatiza o lado da racionalidade das empresas, que visam reduzir seus custos trabalhistas oriundos de uma legislação trabalhista extensa;

iii) a *nova informalidade* ou *informalidade pós-fordista*, que pode ser compreendida como sendo o resultado de mudanças produzidas pelas novas tecnologias e pelas novas formas de organização do trabalho.

Sobre tal contribuição, Krein e Proni (2010) destacam:

A primeira tem como contrapartida a interpretação sociológica que vê a informalidade como associada com a pobreza; a segunda remete à discussão sobre as normas e regulamentações que regem o contrato de trabalho, isto é, o padrão de formalidade jurídica; e a terceira pode ser situada no debate sociológico sobre os efeitos da globalização e do progresso tecnológico. O problema que se coloca, portanto, é que há distintas referências teóricas e valorações (julgamentos) a respeito das manifestações concretas da informalidade e das maneiras de lidar com a questão. (KREIN e PRONI, 2010, p. 20).

Outro trabalho que merece ser sublinhado foi aquele elaborado por Filgueiras, Druck e Amaral (2004), onde os autores associaram as novas expressões da informalidade com a tendência à precarização das relações de trabalho. Para a conceituação do termo, os autores adotaram a combinação de dois critérios: a existência de atividades e formas produtivas não tipicamente capitalistas e/ou de relações de trabalho não registradas, mesmo que em segmentos com organização empresarial. Os autores identificaram dois segmentos de atividades: atividades fordistas (ou capitalistas registradas) e atividades não fordistas. Tal segmentação pode ser vista como sendo o resultado da combinação de dois critérios: um que classifica as atividades econômicas em dois setores (formal ou informal) e outro que classifica as atividades de acordo com a natureza jurídica (legal ou ilegal). (KREIN E PRONI, 2010).

Nas palavras dos autores, tem-se:

A denominação “não fordista” busca sintetizar e reunir os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho e que, portanto, não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós Segunda Guerra Mundial, com a implementação do Estado de Bem-Estar Social e, no Brasil, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É um trabalho não regulado (FILGUEIRAS, DRUCK, e AMARAL, 2004, p. 215).

Neste debate, merece ser destacada também a leitura feita por Moretto e Capacchi (2006). As autoras retomaram a discussão acerca do setor informal urbano, procurando evidenciar sua importância econômica e social, considerando que as atividades envolviam a maior parte das atividades produtivas e geradoras de renda na economia brasileira.

Essas autoras concluem que é necessário compreender que as atividades muitas vezes tidas como marginais ou ilegais têm uma forma de organização e uma dinâmica próprias, que em grande medida, as tornam indispensáveis para a reprodução do próprio capital.

Sobre o trabalho, Krein e Proni (2010), destacam:

Esta visão busca superar a análise dualista que separa o formal e o informal e que atribui a este último uma conotação negativa. Destaca o potencial dos empreendimentos por conta própria e dos pequenos negócios de absorver pessoas desocupadas em função de ajustes estruturais ou da racionalização econômica da grande empresa, direcionando o debate no sentido de enfrentar o dilema colocado para as políticas públicas: a regulação do setor formal pode ser estendida para as atividades informais sem sufocar as suas possibilidades de crescimento? Neste sentido, mesmo reconhecendo a precariedade das condições de trabalho predominantes no setor informal (mas, que também se observa no setor formal), as autoras ressaltam que é necessário desenvolver políticas que dêem suporte para este amplo conjunto de atividades. (KREIN e PRONI, 2010, p.16).

Em meio a esse debate teórico, é pertinente destacar também o trabalho de Beloque (2007). A autora procurou refutar os trabalhos em que se faz a distinção entre duas atividades: as formais e informais. Segundo Beloque (2007) é comum se observar o agrupamento das atividades tidas como informais em dois grupos: a) aquelas consideradas como sendo articuladas com a produção capitalista, ou seja, com empresas de pequeno, médio e grande porte; e b) aquelas que estão integradas à esfera da circulação. Na visão da autora, as atividades que compõem o primeiro grupo (trabalho assalariado ilegalmente contratado, trabalho temporário, cooperativas de trabalho fornecedoras de serviços, microempresas ilegais prestadoras de serviços, prestação individual de serviços) estão classificadas como “trabalho informal” equivocadamente, uma vez que considera que as mesmas estão articuladas ao próprio funcionamento do sistema e configuram formas de trabalho inerentes do capitalismo.

Propondo uma metodologia inovadora, Beloque (2007) pensou o setor informal “pelo avesso”. Os seguintes trechos sintetizam a visão da autora:

As atividades que, nas últimas décadas, passaram a ser denominadas de “informais” são espécies de trabalho que fazem parte da economia desde o início do capitalismo, vieram se combinando com as formas de produção “tipicamente capitalistas” e influenciando-se, mutuamente, ao longo do desenvolvimento deste sistema econômico.

[...] Essas proposições visam ressaltar que as atividades “informais” não são “manchas de atraso” que perduraram, nem vão desaparecer com a retomada do crescimento econômico, mas são elementos integrantes, e em constante reprodução, de uma economia em que o ato de trabalhar reproduz a exploração do trabalhador e de uma economia em que a produção da riqueza gera pobreza.

É por essa razão que as políticas governamentais devem considerar a “informalidade” não um fenômeno a ser absorvido pelo crescimento do emprego formal ou combatido, mas um elemento constituinte desta economia excludente (BELOQUE, 2007, p. 158-162).

Já o trabalho de Barbosa (2009), procurou evidenciar que as relações entre “formal” e “informal” são múltiplas e que as mesmas são redefinidas constantemente em face de um contexto econômico em que predomina a heterogeneidade estrutural. O autor busca trazer de volta o elo perdido entre subdesenvolvimento, dependência e informalidade, evitando a armadilha das generalizações do termo e propondo alternativas de análises. Aditivamente, o autor apresenta a seguinte crítica:

No nosso entender, colocar o foco central da “economia informal” na ilegalidade ou na precariedade – tal como faz boa parte da literatura dos países desenvolvidos, e que inclusive logrou cunhar um novo conceito, respaldado pela OIT – traz o risco de fazer com que se perca de vista o traço eminentemente estrutural do setor informal nas sociedades subdesenvolvidas. Se é verdade que ele não é o mesmo de antes, tampouco podemos esquecer a sua não-novidade e a sua feição histórica específica nos nossos mercados de trabalho (BARBOSA, 2009, p. 32).

Como conclusão, Barbosa (2009) afirma que considerar o segmento informal como sendo aquele sem cobertura do direito social e da legislação do trabalho significa “retalhar” o social. Por outro lado, considerar o informal como resultado do excesso de regulamentação é excluir a questão social da economia.

2.3 Fatores Determinantes da Informalidade

Conforme apresentado anteriormente, existe na literatura uma série de trabalhos que aborda as possíveis causas que determinam o tamanho do mercado informal. Dentre as linhas de pesquisas, pode-se destacar três grupos de fatores considerados como sendo determinantes da informalidade, a saber: i) as características individuais dos trabalhadores ; ii) os fatores institucionais; e iii) fatores estruturais e conjunturais da economia.

Dentre as características individuais do trabalhador, um dos aspectos a ser considerado é a questão do gênero e raça. Esta linha de pesquisa, parte do pressuposto básico de que o sexo e a cor da pele marcam, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho. Seguindo tal linha, pode-se destacar o trabalho de Leone (2010), *O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal*, onde o objetivo principal da pesquisa foi traçar o perfil dos trabalhadores nas ocupações informais, considerando as dimensões de sexo e cor da pele. Nesta investigação, procurou-se cruzar as dimensões de gênero e raça

visando identificar as formas e a intensidade em que ocorre a segregação no mercado de trabalho brasileiro com relação às mulheres, aos negros e, especialmente, às mulheres negras. A autora concluiu que mulheres e negros apresentam maior taxa de desemprego e menor grau de formalização. Ademais, concluiu que esses mesmos trabalhadores estão mais presentes no trabalho extremamente precarizado do que nos negócios que possibilitam uma relativa prosperidade. Desse modo, a autora enfatiza que mesmo sendo observado uma significativa mudança no mercado de trabalho, as mesmas parecem não ser suficientes para modificar substancialmente as segregações de gênero e raça.

No que toca à variável escolaridade dos trabalhadores informais, há um consenso nos resultados na literatura nacional de que estes apresentam, em média, menos anos de estudo que os assalariados formais, consoante os trabalhos de Cacciamali e Fernandes (1993), Fernandes (1996), Neri (2002), Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Soares (2004). Barros, Mello e Pero (1993), por exemplo, mostram que o grau de formalização (entre os assalariados) aumenta claramente com a educação e concluem que setores do mercado de trabalho caracterizados por uma qualificação maior da mão-de-obra (captada pela escolaridade) tendem a apresentar um grau de formalização mais elevado.

No tocante às variáveis institucionais, diferentes aspectos são considerados na determinação e evolução das principais características da informalidade. Tais aspectos têm sido tratados, na maior parte das vezes, de forma isolada na literatura. Há uma vertente de estudos, por exemplo, que toma como objeto de análise as decisões por parte das firmas de operar nos setor formal ou informal, procurando evidenciar a influência das instituições sobre tais decisões. Uma segunda vertente tem como principal objeto de análise o papel das instituições na determinação da oferta de trabalho no setor informal.

No que diz respeito à análise da relação entre as instituições e a decisão da firma de produzir no setor formal ou informal, um dos primeiros trabalhos a abordar essa questão foi o de Rauch (1991). Em seu artigo, o autor analisa a decisão da firma de ser formal ou informal somente a partir do cumprimento ou não da legislação de salário mínimo. Por outro lado, o autor considera a existência de uma relação direta entre o custo de operar no setor informal e o tamanho das firmas (captado pelo número de trabalhadores contratados) e, ao mesmo tempo, a existência de uma heterogeneidade produtiva entre as mesmas. Combinando-se as duas hipóteses, segue-se que somente as firmas de menor porte e, portanto, menos produtivas, sejam capazes de burlar a lei e atuar no setor informal. Desse modo, pode-se perceber que o autor estabelece uma “dupla dualidade” entre o setor formal e informal: uma dualidade de tamanho, pois somente as firmas de menor porte são informais; e uma dualidade no mercado

de trabalho, já que as firmas informais pagam um salário abaixo do salário mínimo pago no setor formal.

Estendendo o modelo proposto por Rauch *et all.* (1997) procuram analisar os efeitos de impostos e controle de salários em uma economia em desenvolvimento com um setor informal. Tomando como ambiente de análise a economia do Camarões, os autores constroem um modelo de equilíbrio geral computável (CGE) com o objetivo de simular o impacto de uma série de mudanças no sistema fiscal e regulatório sobre a economia do país. Como conclusão do estudo, os autores apresentaram que elevações nos impostos sobre os lucros, sobre a folha e no salário mínimo obrigatório provocam uma elevação no tamanho relativo do setor informal, na taxa de desemprego e na perda de eficiência da economia.

Loayza (1996), buscando fornecer uma análise diferenciada, propõe-se a realizar um tratamento mais integrado acerca dos determinantes do tamanho do setor informal. O autor utiliza um modelo de crescimento endógeno de dois setores, onde os setores formais e informais utilizam bens públicos como insumos de produção. Utilizando dados de países da América Latina, o autor encontrou resultados empíricos expressivos e consoantes com as previsões. Dentre as evidências levantadas, destaca-se o fato de que tanto a carga fiscal quanto as restrições do mercado de trabalho afetam positivamente o tamanho relativo do setor informal, sendo a segunda variável a de maior poder explicativo. Em sentido oposto, a força e a eficiência das instituições governamentais apresentaram correlação negativa com o tamanho relativo do setor informal.

Segundo Tiriyaki (2008), quando as obrigações legais podem ser facilmente evitadas, percebe-se uma redução dos custos de operação no mercado informal, haja vista a remota possibilidade de detecção e instauração de processo criminal. Nesses termos, pode-se destacar o peso da carga tributária, a rigidez na legislação trabalhista, os custos com a burocracia e o alto nível de corrupção como sendo fatores estimulantes da entrada de empresas na informalidade, gerando assim um “círculo vicioso”: os altos custos de se operar formalmente levam um maior número de empresas à informalidade, o que reduz as receitas governamentais, bem como a qualidade dos serviços públicos, e, conseqüentemente, os incentivos para que as empresas operem formalmente. O autor destaca ainda o fato de que em muitos países, a evasão de impostos e o desrespeito às leis são considerados direitos legítimos de pequenas empresas que competem com grandes empreendedores.

De um modo geral, observando-se os trabalhos de Scheineider e Enste (2000), O’Higgins (1985), Frey (1997), Friedman *et all.*(1999) e Bajada(1999), pode-se destacar que dentre os principais fatores determinantes do crescimento da economia informal, apresenta-se

o tamanho da carga tributária (captada pelos impostos, contribuições sociais, etc.), o aumento da regulação do mercado de trabalho formal (captada pela redução do tempo de trabalho, aposentadoria precoce, etc), o desemprego e a inflação. Os autores também consideram fatores de ordem sociológica e psicológica, como o declínio da percepção de justiça e credibilidade das instituições públicas, a redução do índice de moralidade e a redução do índice de percepção da corrupção, como fatores determinantes do tamanho da informalidade. Tais fatores atuam de forma complementar com os demais fatores acima mencionados, mostrando-se relevantes na medida em que reduzem o custo de oportunidade ao se escolher entre o setor formal e informal da economia.

Observando-se a literatura nacional também é possível perceber que alguns autores apontam a rigidez contratual e os custos impostos pela legislação trabalhista como uma das principais razões para a existência de elevadas taxas de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, conforme pode ser verificado nos trabalhos de Barros (1988) e Amadeo e Camargo (1996). Segundo Ulyssea (2005), a idéia geral é que da forma como está desenhada a legislação trabalhista, tanto empregadores quanto trabalhadores têm fortes incentivos à informalidade. Neste âmbito, pode-se destacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o desenho do programa de seguro-desemprego e o próprio funcionamento da Justiça do Trabalho como sendo as principais fontes de distorção dos incentivos.

Outra abordagem acerca dos determinantes da informalidade procura estabelecer a relação entre a dinâmica do crescimento das economias e a informalidade no mercado de trabalho. A noção geral é que condições macroeconômicas diferentes têm impactos sobre os resultados do mercado de trabalho, alterando o tipo de postos de trabalho gerados em ambos os setores, seja formal ou informal e que, em grande medida, determinam o grau de informalidade. Segundo essa abordagem, realça-se que em momentos de crises da economia, com o aumento da taxa de desemprego, a inserção no setor informal se apresenta como uma forma de garantir a subsistência do trabalhador e de sua família. Em oposição, nos momentos de crescimento econômico haveria uma tendência à retração do segmento informal.

É possível notar que essa noção de se estabelecer conexões entre a dinâmica de crescimento econômico e a informalidade, já norteava os estudos realizados pela *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (Cepal), durante os anos 1960. Nesses estudos, o fenômeno da informalidade poderia ser compreendido à luz de um o crescimento econômico que não vinha sendo suficiente, nos países economicamente atrasados, para universalizar as relações de assalariamento e estruturar um mercado de trabalho homogêneo, capaz de

propiciar remunerações adequadas para melhorar as condições sociais dos trabalhadores, que em geral, viviam em condições de pobreza e marginalidade.

Seguindo essa vertente, Sabóia (1986) enfatiza que o setor informal é dependente do formal. Em períodos de crescimento econômico, os desempregados e os trabalhadores pertencentes ao setor informal fornecem a mão-de-obra necessária para o processo de acumulação no setor formal. Por outro lado, em períodos de recessão os trabalhadores que perdem seus empregos no setor formal passam a compor o grupo dos desempregados ou são absorvidos pelo setor informal da economia.

Procurando ilustrar esse processo de interação entre os segmentos formal e informal do mercado de trabalho, Sabóia (1986) sublinha a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, deve-se considerar que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) os trabalhadores tanto dos setores formal, como do informal, além dos desempregados. Em segundo lugar, deve-se ter em conta que existe um movimento constante de passagem de trabalhadores entre os dois setores e entre estes e a situação de desemprego aberto. Contudo, o sentido desse movimento entre as diversas condições de ocupação/desocupação depende essencialmente da fase do ciclo econômico. Em períodos de crescimento, observa-se um movimento do setor informal ou do desemprego para o segmento formal. Porém, em épocas de recessão predomina o sentido inverso, com uma permanência normalmente transitória na condição de desempregado.

O processo de interação entre os segmentos formal e informal, abordado por Sabóia(1986), é apresentado na Figura 1.

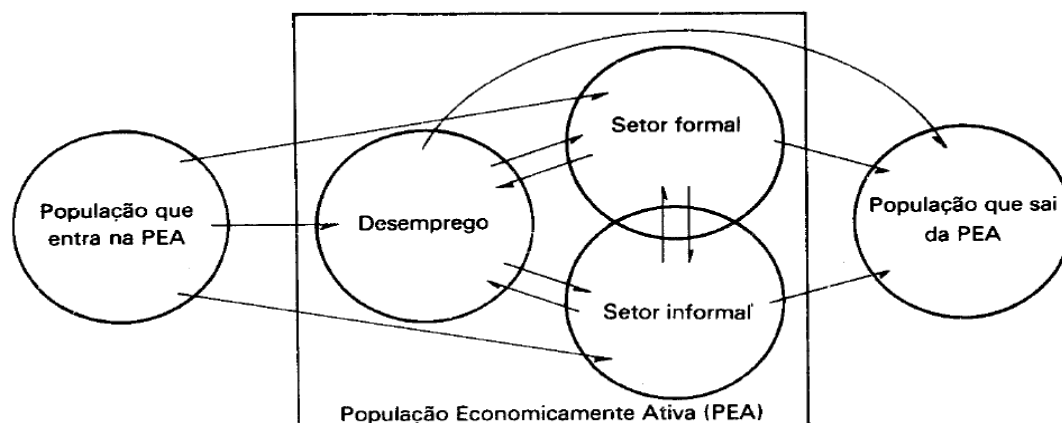


Figura 1: Esquema de funcionamento do mercado de trabalho.

Fonte: Sabóia (1986).

O autor realça que a passagem de um trabalhador do setor formal para o informal nem sempre é imediata e sem dificuldades. Inicialmente, segue-se um período de desemprego para que haja, posteriormente, a absorção pelo setor informal. Por outro lado, deve-se ter em conta que para muitos trabalhadores a permanência no setor informal pode ser definitiva, seja pelas dificuldades para retornar ao setor formal, ou até mesmo pelo interesse em continuar no setor informal. “Afim, nem sempre o setor informal é sinônimo de baixa remuneração e más condições de trabalho, havendo em seu interior situações bastante heterogêneas.” (SABÓIA, 1986, p.83). Além dessas possibilidades, há ainda de se considerar os casos em que um trabalhador possui um emprego no setor formal ao mesmo tempo em que desenvolve alguma ocupação no setor informal, como um recurso para aumentar sua renda.

Krein e Proni (2010) também compartilham dessa noção. Os autores argumentam que a informalidade no mercado de trabalho das economias mais atrasadas é um fenômeno resultante tanto das restrições impostas pelo baixo crescimento econômico ao longo de extensos períodos, com a geração de um número de postos de trabalho insuficientes para absorver o aumento da PEA, quanto de uma redefinição das formas de contratação por parte das empresas, inclusive em segmentos econômicos mais estruturados e articulados com a dinâmica da economia capitalista contemporânea. Assim, sugere-se que há uma “nova informalidade” que se originou do processo de reorganização econômica e de redefinição do papel da regulação do trabalho, com implicações significativas na estruturação do mercado de trabalho.

Baltar (2003), em uma análise da estrutura econômica e do emprego urbano no Brasil durante os anos 1990, concluiu que os elevados índices de informalidade dessa década podem ser imputados ao acirrado processo de terceirização, mas a principal razão tem relação com a estratégia de sobrevivência de um contingente significativo de pessoas, dada a existência de um elevado desemprego. Para o autor, em um cenário de baixo dinamismo da economia, a ida

para a informalidade se dá pela falta de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Assim, estabelece-se que a informalidade apresenta variação de acordo com o nível e ritmo de atividade econômica e com as características desse crescimento.

Sobre a dinâmica do crescimento econômico e a informalidade no mercado de trabalho nos anos 1990, Moretto (2010) evidencia que com o crescimento do desemprego, intensificou-se o movimento de desestruturação do mercado de trabalho. Nas palavras do autor:

O mercado de trabalho mostrou-se restritivo ao longo de toda a década de 1990, gerando uma quantidade insuficiente de postos de trabalho para incorporar todos os que desejavam um emprego remunerado. A isso somou-se as mudanças na organização e produção das empresas que passaram a terceirizar parte de suas atividades como forma de externalizar custos e riscos. Como resultado, o ritmo de crescimento do assalariamento sem registro em carteira de trabalho e das ocupações por conta própria foi superior ao ritmo de expansão do emprego assalariado com carteira, reduzindo a participação deste no total da ocupação. (MORETTO, 2010, p. 7).

Cacciamali (2000) a partir do conceito de “processo de informalidade” sublinha que em um quadro de incertezas na economia, caracterizadas por baixas taxas de crescimento econômico e de emprego, haverá repercussões distintas em mercados de trabalho com estruturas diversas. Para a autora, os resultados mais imediatos são o crescimento das taxas de desemprego e de auto-emprego, modificações nas condições de inserção no mercado de trabalho, com a disseminação de formas de contrato de trabalho atípicas, (temporário e parcial) e o aprofundamento das desigualdades salariais. Ou seja, acirra-se o processo de informalidade.

Quanto às variáveis econômicas consideradas como determinantes da informalidade, pode-se destacar os mais abordados na literatura internacional e nacional, a saber: a taxa de desemprego, o número de horas trabalhadas e o nível de renda (como *proxy* da riqueza).

No tocante à taxa de desemprego e à quantidade de horas trabalhadas, Ribeiro (2000), enfatiza que ambas medem a taxa de participação do trabalhador no setor formal. Uma menor taxa de desemprego e uma maior quantidade de horas trabalhadas indicam uma maior participação no setor formal da economia, o que representa um declínio nas oportunidades dos indivíduos trabalharem no setor informal. Por outro lado, uma baixa taxa de participação no mercado formal, indica que as pessoas têm maiores possibilidades de se inserir na economia informal. De um modo geral, tem-se que “quanto menor a taxa de participação dos indivíduos no mercado oficial de trabalho, maior será a taxa de desemprego neste setor e quanto menor a quantidade de horas trabalhadas no setor oficial, maior será a quantidade no setor informal” (FREY e WECK, 1983).

Quanto à existência de correlação entre incidência de pobreza e informalidade, vale destacar o trabalho realizado por Neri (2002), *Decent work and the informal sector in Brazil*, onde o autor exhibe claras evidências de uma relação inversa entre renda familiar *per capita* e taxa de informalidade (incluindo na informalidade os trabalhadores por conta própria, sem carteira de trabalho e os não-remunerados).

Ainda estabelecendo-se uma relação entre pobreza e informalidade, pode-se ressaltar o trabalho de Ozorio de Almeida, Alves e Graham (1995), em que foi apresentado um estudo acerca da economia mexicana durante a década de 1980. Os resultados revelaram que ocorreu um racionamento de empregos acompanhado de uma significativa depreciação no poder de compra dos trabalhadores. Para os autores, o episódio serviu de impulso para “empurrar” uma parte significativa dos trabalhadores para o emprego informal, sobretudo para o trabalho por conta própria. Deste modo, pode-se apreender que o crescimento do setor informal não teria sido decorrente de uma simples opção dos trabalhadores, mas sim de uma estratégia de defesa contra o processo de depreciação da renda familiar, consequência da crise que se instalou sobre o país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresentam-se os procedimentos metodológicos que foram seguidos na condução desta pesquisa, que buscou analisar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 1990 e 2000. O ambiente de pesquisa foi o Brasil e o espaço intertemporal definido para análise foram os anos de 1993, 1999, 2004 e 2009.

Para alcançar os objetivos propostos, a estratégia inicial pautou-se em uma revisão da literatura disponível sobre a informalidade no mercado de trabalho, em que se procurou abordar os principais conceitos, definições e debates teóricos que gravitam em torno do tema. Nesse sentido, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica ou de fontes secundárias, uma vez que se procedeu um levantamento de parte da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita (jornais, revistas, internet). A finalidade desse tipo de pesquisa é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação das suas informações” (MANZO, 1971, p. 32).

Em seguida, a partir dos microdados de 1993, 1999, 2004 e 2009 da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNAD), disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi realizada a análise descritiva sobre as condições do mercado de trabalho brasileiro, especialmente sobre a evolução da informalidade, segundo recortes setoriais, regionais e por formas de inserção na ocupação. Nesta etapa da pesquisa, o desenvolvimento da análise se baseou em um comparativo entre os dados apresentados durante os anos 1990 e 2000, no intento de apreender as principais transformações ocorridas durante essas duas décadas. Adicionalmente, procedeu-se a estimação de um modelo econométrico, o *Probit*, visando identificar os determinantes da probabilidade de um indivíduo ser um trabalhador informal.

No que toca à classificação do estudo, quanto aos seus objetivos, o tipo da pesquisa pode ser classificado como analítica e descritiva com abordagem quali-quantitativa. Segundo Oliveira (1997), a pesquisa descritiva “possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação”. Por outro lado, as pesquisas analíticas compreendem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar um determinado fenômeno.

Segundo Cortes (2002), uma análise quantitativa apresenta a vantagem da objetividade dos dados numéricos, possibilitando a redução das distorções de interpretações. A análise

qualitativa, por sua vez, apresenta a vantagem de captar as dimensões subjetivas da ação humana que os dados quantitativos não são capazes de captar.

3.1 Base de Dados e Tratamentos

Os dados utilizados nessa pesquisa originaram-se da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) disponibilizada pelo IBGE.

A PNAD é um tipo de pesquisa que traz informações básicas de caráter socioeconômico do país, o que a torna extremamente útil para o desenvolvimento de estudos. A pesquisa iniciou-se em 1967, e teve seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até 1970. A partir de 1971, a periodicidade passou a ser anual, em que o levantamento dos dados passou a ser realizado no último trimestre do ano. Contudo, convém mencionar que nos anos de realização do Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010) e, por razões excepcionais, como em 1994, a pesquisa não foi realizada.

A principal vantagem em se trabalhar com esses tipos de dados consiste no fato de que os mesmos são fornecidos em uma periodicidade maior se comparados com os dados fornecidos pelos Censos Demográficos (que ocorrem a cada 10 anos). Contudo, vale sublinhar que algumas limitações são impostas quando se pretende estabelecer comparações entre os dados da PNAD dos anos 1990 e 2000, haja vista mudanças metodológicas ocorridas ao longo desse período. Dentre tais mudanças, pode-se mencionar a questão da abrangência geográfica da PNAD, que só conseguiu abarcar todo o território nacional a partir de 2004. Nos anos de 1993 e 1999 a pesquisa não abrangia a área rural dos Estados de Rondônia, do Acre, do Amazonas, do Roraima, do Pará e do Amapá.

Outra mudança relevante se deu no âmbito da classificação das ocupações e atividades investigadas pela PNAD. A partir de 2002, tal classificação passou a adotar as normas da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Domiciliar) e a da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-Domiciliar) - que seguem o *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities*, das Nações Unidas. O maior impacto dessa mudança deu-se na nova forma de classificar o setor de serviços, uma vez que permitiu um maior grau de desagregação de algumas atividades. Desse modo, enquanto, nas PNADs de 1993 e 1999, o setor de serviços podia ser desagregado em sete ramos de atividades, em 2004 e 2009, esse número aumentou para oito, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação do setor de serviços segundo as PNADS de 1993, 1999, 2004 e 2009.

PNAD 1993 e 1999	PNAD 2004 e 2009
1. Comércio de mercadorias 2. Prestação de serviços - Serviços de alojamento e alimentação; - Serviços de reparação e conservação; - Serviços pessoais; - Serviços domiciliares; - Serviços de diversões, radiodifusão e televisão. 3. Serviços auxiliares das atividades econômicas - Serviços técnico-profissionais; - Serviços auxiliares das atividades econômicas 4. Transporte e comunicação 5. Social - Serviços comunitários e sociais; - Serviços médicos, odontológicos e veterinários; - Ensino 6. Administração pública - Administração pública; - Defesa nacional e segurança pública 7. Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas - Instituições de crédito, de seguros e de capitalização; - Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários; - Organizações internacionais e representações estrangeiras ; - Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.	1. Comércio e reparação - Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis; - Comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos. 2. Alojamento e alimentação 3. Transporte, armazenagem e comunicação - Transporte terrestre; - Transporte aquaviário; - Transporte aéreo; - Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem; - Correios e telecomunicações 4. Administração pública - Administração pública, defesa e seguridade social 5. Educação, saúde e serviços sociais 6. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas; - Atividades associativas; - Atividades recreativas, culturais e desportivas; - Serviços pessoais 7. Serviços domésticos 8. Outras atividades - Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada; - Seguros e previdência privada; - Atividades auxiliares da intermediação financeira; - Atividades imobiliárias; - Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; - Atividades de informática e conexas; - Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas; - Serviços prestados principalmente às empresas; - Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: PNAD 1993, 1999, 2004 e 2009.

Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se uma amostra que abrange indivíduos com 10 ou mais anos de idade, excluindo-se todas as observações em que as variáveis utilizadas não foram declaradas. Ademais, visando dar maior consistência ao cálculo dos rendimentos, excluiu-se as observações atípicas em que os ocupados declaram receber acima de 1 bilhão de reais.

Outro procedimento adotado para o cálculo dos rendimentos foi a conversão dos valores monetários de 1993 em reais de 2009. Neste procedimento, adotou-se o Deflator de Rendimentos da PNAD, divulgado no sítio do IPEADATA⁴, que também foi utilizado para deflacionar os valores monetários dos demais anos analisados.

3.2 Análise Descritiva

A estratégia adotada para a análise descritiva foi analisar inicialmente o mercado de trabalho em sua completude, destacando-se as principais transformações ocorridas entre os anos 1990 e 2000. Em seguida partiu-se para análise da questão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante os anos selecionados, em que foram feitos recortes analíticos segundo os três grandes setores de atividade econômica, segundo as formas de inserção na ocupação e segundo as cinco grandes regiões.

Encerrando essa etapa da pesquisa, procurou-se traçar o perfil dos trabalhadores nas ocupações informais do mercado de trabalho brasileiro, segundo as dimensões de gênero e raça, situação de domicílio e nível de escolaridade.

Desse modo, convém ressaltar as variáveis selecionadas para a construção das tabelas e gráficos nessa etapa da pesquisa.

3.2.1 Variáveis utilizadas na análise descritiva

O conjunto inicial de variáveis selecionadas, com suas respectivas descrições, para compor a análise descritiva dessa pesquisa está exposto na Tabela 2, apresentada a seguir.

⁴ Mais informações em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_0897.pdf.

Tabela 2: Variáveis selecionadas para a análise descritiva

Variável	Descrição
Posição na ocupação do trabalho principal	Empregado com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, outro empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, conta própria, empregador, trabalhador na produção para o próprio consumo, trabalhador na construção para o próprio uso e não remunerado.
Ramo da atividade principal	Agrícola, indústria de transformação, indústria da construção, outras atividades industriais e Serviços*
Número de empregados permanentes	1 – 11 ou mais empregados
Número de empregados temporários	1 – 11 ou mais empregados
Horas trabalhadas semanalmente no trabalho principal	Em horas
Rendimento mensal do trabalho principal	Em R\$ de 2009
Condição de atividade	PEA ou PNEA
Condição da ocupação	Ocupada ou desocupada
Situação Censitária	Urbana ou rural
Sexo	Feminino ou masculino
Idade	Em anos
Raça	Branco ou não-branco
Peso	Peso do indivíduo na amostra

Fonte: Elaboração própria

Uma vez conhecidas as variáveis utilizadas para a análise descritiva, convém ressaltar os critérios adotados para a classificação das ocupações em formais ou em informais.

Nesta pesquisa, optou-se em definir o setor formal do mercado de trabalho como sendo aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja firmado através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público. Por outro lado, conforme explanado no Capítulo 2, ainda não existe um consenso na definição do que é informal. Contudo, entende-se que o termo abrange uma diversidade de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas *vis-à-vis* os trabalhadores formais, e que muitas vezes são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. Diante do exposto, adotou-se a seguinte classificação:

Tabela 3: Classificação das ocupações em formais e informais

Setor formal	Setor informal
Empregados com carteira	Empregados sem carteira
Militares	Trabalhadores domésticos sem carteira
Funcionários públicos estatutários	Conta- própria
Trabalhadores domésticos com carteira	Trabalhadores na produção para o próprio consumo
Empregadores com 6 ou mais empregados	Trabalhadores na construção para o próprio uso
	Não remunerados
	Empregadores com até 5 empregados

Fonte: Elaboração própria

Visando obter resultados mais claros e sintéticos, além da variável *posição na ocupação*, outras variáveis também tiveram suas informações agregadas, como é o caso da variável *ramo da atividade principal*, utilizada para a construção da variável dos setores econômicos, e da variável *raça*, utilizada na análise do perfil dos trabalhadores informais.

No tocante à variável *raça*, foram considerados brancos os que se declararam brancos ou amarelos e foram considerados negros aqueles que se declararam negros ou pardos ou indígenas.

No caso da variável *ramos da atividade principal*, as informações foram agregadas da seguinte forma:

Tabela 4: Classificação das ramos de atividade, segundo os grandes setores.

Setores	Ramos da atividade principal
Agrícola	Agrícola
Industrial	Indústria de transformação, indústria da construção e outras atividades industriais.
Serviços (1993 e 1999)	Comércio de mercadorias, prestação de serviço, serviços auxiliares das atividades econômicas, transporte e comunicação social, administração pública e outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas.
Serviços (2004 e 2009)	Comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; serviços domésticos; e outras atividades.

Fonte: Elaboração própria

3.3 Modelo Econométrico

Segundo Greene (2003), modelos usuais de regressão linear pressupõem variáveis dependentes contínuas, o que está relacionado à necessidade de normalidade dos erros para a realização de testes de hipóteses e inferências. Entretanto, alguns problemas apresentam respostas discretas, em um caso onde as variáveis dependentes são binárias, tais problemas podem ser estimados por um modelo *Probit*.

Os modelos deste tipo assumem uma variável dependente *dummy* com valores 0 e 1, variável discreta. O valor 1 corresponde a uma certa característica que o indivíduo tem (ter casa, ser sindicalizado, ser competente, ter emprego, usar internet, etc.) O valor 0 corresponde a mesma característica que o indivíduo não tem. Assim, trata-se de um modelo em que as variáveis são **qualitativas** e que não podem ser expressas em certas unidades de medida.

Usualmente, em modelos onde a variável dependente Y é qualitativa (binária), pretende-se encontrar a probabilidade de o indivíduo ter certa característica, por isso os modelos são conhecidos como **modelos probabilísticos**.

De forma mais direta, tem-se que o objetivo maior dessa modelagem é estimar o valor médio esperado (condicional) da variável dependente, para determinados valores das variáveis explicativas que podem ser quantitativas ou qualitativas. Ou seja, pretende-se estimar:

$$E(y_i|x_1, x_2, \dots x_k) \quad (1)$$

Ou seja, pretende-se estimar a probabilidade condicional de um evento ocorrer.

De outro modo:

$$E(y_i|x_1, x_2, \dots x_k) = \Pr(y_i = 1|x_1, x_2, \dots x_k) \quad (2)$$

em que $\mathbf{x}$ representa o conjunto de variáveis explicativas.

3.3.1 Modelo Probit

Considere uma classe de modelos de resposta binária da forma:

$$P(y = 1|x) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k) = G(\beta_0 + x\beta) \quad (3)$$

Em que G é uma função assumindo valores estritamente entre zero e um: $0 < G(z) < 1$, para todos os números z reais. Segundo Wooldridge (2010), isso assegura que as probabilidades estimadas de resposta estejam estritamente entre zero e um.

No **modelo probit**, G é a função de distribuição cumulativa (fdc) normal padrão, que pode ser expressa da seguinte forma:

$$G(z) = \Phi(z) \equiv \int_{-\infty}^z \phi(v)dv, \quad (4)$$

Em que $\phi(z)$ é a densidade normal padrão

$$\phi(z) = (2\pi)^{-1/2} \exp(-z^2/2) \quad (5)$$

A escolha da função G assegura que (3) esteja estritamente entre zero e um para todos os valores dos parâmetros e para x_j . Trata-se de uma função crescente, que cresce rapidamente com $z = 0$, $G(z) \rightarrow 0$ quando $z \rightarrow -\infty$ e $G(z) \rightarrow 1$ quando $z \rightarrow \infty$.

Na maioria das aplicações de modelos de resposta binária, o objetivo principal é explicar os efeitos de x_j sobre a probabilidade de resposta $P(y = 1|x)$, mas isso é relativamente complicado em razão da natureza não linear de $G(\cdot)$. Se x_j for uma variável aproximadamente contínua, seu efeito parcial sobre $p(x) = P(y = 1|x)$ será obtido da derivada parcial:

$$\frac{\partial p(x)}{\partial x_j} = g(\beta_0 + x\beta)\beta_j \text{ em que } g(z) = \frac{dG}{dz}(z) \quad (6)$$

Como G é a fdc crescente de uma variável aleatória contínua, g é uma função de densidade de probabilidade, em que $g(z) > 0$ para todo z . Desse modo, o efeito parcial de x_j sobre $p(x)$ depende de x em razão da quantidade positiva $g(\beta_0 + x\beta)$, e significa que o efeito parcial sempre terá o mesmo sinal de β_j .

3.3.1.1 Estimação de Máxima Verossimilhança do Modelo Probit

Em razão da natureza não linear de $E(y|x)$, os métodos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Mínimos Quadrados Ponderados (MQP) não são aplicáveis para a estimação do modelo *probit*.

Quando se tem modelos de variáveis dependentes limitadas, torna-se indispensável o uso da estimação de máxima verossimilhança (EMV). Como a EMV baseia-se na distribuição de y dado x , a heterocedasticidade em $Var(y|x)$ é automaticamente considerada.

Considere uma amostra aleatória de tamanho n . Para obter o estimador de máxima verossimilhança, condicional nas variáveis explicativas, necessita-se da densidade de y_i dado x_i . Isso pode ser escrito da seguinte forma:

$$f(y|x_i; \beta) = [G(x_i\beta)]^y [1 - G(x_i\beta)]^{1-y}, y = 0, 1, \quad (7)$$

Em (7) é possível verificar que quando $y = 1$, obtem-se $G(x_i\beta)$ e quando $y = 0$, obtem-se $1 - G(x_i\beta)$. Tomando-se o log de (7), obtem-se a **função log-verossimilhança** da observação i , que é uma função dos parâmetros e dos dados (x_i, y_i) :

$$\ell_i(\beta) = y_i \log[G(x_i\beta)] + (1 - y_i) \log[1 - G(x_i\beta)] \quad (8)$$

Como no modelo *probit*, $G(\cdot)$ está estritamente entre zero e um, segue-se que $\ell_i(\beta)$ será bem definido para todos os valores de β .

A log-verossimilhança de uma amostra de tamanho n é obtida pela soma de (8) para todas as observações: $\mathcal{L}(\beta) = \sum_{i=1}^n \ell_i(\beta)$. A EMV de β , representada por $\hat{\beta}$, maximiza essa log-verossimilhança. Se $G(\cdot)$ for a fdc normal padrão, então, $\hat{\beta}$ será o *estimador probit*.

3.3.1.2 Especificação do Modelo *Probit*

De acordo com a metodologia econométrica acima apresentada, pode-se dizer que a análise empírica será baseada, inicialmente, na seguinte equação:

$$\begin{aligned} P(\text{trabinformal} = 1|x) = & \phi(\beta_0 + \beta_1 \text{sexo} + \beta_2 \text{raca} + \beta_3 \text{urb} + \beta_4 \text{idade} + \beta_5 \text{idade}^2 + \\ & \beta_6 \text{fund1} + \beta_7 \text{fund2} + \beta_8 \text{medio} + \beta_9 \text{sup} + \beta_{10} \text{rendafam} + \beta_{11} \text{segurodesemp} + \\ & \beta_{12} \text{ind} + \beta_{13} \text{horastrabform} + \beta_{14} \text{temptrab} + \beta_{15} \text{taxadesemp} + \beta_{16} \text{agri} + \\ & \beta_{17} \text{industria} + \beta_{18} \text{servicos} \end{aligned} \quad (9)$$

em que: $P(\text{trabinformal} = 1|x)$ é a variável dependente do modelo, que indica a probabilidade de um trabalhador exercer alguma ocupação informal dado um conjunto de variáveis explicativas x . Desse modo, P = probabilidade de que $Y = 1$, que é a ocorrência do evento (ser um trabalhador informal), e $(1 - P)$ = probabilidade de que $Y = 0$, ou seja, é a probabilidade de que o evento não ocorra (de não ser um trabalhador informal). Assim, se a variável dependente assumir $Y = 1$, o indivíduo está no setor informal, se $Y = 0$, não está no setor informal.

O conjunto de variáveis explicativas x está elencado na Tabela 5, apresentada a seguir:

Tabela 5: Variáveis utilizadas para estimação do Probit

Variáveis Explicativas	Descrição	Valores
SEXO	Sexo declarado pelo indivíduo	1= masculino 0 = feminino
RAÇA	Cor da pele declarada	1= branco 0 = não branco
URB	Localização do domicílio	1= urbano 0 = rural
IDADE	Idade em anos completos	10 – 87 anos
IDADE ²	Idade em anos completos ao quadrado	
FUND1	Estudou até o 5º ano do ensino fundamental	1 = sim 0 = não
FUND2	Estudou até o 9º ano do ensino fundamental	1 = sim 0 = não
MEDIO	Estudou até o ensino médio	1 = sim 0 = não
SUP	Possui ensino superior ou mais	1 = sim 0 = não
RENDAFAM	Renda mensal familiar	1= Até ½ salário mínimo 2= Mais de ½ até 1 salário mínimo 3 = Mais de 1 até 2 salários mínimos 4= Mais de 2 até 3 salários mínimos 5= Mais de 3 até 5 salários mínimos 6= Mais de 5 até 7 salários mínimos 7= Mais de 7 até 9 salários mínimos 8= Mais de 10 salários mínimos
SEGURODESEMP	Recebeu seguro desemprego	1 = sim 0 = não
SIND	Era associado a algum sindicato	1 = sim 0 = não
HORASTRABFORM	Horas trabalhadas semanalmente no setor formal	1-98 horas
TEMPTRAB	Anos trabalhados no setor formal	0 – 55 anos
TXDESEMP	Taxa de desempregados	
AGRI	Trabalha no setor agrícola	1 = sim 0 = não
INDUSTRIA	Trabalha no setor industrial	1 = sim 0 = não
SERVIÇOS	Trabalha no setor de serviços	1 = sim 0 = não

Fonte: Elaboração própria.

4 DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1993 E 2009

No presente capítulo será analisada a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000. Para atingir esse objetivo, a estratégia inicial é fazer uma explanação geral acerca das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante o referido período. Posteriormente, visando captar as particularidades da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, bem como a heterogeneidade inerente a esse fenômeno, serão feitos recortes analíticos, segundo setores, regiões e formas de inserção na ocupação.

4.1 Mercado de trabalho brasileiro nas décadas 1990 e 2000

Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando sinais de recuperação. Os dados mais recentes apontam para um processo de maior dinamismo desse mercado, com a melhoria de praticamente todos os indicadores. Contudo, vale ressaltar que tal tendência é uma particularidade dos anos 2000 e que para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a dinâmica da informalidade, torna-se relevante observar a diferença entre os indicadores do mercado de trabalho nos anos 1990 e 2000, especialmente a partir de 2004. São duas décadas diametralmente opostas no que tange ao cenário macroeconômico, transformações sócio-econômicas e, conseqüentemente, nos efeitos sobre o mercado de trabalho.

Desde 2004, pode-se observar uma inversão da tendência negativa de desempenho verificada nos anos 1990. Leone (2010) realça que a elasticidade do emprego em relação à atividade econômica, que esteve baixa nos anos 1990 devido aos efeitos nocivos da abertura comercial e financeira, apresentou entre 2004 e 2008 uma magnitude mais elevada. A autora ainda ressalta que em uma situação internacional mais favorável, a economia brasileira vem crescendo moderadamente, o que conseqüentemente repercute no mercado de trabalho, que mostra sinais de recuperação com a geração de um número significativo de ocupações, o que contribui para a intensificação de um processo de formalização do emprego.

Destarte, são apresentados a seguir, na Tabela 6, alguns indicadores das ocupações no mercado de trabalho brasileiro para os anos de 1993, 1999, 2004 e 2009, a fim de compreender as principais transformações ocorridas entre uma década e outra.

Tabela 6: Brasil, Evolução das ocupações no mercado de trabalho (1993-2009).

Indicadores	1993	1999	2004	2009	1993- 1999 (%)	2004- 2009 (%)	1993- 2009 (%)
Ocupados	66.366.364	71.492.215	84.366.238	92.535.024	7,7	9,7	39,4
Desocupados	3.309.188	7.639.068	8.263.834	8.420.960	130,8	1,9	154,5
PEA ⁵	69.675.552	79.131.283	92.630.072	100.955.984	13,6	9,0	44,9
PNEA ⁶	40.418.856	50.737.041	56.887.169	61.696.613	25,5	8,5	52,6
PIA ⁷	110.094.408	129.868.324	149.517.241	162.652.597	18,0	8,8	47,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Os dados da Tabela 6 revelam as diferenças entre os indicadores dos anos 1990 e dos anos 2000. No período selecionado representativo dos anos 1990, percebe-se que a população ocupada elevou-se em 7,7%, passando de 66,3 milhões em 1993, para 71,4 milhões em 1999, o que representa um aumento líquido de aproximadamente 5,1 milhões de ocupações. Entre 2004 e 2009 esse aumento é de aproximadamente 8,2 milhões de ocupações, passando de 84,3 milhões em 2004 para 92,5 milhões em 2009, evidenciando um crescimento de 9,7%.

Contudo, apesar das taxas de crescimento positivas em ambas as décadas, convém ressaltar algumas particularidades dos anos 1990. Uma dessas particularidades é o fato de a População Economicamente Ativa (PEA) ter crescido em ritmo superior ao da população ocupada, com um aumento líquido de aproximadamente 9,5 milhões de indivíduos, o que indica que a geração de ocupações não foi suficiente para absorver o crescimento da força de trabalho, ocasionando uma elevação no contingente de pessoas desocupadas, que passou de 3,3 milhões de indivíduos em 1993, para aproximadamente 7,6 milhões em 1999, ou seja, um incremento de aproximadamente 131%.

No período de 2004 a 2009, pode-se verificar uma inversão na tendência desses indicadores, em que se observa que a taxa de crescimento da população ocupada cresceu a 9,7% no período, taxa de crescimento superior ao da População Economicamente Ativa, que cresceu 9% no período. Assim, de acordo com os dados da Tabela 6, constata-se que o contingente de pessoas desocupadas incrementa-se em apenas 157 mil pessoas, o que representa uma variação de aproximadamente 2% no período de 2004 a 2009, uma variação

⁵ Número de pessoas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas aquelas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

⁶ Pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas, ou seja, pessoas incapacitadas para o trabalho ou que desistiram de buscar trabalho ou não querem mesmo trabalhar. Inclui os incapacitados, os estudantes e as pessoas que cuidam de afazeres domésticos.

⁷ Número de pessoas com 10 anos ou mais de idade, que compreende o conjunto de todas as pessoas aptas a exercer uma atividade econômica. Subdivide-se em População Economicamente Ativa (PEA) e a População não Economicamente Ativa (PNEA).

muito pequena se comparada àquela apresentada de 1993 a 1999, que atingiu as cifras dos 131%, revelando que nesse período dos anos 1990 a população desocupada teve um incremento líquido de aproximadamente 4,3 milhões de pessoas.

O desempenho dos anos 1990 pode ser compreendido à luz de uma série de transformações que trouxeram mudanças na dinâmica do mercado de trabalho durante essa década. Dentre as principais transformações, pode-se sublinhar a busca da estabilização dos preços, especialmente com a implementação do Plano Real, que se pautou na utilização de políticas monetária e fiscal restritivas, com altas taxas de juros e controle do déficit fiscal, respectivamente, aliadas a uma política cambial de regime de câmbio fixo. Tais políticas, em grande medida, comprometeram o crescimento econômico do país, que consequentemente impactou na distribuição ocupacional do mercado de trabalho, conforme pode ser verificado nos dados apresentados nas tabelas 6 e 7.

Na Tabela 7, são apresentados alguns indicadores selecionados, com vistas a evidenciar a perda de dinamismo da economia brasileira durante os anos 1990, oriunda da política macroeconômica adotada à época, e suas consequências para o mercado de trabalho brasileiro.

Tabela 7: Brasil, Dinamismo Econômico – Indicadores Selecionados (1993-2009).

Indicadores	1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009
Taxa de Desemprego ⁸ (%)	6,8	10,4	9,7	9,1	3,6 p.p.	-0,6 p.p.
PIB (milhões R\$ de 2010)	2.175.701,05	2.534.268,27	2.939.668,79	3.505.957,01	16,5%	19,3%
Renda média de todos os trabalhos (R\$ de 2009) ⁹	813,82	944,91	870,38	1.068,39	16,1%	22,7%

Fonte: Elaboração do IPEADATA a partir dos dados da PNAD/IBGE e do IBGE/SCN 2000 Anual.

Segundo dados do IBGE, no período de 1993 a 1999, o país cresceu a taxas médias anuais de 2,8%. Nos anos 2000, especificamente de 2004 a 2009, esse crescimento se deu a taxas médias anuais de aproximadamente 4%, evidenciando assim as diferenças entre as duas décadas analisadas.

Conforme realçam Tonelli e Queiroz (2010), desemprego e crescimento econômico estão intimamente relacionados, de modo que não se pode analisar uma variável, sem

⁸ Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Elaboração: Disoc/Ipea a partir dos microdados da Pnad.

⁹ Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Valores reais expressos aos preços vigentes no mês de referência da última Pnad disponível, calculados a partir dos microdados da pesquisa e atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad apresentado pelo Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea.

entender o comportamento da outra. Desse modo, conforme elucidam os dados da Tabela 7, pode-se observar que a taxa de desemprego passa de 6,8% em 1993, para 10,4% em 1999, indicando um incremento de 3,6 pontos percentuais, ao passo que no período de 2004 a 2009, essa taxa reduz-se em 0,6 pontos percentuais, passando de 9,7% para 9,1%.

Outra informação contida na Tabela 7 é o crescimento do PIB no período de 1993 a 1999, que foi de 16,5%. Um crescimento modesto, que não chega nem a compensar o aumento da População em Idade Ativa (PIA), que de acordo com os dados da Tabela 6 apresentou um crescimento de 18%. Por outro lado, o período de 2004 a 2009, apresenta um crescimento do PIB de 19%, crescimento além daquele apresentado pela PIA, que no mesmo período apresentou um crescimento de 8,8%.

Os dados mais alentadores começam a surgir a partir de 2004, quando a economia apresentou sinais de recuperação. Desse modo, é a partir desse incipiente crescimento econômico, que o nível de emprego começa a dar sinais de recuperação, conforme apresentado nas tabelas 6 e 7.

Tonelli e Queiroz (2010) ressaltam que a tendência à recuperação do crescimento econômico, só é percebida a partir do momento em que o pensamento desenvolvimentista se sobrepôs ao pensamento da ortodoxia neoliberal. Ressaltam que a partir de 2004, com políticas voltadas ao crescimento e à distribuição de renda, o país voltou a crescer, o que surtiu efeitos positivos nas condições de vida da sociedade brasileira. Os autores frisam que é inconcebível pensar esse crescimento fora do contexto favorável da economia internacional, mas destacam que mais inconcebível ainda é negar a *performance* do país, em que se observou um crescimento maior do que a média mundial, com distribuição de renda, ampliação dos salários e dos gastos sociais, redução do desemprego e ampliação da cobertura previdenciária, o que promoveu uma ampla mobilidade social das classes mais pobres em direção às classes médias. Porém, vale sublinhar que tal ciclo de crescimento foi interrompido como resultado da crise de 2008-2009, resultando em aumento do desemprego no primeiro trimestre deste último ano.

De um modo geral, pode-se apreender que o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando resultados positivos nos anos 2000, com melhorias significativas em praticamente todos os indicadores. No entanto, convém mencionar que a questão dos rendimentos ainda é um problema, uma vez que mesmo com todos esses avanços, não se pode dizer que houve plenamente uma reversão da queda das remunerações ocorrida nos anos 1990.

Os dados da Tabela 7 revelam que o rendimento médio real do trabalhador cresceu 16% de 1993 a 1999, passando de R\$ 813,82 para R\$ 944,91, em 1999. Já no período compreendido entre 2004 e 2009, tal crescimento foi de 22,7%, em que o rendimento médio real passou de R\$ 870,38 em 2004, para R\$ 1.068,39 em 2009. Percebe-se assim que nos anos 2000 o rendimento médio real do trabalhador cresceu em um ritmo mais acelerado se comparado com o crescimento do rendimento real médio do trabalhador nos anos 1990. Contudo, deve-se atentar para um fato que o recorte temporal da década de 1990 não permite ser observado, que é a queda do rendimento médio do trabalhador no período a partir de 1996. Nesse ano a renda média do trabalhador era de R\$1.042,27. Em 2003, esse rendimento caiu para R\$ 865,31, o que significa uma redução de aproximadamente 17%. A tendência de queda iniciada em 1996, só dá sinais de arrefecimento a partir de 2004, quando o país conseguiu retomar o ritmo de crescimento, conforme destacado anteriormente.

Sabóia (2005) ressalta que este fenômeno também pode ser observado a partir dos dados do setor formal apresentados pela RAIS/CAGED. Concentrando-se no período de 2000 a 2004, o autor encontra evidências de que a média dos salários dos trabalhadores admitidos correspondeu a 85,4% dos salários dos trabalhadores desligados, o que indica que as empresas demitiram para recontratar empregados com salários mais baixos, usando a rotatividade como estratégia de corte de custos. Desta forma, ratifica-se a tendência de achatamento generalizado do poder aquisitivo do trabalhador, bem como o aumento da vulnerabilidade social. Esta tendência consolidou-se até 2003, conforme pode ser observado no Gráfico 1, apresentado a seguir.

Tonelli e Queiroz (2010) destacam que essa tendência só não pode ser revertida já em 2003, pelo fato de ter sido esse ano um período de duro reajuste, com medidas mais identificadas com a condução ortodoxa da política monetária do que com o desenvolvimento. Nesse período, destaca-se que não houve aumentos reais para o salário mínimo, os juros cresceram. O momento era de acalmar os mercados, organizar as finanças e recuperar a capacidade governativa, para só então criar condições de alcançar metas como o crescimento e a distribuição de renda.

Ao se fazer uma análise das contas nacionais, pode-se verificar que durante a década de 1990 a participação dos rendimentos na renda nacional apresentou uma tendência de queda, que conforme evidencia o Gráfico 1, iniciou-se em 1993 e fica mais perceptível a partir de 1995.

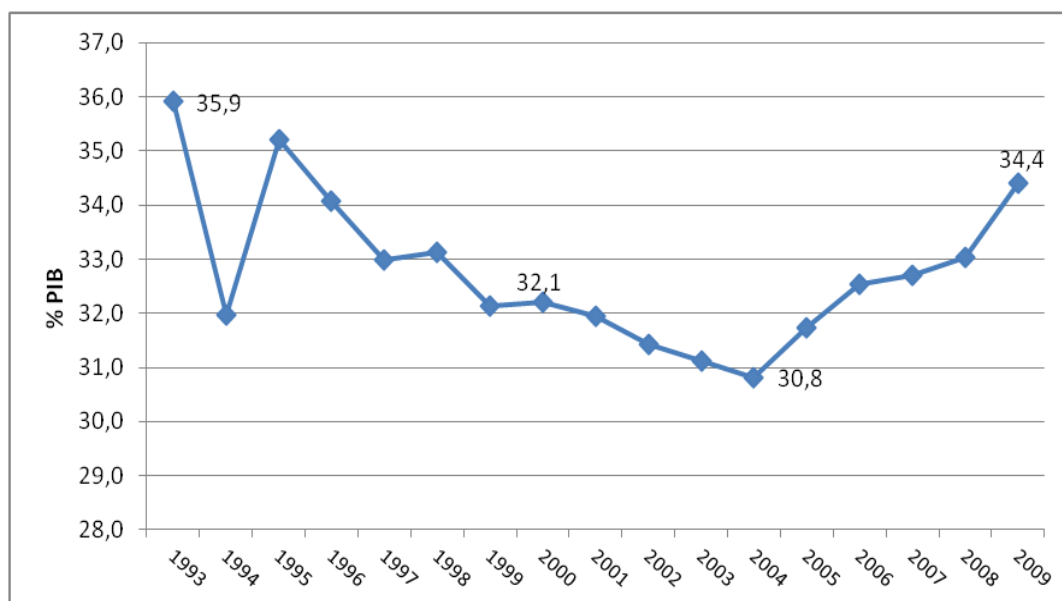


Gráfico 2: Brasil-Participação da remuneração dos empregados na Renda Nacional (1993-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata- Contas Nacionais - IBGE

Entre 1993 e 1999, a participação dos salários na renda nacional reduz-se em 3,8 pontos percentuais, caindo de 35,9% para 32,1% em 1999. Historicamente, o piso dessa série foi alcançado em 2004, com uma participação de 30,8. No entanto, a partir deste ano, com o crescimento do emprego e das remunerações, a participação dos salários na renda nacional inverteu essa tendência de queda, chegando a apresentar uma participação de 34,4% em 2009.

Tonelli e Queiroz (2010) acreditam que ainda falta muito para retomar a marca histórica de 40%, mas por outro lado ressaltam que não há indícios de que esse ciclo de recuperação tenha se esgotado.

4.2 A informalidade no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000.

Diante do contexto de profundas transformações ocorridas na economia do país, esta seção visa analisar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000. De um modo geral, a análise pauta-se no intento de relacionar a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a informalidade, com a dinâmica do crescimento econômico no período considerado.

Iniciando a investigação pelos anos selecionados da década de 1990, os dados da PNAD, apresentados na Tabela 8 evidenciam que entre 1993 e 1999, foram geradas aproximadamente 5,1 milhões de ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Destas 5,1 milhões de ocupações, 3,3 milhões foram criadas no setor informal, ao passo que cerca 1,8

milhões foram criadas no setor formal. Desse modo, verifica-se que as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8%, taxa um pouco superior àquela apresentada no setor formal (7,2%) e no total de ocupações do país (7,7%). Em 1993, aproximadamente 25,2 milhões de ocupações estavam concentradas no segmento formal do mercado de trabalho brasileiro, frente a aproximadamente 41,1 milhões de ocupações no segmento informal. Já em 1999, o total de trabalhadores nas ocupações informais elevou-se para aproximadamente 44,4 milhões de trabalhadores, enquanto as ocupações formais elevaram-se para aproximadamente 27 milhões.

Contudo, em termos de participação relativa no total de empregos, nota-se que a proporção de trabalhadores ocupados no setor informal do mercado de trabalho brasileiro teve sua participação praticamente inalterada em cerca de 62%. Complementarmente, nesse período, a proporção dos trabalhadores ocupados no setor formal manteve-se em aproximadamente 38%.

Tabela 8: Brasil, Ocupação formal e informal (1993-2009).

Ocupação		Período				Tx. Crescimento		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Formal	Frequência Absoluta	25.239.067	27.061.095	34.558.030	42.818.599	7,2%	23,9%	69,7%
	(%)	38,0	37,9	41,0	46,3	-0,1p.p	5,3p.p	8,3 p.p
Informal	Frequência Absoluta	41.127.297	44.431.120	49.808.208	49.716.425	8,0%	-0,2%	20,9%
	(%)	62,0	62,1	59,0	53,7	0,1p.p	-5,3p.p	-8,3 p.p
Total	Frequência Absoluta	66.366.364	71.492.215	84.366.238	92.535.024	7,7%	9,7%	39,4%
	(%)	100	100	100	100	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Esse quadro de relativa estagnação dos níveis de informalidade no mercado de trabalho brasileiro é consistente com os resultados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O grau de informalidade apresentado por esse instituto também é calculado a partir dos dados da PNAD e segue três metodologias distintas. Nas definições I e III, é possível verificar pequenas variações positivas no grau de informalidade do mercado de trabalho durante os anos 1990. Já na definição II (que mais se aproxima da metodologia adota nesta dissertação), o grau de informalidade fica praticamente inalterado. (Tabela 9).

Tabela 9: Brasil, Grau de informalidade segundo as três definições do IPEA (1993-2009).

Período	Grau de informalidade (%)		
	Definição I*	Definição II**	Definição III***
1993	55,0	57,5	52,7
1994	-	-	-
1995	55,2	57,2	52,7
1996	54,9	56,7	52,6
1997	55,2	56,7	52,7
1998	55,6	56,9	53,0
1999	56,2	57,6	53,5

Fonte: Elaboração do IpeaData a partir dos microdados da PNAD.

* Definição I: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria);

**Definição II: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores);

***Definição III: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

Os resultados apresentados nas tabelas 8 e 9 permitem verificar que na realidade, o grau de informalidade manteve-se praticamente inalterado durante os anos 1990, porém em elevadas proporções, que não deu sinais de arrefecimento durante toda a década. Contudo, convém mencionar que esses resultados merecem uma análise mais acurada, uma vez que não dão sustentabilidade aqueles apresentados pela literatura nacional, em que se difundiu a ideia de que a informalidade no país elevou-se de forma significativa durante os anos 1990.

Contudo, apesar da informalidade apresentar relativa estabilidade em termos de formas de inserção na ocupação, verifica-se que na década de 1990, os empregos estáveis começaram a ceder lugar a formas instáveis de contratação, com uma disseminação acentuada da terceirização e um nítido processo de precarização das condições de trabalho. Krein e Proni (2010) complementam que a partir dos anos 1990, o processo de reorganização do mercado de trabalho caracterizou-se pela ampliação de formas de contratação mais inseguras e desprovidas da proteção da legislação trabalhista.

Para Leite (2011), tais resultados revelam a tendência à manutenção do elevado nível de informalidade no mercado de trabalho durante os anos 1990, resultante da implementação de políticas neoliberais que foram postas em prática de forma mais evidente nessa década, e que em grande medida, resultaram no aumento do desemprego e na perda do valor real dos salários.

Para Krein e Proni (2010), o elevado nível da informalidade no Brasil nos anos 1990, pode ser compreendido à luz de dois fatores principais: i) crescimento econômico baixo e instável e ii) as transformações oriundas do capitalismo contemporâneo, que promoveram um

processo de combinação entre a reorganização econômica e a mudança no papel do Estado e das instituições públicas, o que resultou em uma maior flexibilização das relações de trabalho. Nesse contexto, ratifica-se a tendência de manutenção dos elevados índices de informalidade presente no mercado de trabalho, em decorrência da transferência de trabalhadores em atividades formais (estruturadas em empresas legalmente constituídas) para atividades informais, como o trabalho autônomo, a contratação por meio de cooperativas de trabalho, trabalho estágio, contratação como pessoa jurídica (PJ), terceirização etc. Na visão dos autores, essas são formas de contratações presentes em setores estruturados e muitas vezes se caracterizam como uma relação de emprego disfarçada e que, em grande medida, se processam no intuito de burlar a legislação.

Na mesma linha segue a contribuição de Santos (2006), que ressalta o forte crescimento do auto-emprego e dos pequenos negócios a partir dos anos 1990, sobretudo entre 1993 e 1999. Para o autor, o elevado nível de informalidade pode ser imputado ao processo de terceirização, mas a causa maior guarda relação estreita com a estratégia de sobrevivência de um contingente significativo de pessoas, dada a existência de um elevado desemprego. Desse modo, apreende-se que em um cenário de baixo dinamismo da economia, o incremento dos pequenos negócios teve um efeito negativo, haja vista que tal processo se deu pela ausência de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Segundo Duarte (2006), beneficiadas por novas tecnologias e por um cenário desfavorável aos trabalhadores, as empresas tiveram liberdade para fazer reengenharia e terceirizar funções. Desse modo fica mais fácil compreender a razão da queda significativa do emprego nos grandes estabelecimentos e um crescimento do emprego nas pequenas empresas, que apresentam, de um modo geral, piores condições de trabalho e maiores dificuldades para a organização coletiva.

Duarte (2006) acrescenta novos elementos para compreender a elevada proporção de trabalhadores na informalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990. Para o autor, a década se caracterizou por grandes transformações tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito mundial. Nacionalmente, destaca-se o processo de liberalização comercial que forçou as empresas a realizarem uma grande reestruturação produtiva. Nesse contexto ressalta-se o aumento da competitividade e a necessidade de se conquistar novos mercados, que em grande medida, forçou as empresas a buscarem reduções de custos. No tocante ao mercado de trabalho, tais mudanças levaram ao surgimento de novas formas de contratação, mais flexíveis, bem como o corte de vagas, salários e benefícios.

No plano macroeconômico do país, o autor menciona o processo de estabilização de preços, que não haveria assegurado um processo de crescimento do emprego e da renda em níveis satisfatórios. Somem-se a isso as elevadas taxas de juros praticadas no país, associadas à vulnerabilidade dos fluxos de capitais, que tornaram ainda mais instável a situação do trabalhador no mercado de trabalho brasileiro, elevando os níveis de precarização das relações trabalhistas, subocupação e desemprego.

Em oposição às tendências dos anos 1990, os anos 2000 inauguraram uma reversão no comportamento de alguns índices do mercado de trabalho. Tal reversão pode ser observada à luz do decréscimo das taxas de desemprego, aumento do emprego registrado e recuperação do poder de compra dos salários.

De acordo com a Tabela 8, a partir de 2004 pode-se perceber uma tendência de inversão nesses índices, em que 41% dos postos de trabalhos estavam concentrados no segmento formal do mercado trabalho e 59% no segmento informal, o que representa um aumento de 3 pontos percentuais no nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro em relação a 1999.

Entre 2004 e 2009 mantém-se a tendência de redução da informalidade, em que a proporção da população ocupada no setor formal incrementa-se em 5,3 pontos percentuais, atingindo um índice de formalização de 46%. Neste período, em termos percentuais, o contingente de trabalhadores em ocupações formais cresceu a uma taxa de 23,9%, que foi superior às taxas de crescimento das ocupações informais (-0,2%) e da população total ocupada (9,7%). Em 2004, tinha-se cerca de 49,8 milhões de trabalhadores nas ocupações informais. Em 2009, foram geradas 8,2 milhões de ocupações, resultantes do incremento de 8,3 milhões nas ocupações formais e da redução de aproximadamente 92 mil ocupações no setor informal.

A melhoria no nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro fica ainda mais perceptível quando se observam os dados que abrangem o interregno dos 16 anos considerados pela pesquisa. No período analisado, pode-se constatar que o país incrementou 8,3 pontos percentuais em seu nível de formalização, em que 46,3% dos vínculos empregatícios concentravam-se no segmento formal, frente a aproximadamente 53,7 % dos postos de trabalhos no setor informal.

Em termos absolutos, de 1993 a 2009 foram criadas cerca de 26,2 milhões de ocupações, sendo aproximadamente 17,6 milhões no setor formal e 8,6 milhões no setor informal. Considerando-se o comportamento das taxas de crescimento ao longo desses 16 anos, pode-se constatar que as ocupações formais cresceram a uma taxa de aproximadamente

70%, taxa superior àquelas apresentadas pelas ocupações informais (aproximadamente 21%) e pelo total da população ocupada, que cresceu a uma taxa de 39%.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se de fato uma redução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, no período considerado pela pesquisa (1993-2009). Sobre o comportamento dos índices, sobretudo nos anos 2000, Baltar, Krein e Leone (2009), destacam que tal tendência pode ser imputada tanto à atuação do Ministério Público do Trabalho, quanto a um melhor desempenho da economia, em que se observou um crescimento mais intenso do emprego formal, mostrando que a enorme parte da informalidade está relacionada com a dinâmica econômica, o que corrobora a noção clássica de informalidade como expressão do baixo dinamismo econômico.

Para Leite (2010), esse processo, vem significando uma retomada da inclinação à estruturação do mercado de trabalho, iniciada desde meados da década de 1950. Contudo, a autora destaca que tal processo vem convivendo com tendências à precarização, que não deram indícios de arrefecimento, mesmo considerando-se os sinais positivos em relação às taxas de emprego e de formalização do trabalho.

Duarte (2006) ressalta três fatores que, embora não sejam geradores de emprego, também colaboraram para a formalização nos anos 2000. Seriam medidas de cunho institucional-legal, a saber:

- i) Segundo dados do MTE houve melhoria na fiscalização, que possibilitou que entre 2001 e 2004, pouco mais de 500 000 trabalhadores tivessem sua situação legalizada a cada ano em percentuais crescentes. Na visão de Krein (2007), tal situação pode ser explicada pelo estímulo salarial oferecido aos auditores fiscais para atingir as metas de ampliação da formalidade e de arrecadação do FGTS;
- ii) Houve mudanças na legislação trabalhista que beneficiaram os segmentos tipicamente precarizados. No caso específico dos funcionários terceirizados, pode-se citar a Resolução 96/2000 do TST, que responsabiliza subsidiariamente as tomadoras de serviços que contratam tais funcionários, garantindo seus direitos trabalhistas caso seu empregador não os cumpra. No caso dos empregados domésticos, ampliou-se a cobertura da legislação, incluindo-os no recebimento do FGTS e Seguro-Desemprego;
- iii) O terceiro fator seria a drástica redução do trabalho infantil, que segundo o autor poderia ser corroborado pelos dados da RAIS - que mostrou que, entre 1995 e 2003, o número de postos de trabalho na faixa etária de até 17 anos se reduziu pela metade (em números absolutos, quase 300.000) – e pelos dados da PNAD, que

revelaram uma diminuição do trabalho infantil como um todo: entre 1993 e 2004, o nível de ocupação das pessoas de 5 a 17 anos caiu de 19% para 11,4%.

4.2.1 A informalidade no mercado de trabalho, segundo os setores de atividade econômica

Outra forma de se apreender a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro pode se dar através das dimensões setoriais. Com vistas a compreender a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, torna-se importante analisar a composição setorial da economia brasileira no tocante à geração de emprego e renda, durante as décadas de 1990 e 2000.

De um modo geral, durante os anos 1990, a economia brasileira foi marcada pela abertura comercial, pela adoção de políticas de estabilização e privatizações e pelo processo de reestruturação produtiva das empresas, que diante das profundas transformações econômicas, buscavam uma maior competitividade como uma forma de se estabelecer no mercado. Ramos (2002) ressalta que tais transformações repercutiram no mercado de trabalho, o que provocou uma mudança na composição setorial do emprego, uma vez que foram transferidos postos de trabalho da indústria e da agricultura, para o setor de serviços.

No Gráfico 2, apresentado a seguir, pode-se verificar a trajetória dos setores agrícola, industrial e de serviços em termos de participação relativa no total de empregos da economia brasileira, no período de 1993 a 2009.

A inspeção visual permite identificar a tendência da trajetória de cada setor ao longo desses 16 anos, em que se observa o setor de serviços como o detentor das maiores taxas de participação no emprego total, seguido pelo setor agrícola e industrial, nessa ordem até o final dos anos 1999. Ressalte-se, porém que a partir de 2004 já se pode constatar uma maior participação do setor industrial na geração de empregos do país, frente a uma redução da taxa de participação do setor agrícola, o que significa uma inversão na ordem dos setores mais participativos em termos de geração de emprego.

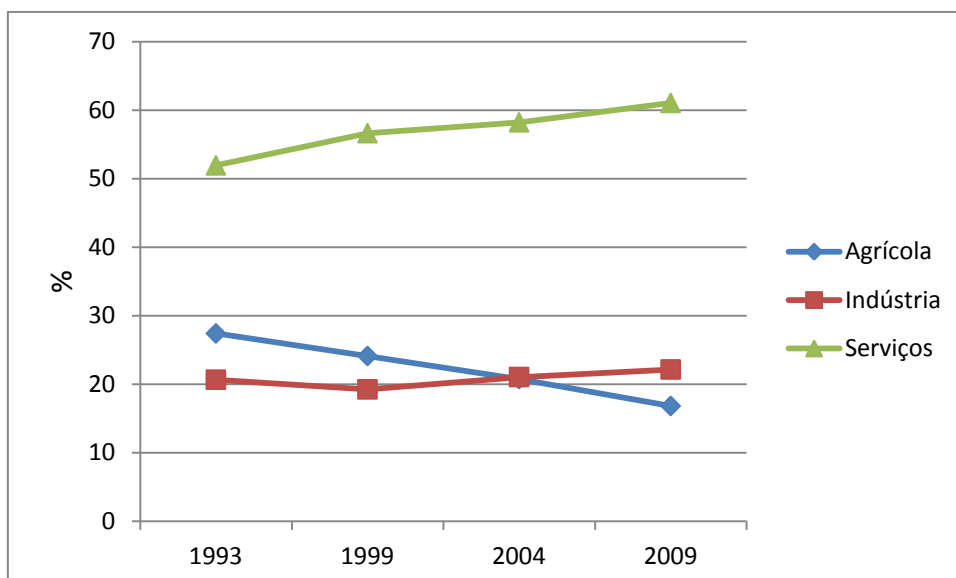


Gráfico 2: Brasil, Taxa de participação setorial no emprego total (1993-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Observando-se o comportamento dessas trajetórias nos anos 1990, pode-se verificar que além de apresentar a maior representatividade no total de empregos gerados no país, o setor de serviços apresentou uma trajetória ascendente em sua taxa de participação, ao passo que o setor industrial manteve-se estagnado durante esse período. Já o setor agrícola apresentou uma trajetória de queda em sua taxa de participação no total de empregos do mercado de trabalho brasileiro.

Tais resultados podem ser melhor compreendidos com a leitura dos dados da Tabela 10, em que são apresentados além das taxas de participação setorial no emprego total, o contingente das ocupações geradas em cada setor, com suas respectivas taxas de crescimento.

Tabela 10: Brasil, Participação setorial no emprego total (1993-2009).

Setores		Período				Variações		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Agricultura	Frequência Absoluta	18.191.599	17.246.860	17.503.779	15.560.492	-5,2%	-11,1%	-14,5%
	(%)	27,41	24,12	20,75	16,82	-3,3 p.p.	-3,9 p.p.	-10,6 p.p.
Indústria	Frequência Absoluta	13.713.994	13.762.601	17.757.067	20.492.381	0,4%	15,4%	49,4%
	(%)	20,66	19,25	21,05	22,15	-1,4 p.p.	1,1 p.p.	1,5 p.p.
Serviços	Frequência Absoluta	34.460.771	40.482.754	49.105.392	56.482.151	17,5%	15,0%	63,9%
	(%)	51,93	56,63	58,21	61,04	4,7 p.p.	2,8 p.p.	9,1 p.p.
Total	Frequência Absoluta	66.366.364	71.492.215	84.366.238	92.535.024	7,7%	9,7%	39,4%
	(%)	100	100	100	100			

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Conforme elucidam as estatísticas da Tabela 10, verifica-se que de 1993 a 1999, a indústria reduziu sua participação na geração de empregos em aproximadamente 1,4 pontos percentuais, ao passo que o setor de serviços incrementou sua participação em aproximadamente 4,7 pontos percentuais. Em 1993, o contingente de trabalhadores no setor de serviços era de aproximadamente 34,4 milhões. Em 1999 esse número elevou-se para aproximadamente 40,4 milhões, ou seja, no período considerado, aproximadamente 6 milhões de ocupações foram criadas no setor de serviços, ao passo que na indústria apenas 49 mil ocupações foram criadas, chegando a aproximadamente 14 milhões em 1999. Em termos de taxa de crescimento, nota-se que as ocupações do setor de serviços cresceram a uma taxa de 17,5% no período de 1993 a 1999, frente a um crescimento de 0,4% do setor industrial no mesmo período.

Tais resultados são apenas formas distintas de se evidenciar uma tendência dos anos 1990: a perda de dinamismo do setor industrial e a absorção de mão-de-obra a taxas crescentes do setor de serviços, o que em grande medida contribuiu para o incremento da informalidade nesses setores.

Segundo Baltar (2003), a perda de dinamismo do setor industrial na geração de empregos e o crescimento da participação do setor de serviços no total das ocupações, surtiu efeitos negativos no mercado de trabalho brasileiro pela natureza precária de uma parcela das ocupações desse setor, no que diz respeito à estabilidade, segurança e remuneração, evidenciando assim uma tendência à precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Esses resultados podem ser melhor apreciados com a base dados da Tabela 11, em que se apresenta os níveis de formalização do emprego segundo os setores agrícola, industrial e de serviços.

Tabela 11: Brasil, Nível de formalização, segundo os setores econômicos, 1993-2009 (%).

Setor	Formalização	Período				Variação		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Agricultura	Formal	7,7	8,2	9,4	11,3	0,5	2,0	3,6
	Informal	92,3	91,8	90,7	88,7	-0,5	-2,0	-3,6
Indústria	Formal	57,4	51,3	51,3	54,2	-6,2	2,9	-3,3
	Informal	42,6	48,7	48,7	45,8	6,2	-2,9	3,3
Serviços	Formal	46,3	45,91	48,5	53,04	-0,4	4,5	6,7
	Informal	53,7	54,09	51,5	46,96	0,4	-4,5	-6,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Consoante as estatísticas apresentadas na Tabela 11, pode-se ressaltar a *performance* da indústria, que tradicionalmente detém o maior grau de formalidade, frente ao desempenho dos setores agrícolas e de serviços, que apresentam a maior contribuição para a informalidade. De fato, a maior concentração de trabalhadores sem carteira assinada ainda é no setor de prestação de serviços, sobretudo por causa das empregadas domésticas sem carteira assinada, ao passo que a indústria, sobretudo a de transformação mantém a maior proporção de trabalhadores com carteira assinada.

De acordo com os dados da Tabela 11, verifica-se que dentre os setores analisados, o agrícola apresenta os maiores níveis de informalidade. Em 1993, do total de ocupações do setor, aproximadamente 92% eram informais. Parte dessa informalidade deve-se, sobretudo, ao desempenho da categoria dos trabalhadores sem carteira, que exhibe nesse setor o maior nível frente aos demais setores da atividade econômica. Outra parte dessa informalidade é constituída por trabalhadores que produzem para seu próprio consumo. Contudo, conforme destacam Silva *et al.* (2002), esta última categoria não pode ser considerada *informal* no mesmo sentido que o são os empregados sem carteira, de modo que as políticas públicas direcionadas a esse segmento visam elevar seu nível de renda e sua qualidade de vida, procurando garantir sustentabilidade à agricultura familiar.

Contudo, percebe-se que mesmo em patamares elevados, o nível de informalidade nesse setor vem se reduzindo, ainda que em um ritmo muito lento, haja vista que em 2009, a proporção de trabalhadores informais nesse setor reduziu-se em 3,6 pontos percentuais em relação a 1993, atingindo um nível de informalidade de aproximadamente 88,7%.

Com níveis de informalidade bastante significativos, pode-se destacar também a *performance* do setor de serviços, em que 53,7% de suas ocupações foram caracterizadas como informais, em 1993. Em 1999, o nível de informalização do setor não apresentou mudanças significativas, incrementando-se em 0,4 pontos percentuais, indicando que do total de ocupações do setor, cerca de 54,1% foram consideradas como informais.

Apesar da pequena alteração em seu nível de informalidade, deve-se atentar para o desempenho do setor de serviços em termos absolutos, no período compreendido entre 1993 a 1999, em que o setor apresenta a maior taxa de crescimento das ocupações informais, conforme pode ser observado na Tabela 12, apresentada a seguir.

Tabela 12: Brasil, Ocupação formal e informal, segundo os setores econômicos (1993-2009).

Setor	Ocupação	Período				Tx. de crescimento (%)		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Agrícola	Formal	1.400.729	1.418.797	1.636.137	1.760.427	1,3	7,6	25,7
	Informal	16.790.870	15.828.063	15.867.642	13.800.065	-5,7	-13,0	-17,8
Indústria	Formal	7.875.708	7.056.972	9.108.230	11.098.303	-10,4	21,8	40,9
	Informal	5.838.286	6.705.629	8.648.837	9.394.078	14,9	8,6	60,9
Serviços	Formal	15.962.630	18.585.326	23.813.663	29.959.869	16,4	25,8	87,7
	Informal	18.498.141	21.897.428	25.291.729	26.522.282	18,4	4,9	43,4
Total	Formal	25.239.067	27.061.095	34.558.030	42.818.599	7,2	23,9	69,7
	Informal	41.127.297	44.431.120	49.808.208	49.716.425	8,0	-0,2	20,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Na Tabela 12, entre os anos de 1993 a 1999, observa-se que o setor de serviços incrementou o total de ocupações tanto no setor formal, quanto no informal. No entanto, vale mencionar que as ocupações formais apresentaram a uma taxa de crescimento aquém daquela apresentada pelas ocupações informais no setor de serviços: 16,4% contra 18,4%, respectivamente. Ademais, convém frisar que essa taxa de crescimento das ocupações informais (18,4%), foi superior à taxa apresentada pela população total ocupada no setor informal, que cresceu a uma taxa de 8% no mesmo período.

No caso do setor industrial, que tem tradicionalmente níveis de informalidade menores, constata-se, conforme os dados da Tabela 11, uma tendência de crescimento deste grau em aproximadamente 6,2 pontos percentuais (a taxa elevou-se de 42,6% para 48,7%), no período 1993-1999, o que corrobora os efeitos nocivos da perda de dinamismo desse setor durante os anos 1990, considerado um dos redutos do trabalho formal. Tal resultado pode ser ratificado ao se observar a evolução das ocupações do setor industrial no período de 1993 a 1999, em que se verifica que as ocupações formais apresentaram uma taxa de crescimento negativa de 10,4%, ao passo que as ocupações informais cresceram uma taxa positiva de 14,9%, conforme os dados da Tabela 12.

A respeito do crescimento da informalidade no setor industrial na década de 1990, Ramos e Ferreira (2005) destacam que tal resultado seria reflexo de um aumento das negociações trabalhistas à margem da legislação, disseminando uma espécie de “cultura da informalidade” em determinadas áreas do país. Desse modo, apreende-se que o elevado número de trabalhadores em ocupações informais não se deveu somente à expansão dos postos de trabalho no setor de serviços, mas também pelo aumento da informalidade nos

postos de trabalho industriais. Silva *et al.* (2002), destacam a indústria de construção como um caso ilustrativo desse crescimento da informalidade, que no período 1992-2001 viu a participação dos sem carteira subir de 24 para 31%.

Oliveira (2011) realça alguns fatores capazes de explicar o comportamento do setor industrial ao longo dos anos 1990. Segundo o autor, os anos 1990 foram marcados por crescimento do desemprego, disseminação da *terceirização*, maior pressão empresarial e governamental no sentido de promover a *desregulamentação* do trabalho, somados a uma significativa redução da ação fiscalizatória do Estado no sentido de se fazer cumprir as leis trabalhistas. Um dos resultados mais imediatos foi o processo de transferência de parte dos postos de trabalho da indústria para o setor de serviços, bem como o desencadeamento do processo de privatização das empresas estatais e de serviços públicos.

Quanto ao processo de terceirização, Cacciamali (2000) destaca que essa tendência ocorre em um movimento de reorganização do trabalho assalariado, caracterizado pelo crescimento de formas de emprego assalariado sem carteira, tal qual ocorre nos setores da indústria e dos serviços, em que se transferem atividades para “a ponta inferior” das cadeias produtivas, ou seja, para pequenas cooperativas, microempresas ou até mesmo para o trabalho a domicílio.

Para Araújo (2011), o processo de terceirização está diretamente ligado à informalização. Para ilustrar essa relação tão evidente nos anos 1990, o autor menciona o caso da realocação de fábricas para regiões do interior do país, fora dos antigos centros industriais, visando a redução de custos para fazer frente à competição com produtos importados de baixo custo. Para o autor, a maior motivação dessas transferências, seja de empresas de capital nacional, seja de capital estrangeiro é a busca de mão de obra barata e sem tradição de organização sindical, aliados aos incentivos fiscais oferecidos pelos governos subnacionais. No setor industrial, o movimento de busca de “territórios virgens” foi acompanhado pelo surgimento das cooperativas de trabalho, voltadas totalmente para a execução de atividades produtivas terceirizadas.

Nessas cooperativas, a precarização revela-se na ausência de vínculos formais, bem como na ausência dos direitos trabalhistas, rotina extenuante, caracterizada pela intensidade e volume do trabalho e pela instabilidade inerente à própria terceirização, haja vista a dependência de encomendas pelas empresas contratantes.

Lima (2004) enfatiza que a partir dos anos 1990, com o processo de reestruturação econômica e adoção de políticas neoliberais no Brasil, assistiu-se ao fim da proteção e setores industriais, privatizações de empresas estatais e tentativas de desregulamentação do mercado

de trabalho, somados a um significativo crescimento das cooperativas de trabalho. Para o autor, o crescimento dessas cooperativas se deu sob a lógica empresarial de redução de custos, sobretudo redução dos gastos com a gestão da força de trabalho, caracterizando assim as chamadas de “cooperativas de fachadas” ou “falsas cooperativas”.

Desagregando-se os dados relativos aos níveis de informalidade setorial, pode-se ter uma noção dos ramos de atividades que deram maior contributo para o incremento do nível de informalidade de cada setor. Desse modo, apresentam-se na Tabela 13 os níveis de informalidade, segundo os ramos de atividades setorial para o período de 1993 a 1999.¹⁰

Tabela 13: Brasil, Nível informalização segundo os ramos dos setores econômicos(1993-1999) (%).

Setores	Nível de Informalização (%)		
	1993	1999	Variação
Agrícola	92,3	91,8	-0,5
Indústria	42,6	48,7	6,2
Indústria de transformação	31,4	34,6	3,3
Indústria da construção	69,1	77,5	8,4
Outras atividades industriais	26,9	25,1	-1,8
Serviços	53,7	54,1	0,4
Comércio de mercadorias	62,8	62,0	-0,8
Prestação de serviços	76,5	71,8	-4,7
Serviços auxiliares da atividade econômica	51,2	56,2	5,0
Transporte e comunicação	39,6	50,2	10,6
Social	24,2	27,2	3,0
Administração pública	15,0	18,1	3,1
Outras atividades	32,8	41,9	9,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

De acordo com os dados da Tabela 13, tem-se que dentre os ramos de atividades do setor industrial, a indústria da construção apresentou os maiores níveis de informalidade, que passou de 69,1% em 1993 para 77,5% em 1999, o que representa um incremento de 8,4 pontos percentuais no nível de informalidade do setor.

Sobre a *performance* da construção civil, vale frisar que este ramo das atividades industriais é sabidamente reconhecido por primar pelo trabalho precário. Segundo Farah (1996) e Costa (2010), as grandes empresas de construção passaram a estimular a criação de pequenas firmas para a prestação de serviços, constituídas por oficiais e encarregados, com vistas a minimizar seu quadro de pessoal e manter contratos formais apenas com um pequeno

¹⁰ Os dados dos anos 1990 são apresentados separadamente dos anos 2000, devido à mudança metodológica na classificação dos ramos do setor de serviços, que já foi abordada no Capítulo 3 desse trabalho.

núcleo de trabalhadores de ofício. Desse modo, as construtoras de grande porte diminuiriam de forma significativa os ônus dos encargos trabalhistas, uma vez que essa responsabilidade seria transferida para as empreiteiras que, em geral, não registram formalmente seus trabalhadores (COSTA, 2010, p. 46).

No *front* dos ramos de atividade do setor de serviços, para os anos de 1993 e 1999, pode-se destacar que os maiores índices de informalidade foram aqueles apresentados pelas atividades de prestação de serviços (76,5% e 71,8%), comércio de mercadorias (62,8% e 62%), e de serviços auxiliares da atividade econômica (51,2% e 56,2%).

Considerando-se agora os anos representativos da década de 2000, a leitura dos dados da Tabela 11 permite observar que a tendência de crescimento da informalidade inverte-se tanto no setor industrial, quanto no setor de serviços.

O setor de serviços tem seu índice de formalidade incrementado em 4,5 pontos percentuais no período de 2004 a 2009, em que aproximadamente 53% das ocupações do setor foram caracterizadas como formais, frente a 46,7%, que foram caracterizadas como informais, neste último ano analisado.

No caso do setor industrial, observa-se sinais de crescimento do trabalho formal, registrando-se um nível de formalização de aproximadamente 54,2%, em 2009. A tendência de reversão dos índices de formalização deste setor dá indícios de que o processo de racionalização do emprego industrial dos anos 1990 parece ter se esgotado. No período de 2004 a 2009, pode-se observar que as ocupações formais do setor industrial cresceu a uma taxa de 21,8%, enquanto as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8,6%.

Tal resultado pode ser imputado ao processo de recuperação do setor industrial em termos de geração de emprego e renda. De fato, conforme apresentado na Tabela 10, observa-se que o setor voltou a demonstrar dinamismo em termos de geração de postos de trabalho, no período compreendido entre 2004 e 2009, em que a população ocupada no setor cresceu a uma taxa de 15,4%, sendo a maior taxa de crescimento de todos os setores, superior inclusive, à taxa de crescimento da população total ocupada que apresentou uma taxa de crescimento de 9,7% no mesmo período.

A Tabela 14, apresentada a seguir, traz os níveis de informalidade desagregados por ramos de atividade de cada setor econômico, para os anos de 2004 e 2009. De acordo com essa tabela, pode-se identificar que no setor industrial, a construção civil ainda é a detentora dos maiores índices de informalidade. Contudo, convém mencionar que esse ramo apresentou uma redução de 6,2 pontos percentuais em seu nível de informalidade, uma vez que esse nível passou de 75,5% em 1993, para 69,2% em 2009, evidenciando assim uma tendência oposta

àquela verificada nos anos 1990, quando a informalidade nesse ramo de atividade cresceu de forma significativa. Ademais, deve-se realçar que além da construção civil, os demais ramos de atividades industriais também tiveram seus índices de informalidade reduzidos: outras atividades industriais, com uma redução de 7,2 pontos percentuais e a indústria de transformação, com uma redução de 2,9 pontos percentuais.

Tabela 14: Brasil, Nível informalização segundo os ramos dos setores econômicos (2004-2009) (%).

Setores	Nível de Informalização (%)		
	2004	2009	Variação
Agrícola	90,7	88,7	-2,0
Indústria	48,7	45,8	-2,9
Outras atividades industriais	20,8	13,7	-7,2
Indústria de transformação	38,1	35,2	-2,9
Construção	75,5	69,2	-6,2
Serviços	51,5	47,0	-4,5
Comércio e reparação	60,1	52,1	-7,9
Alojamento e alimentação	65,6	59,4	-6,2
Transporte, armazenagem e comunicação	49,3	43,7	-5,6
Administração pública	21,1	20,7	-0,4
Educação, saúde e serviços sociais	27,7	26,8	-0,9
Serviços domésticos	74,2	72,4	-1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	72,3	69,0	-3,2
Outras atividades	37,0	33,5	-3,5
Atividades mal definidas ou não declaradas	88,2	92,9	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

No tocante ao setor de serviços, verifica-se uma redução dos níveis de informalidade em praticamente todos os ramos de atividades, com destaques para os ramos de comércio e reparação; alojamento e alimentação; e transporte, armazenagem e comunicação, que apresentaram as reduções mais significativas: 7,9, 6,2 e 5,6 pontos percentuais, respectivamente.

Outra informação contida na Tabela 14 é o elevado índice de informalidade dos ramos de atividade do setor terciário, em que se ressaltam as *performances* dos serviços domésticos, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, alojamento e alimentação e comércio reparação.

Em suma, quanto à distribuição setorial da informalidade, o resultado no agregado (de 1993 a 2009) permite concluir que houve queda do grau de informalidade nos setores

onde este grau é tradicionalmente mais elevado, como os setores agrícola e de serviços, com reduções de 3,6 e 6,7 pontos percentuais, respectivamente. Por outro lado, a indústria, tida como um dos redutos do trabalho formal, apresentou uma redução de 3,3 pontos percentuais em seu nível de formalização ao longo desses 16 anos.

Diante dos resultados observados, evidencia-se uma tendência à formalização das relações de trabalho, que pode ser compreendida à luz da dinâmica recente do mercado de trabalho, marcada por forte dinamismo na geração de emprego, (formalização dos vínculos empregatícios). Tais resultados mais uma vez corroboram o noção de que a própria trajetória da informalidade observada ao longo das décadas de 1990 e 2000, mantém relação direta com a expansão do nível de produção.

4.2.2 A informalidade no mercado de trabalho, segundo as formas de inserção na ocupação

Segundo Cacciamali (2011), o nível de emprego, para efeitos de análise, deverá ser apreendido tanto no agregado, quanto de acordo com a sua inserção nas diferentes formas de organização de produção, ou seja, de acordo com sua posição na ocupação. Segundo a autora, tal abordagem permite compreender a anatomia do emprego, bem como sua evolução ao longo do tempo. Desse modo, ressalta-se a importância da desagregação dos dados, com vistas a identificar as características de cada grupo, compreender a situação de grupos em desvantagem no mercado de trabalho, a mobilidade entre as distintas formas de inserção e o impacto das políticas públicas em cada grupo considerado, bem como seu comportamento ao longo dos ciclos econômicos.

De acordo com os dados da PNAD apresentados a seguir, na Tabela 15, no período compreendido entre 1993 e 2009, apreende-se que dentre as categorias do trabalho formal, com exceção da categoria *militar*, que apresentou reduções mínimas em suas taxas de participações, todas registraram uma taxa de crescimento positiva (em pontos percentuais). Por outro lado, dentre as categorias do trabalho informal, excetuando-se as categorias *trabalhador na construção para o próprio uso e empregador com até 5 empregados*, que apresentaram incrementos nas taxas de participações, todas apresentaram variações negativas (em pontos percentuais). Ou seja, em 16 anos, as formas de inserção no trabalho formal vêm aumentando sua participação no total de empregos gerados no país, ao passo que as formas de inserção no trabalho informal vêm se reduzindo. Contudo, vale salientar que em termos de variações percentuais, as categorias de um modo geral não apresentaram grandes mudanças em suas taxas de participação, evidenciando que a anatomia do mercado de trabalho brasileiro

pouco se alterou ao longo desses 16 anos. Nesse sentido, merece destaque os indicadores das categorias *empregado com carteira* e os trabalhadores *não- remunerados*, uma vez que apresentaram as taxas de variações mais significativas, evidenciando as transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Tabela 15: Brasil, Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2009 (%).

Emprego	Posição na Ocupação	Taxa de Participação (%)				Variações (p.p.)		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004 - 2009	Total
Formal	Empregado com Carteira	29,07	27,48	30,45	34,98	-1,59	4,53	5,91
	Militar	0,37	0,4	0,31	0,3	0,03	-0,01	-0,07
	Funcionário público estatutário	5,82	6,22	6,29	6,88	0,4	0,59	1,06
	Trabalhador doméstico com carteira	1,19	1,87	1,98	2,16	0,68	0,18	0,97
	Empregador (6 empregados ou mais)	1,57	1,88	1,92	1,97	0,31	0,05	0,4
Informal	Outros Empregados sem carteira	17,27	17,38	18,3	16,55	0,11	-1,75	-0,72
	Trabalhador doméstico sem carteira	5,75	5,59	5,69	5,65	-0,16	-0,04	-0,1
	Conta- própria	21,74	23,24	22,02	20,51	1,5	-1,51	-1,23
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,02	4,49	4,01	4,09	-0,53	0,08	-0,93
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,16	0,12	0,11	0,16	-0,01	0,11
	Não remunerado	10,50	9,34	6,97	4,65	-1,16	-2,32	-5,85
	Empregador (até 5 empregados)	1,69	1,95	1,93	2,18	0,26	0,25	0,49

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Entre 1993 e 2009, o Brasil incrementou sua participação no segmento formal em 8,3 pontos percentuais, chegando a apresentar aproximadamente 46% dos postos de trabalho nesse segmento. Com os dados desagregados da Tabela 15, verifica-se que o incremento do segmento formal deve-se basicamente a aumentos no número de *Empregados com carteira* (incremento de 5,9 pontos percentuais) e a redução da informalidade deve-se principalmente a reduções nas categorias *trabalhadores não remunerados* (redução de 5,85 pontos percentuais) e *conta-própria* (redução de 1,23 pontos percentuais). Em 1993, das poucas mais de 66 milhões de ocupações, cerca de 19 milhões eram *empregados com carteira*, aproximadamente 7 milhões eram *trabalhadores não-remunerados* e cerca de 14 milhões eram *conta-própria*. Em 2009, das 92,5 milhões de ocupações, aproximadamente 32 milhões eram de *empregados com carteira*, 4 milhões de *trabalhadores não remunerados* e 19 milhões eram *conta-própria*.

Desse modo, constata-se que dentre as categorias tidas como formais, a posição mais representativa em termos de participação no total de empregos é a de *empregado com carteira*, que apresenta as maiores taxas de participação para todos os anos considerados por essa pesquisa. Em 1993, por exemplo, a taxa de participação dessa categoria no total de ocupações era de aproximadamente 29%. Se considerarmos apenas o universo das atividades formais, a taxa de participação da categoria torna-se ainda mais significativa, chegando a aproximadamente 76%.

No *front* das atividades informais, destaca-se a categoria *conta-própria* como tendo as maiores taxas de participação no total de empregos. Em 1993, a taxa de participação da categoria ficou em torno dos 22%, taxa que só fica abaixo da categoria *empregado com carteira* do setor formal. Dentre as atividades informais, também merecem ser sublinhadas as categorias *outros empregados sem carteira* e os *não-remunerados*, uma vez que ambas apresentam taxas de participação significativas nos 4 anos selecionados pela pesquisa. Em 1993, por exemplo, a categoria *outros empregados sem carteira* apresentou uma taxa de participação de aproximadamente 17%. Já a categoria dos *não-remunerados* apresentou uma taxa de participação de aproximadamente 10,5%, que seria a quarta maior representatividade dentre todas as categorias analisadas.

Ao se observar as estatísticas da Tabela 15, é possível constatar a relevância que tem a auto-ocupação para a economia do país. A expressiva representatividade da categoria *conta-própria* apresenta-se em conformidade com a tendência geral apresentadas pelos países da América Latina, donde uma em cada quatro pessoas ocupadas trabalha como independente¹¹. (MAIA e GARCIA, 2011, p.270).

Maia e Garcia (2011) ressaltam que devido à representatividade desses trabalhadores e ao fato de sua existência não ser transitória para outro tipo de inserção ocupacional, tem-se verificado uma preocupação crescente dos organismos internacionais na recomendação de políticas públicas direcionadas à provisão de proteção social, especialmente no sentido de prover esquemas de aposentadoria para os esses trabalhadores.

Em suma, a categoria *conta-própria* continua a ser responsável por uma parcela significativa de trabalhadores, assumindo o *status* de principal forma de inserção no trabalho informal. Contudo, vale sublinhar que a categoria vem apresentando sinais de arrefecimento nos anos recentes devido ao aquecimento da atividade econômica, ao fortalecimento do emprego formal e ao promissor processo de inclusão social resultante de políticas públicas

¹¹ Na metodologia das autoras, o Trabalho Independente compreende as categorias Conta-Própria, Pequenos Empregadores e Profissional Universitário Autônomo.

voltadas para o crescimento econômico e para a redistribuição de renda, com vistas a reverter a desestruturação que caracterizou os anos 1990.

4.2.3 A informalidade no mercado de trabalho, segundo as cinco grandes regiões

Considerando-se a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, apresentam-se a seguir os dados sobre a informalidade, segundo as grandes regiões, com vistas a identificar mudanças nas estruturas ocupacionais de cada região, bem como a existência de tendências similares ou divergentes daquelas apresentadas em nível nacional no período compreendido entre 1993 e 2009.

Observando-se os dados da Tabela 16, pode-se constatar que entre os anos de 1993 a 1999, apenas as regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram incrementos na proporção de trabalhadores formais, revelando uma tendência de redução da informalidade. Neste sentido, merece relevo a região Centro-Oeste, que neste período apresentou o maior incremento em seu nível de formalização: de 2,9 pontos percentuais. Por outro lado, a região Nordeste manteve seu nível de formalização inalterado: 22% da população ocupada concentrava-se no segmento formal, ao passo que 78% concentrava-se no setor informal, tanto em 1993, quanto em 1999.

Tabela 16: Brasil e regiões, Nível de formalização no mercado de trabalho, 1993 - 2009 (%).

Área Geográfica	Ocupação	Período				Variação (p.p.)		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Brasil	Formal	38,0	37,9	41,0	46,3	-0,1	5,3	8,3
	Informal	62,0	62,1	59,0	53,7	0,1	-5,3	-8,3
Norte	Formal	32,2	31,0	28,0	34,4	-1,2	6,4	2,2
	Informal	67,8	69,0	72,0	65,6	1,2	-6,4	-2,2
Nordeste	Formal	22,0	22,0	25,3	31,0	0	5,7	9
	Informal	78,0	78,0	74,7	69,0	0	-5,7	-9
Sudeste	Formal	49,1	47,9	51,2	55,8	-1,2	4,6	6,7
	Informal	50,9	52,1	48,8	44,2	1,2	-4,6	-6,7
Sul	Formal	39,6	41,2	45,3	50,8	1,6	5,5	11,2
	Informal	60,4	58,8	54,7	49,2	-1,6	-5,5	-11,2
Centro-Oeste	Formal	34,5	37,4	42,4	47,9	2,9	5,5	13,4
	Informal	65,5	62,6	57,6	52,1	-2,9	-5,5	-13,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Para contrabalancear os incrementos no trabalho formal das regiões Sul e Centro-Oeste, destacam-se os dados das regiões Norte e Sudeste, ambas com reduções de 1,2 pontos percentuais na proporção de trabalhadores inseridos no setor formal.

Quando se analisam os dados por região, verifica-se que ao longo dos 16 anos cobertos pela pesquisa, o nível de formalização no mercado de trabalho segue a mesma tendência apresentada nacionalmente, apresentados sinais de recuperação apenas a partir de 2004.

Dentre as cinco regiões analisadas, destaca-se a região Sudeste por apresentar o maior nível de formalização em todos os anos analisados, com índices de aproximadamente, 49%, 48%, 51% e 56% , em 1993, 1999, 2004 e 2009, respectivamente. Tais percentuais revelam que a região apresenta um nível de formalização superior ao do país em todos os anos analisados.

Por outro lado, destacam-se os dados da região Nordeste, que dentre as cinco regiões analisadas apresentou os menores índices de formalização do mercado de trabalho. A proporção da população ocupada no setor formal apresentou índices de aproximadamente, 22%, 22%, 25% e 31%, em 1993, 1999, 2004 e 2009, respectivamente, evidenciando que a região apresenta níveis de formalização bem aquém dos níveis nacionais para todos os anos analisados.

Em termos de variações totais, sublinha-se a evolução dos índices das regiões Norte e Centro-oeste, que apresentaram a menor e maior variação do nível de formalização, respectivamente. De acordo com os dados da Tabela 16, pode-se verificar que de 1993 a 2009, a região Norte incrementou seu nível de formalização em aproximadamente 2,2 pontos percentuais, a menor variação dentre as cinco regiões, ao passo que a região Centro-oeste aumentou o nível de formalização em aproximadamente 13,4 pontos percentuais, variação superior àquela apresentada nacionalmente. Desse modo, apreende-se que dos 8,3 pontos percentuais de incremento na formalização do país, a região Centro-oeste é responsável por aproximadamente 2,7 pontos percentuais, seguida pelas regiões Sul e Nordeste, que foram responsáveis por um incremento de aproximadamente 2,2 e 1,3 pontos percentuais no nível de formalização do país, respectivamente.

Desagregando-se os dados regionais segundo as formas de inserção na ocupação, pode-se verificar a diversidade do desempenho de cada região, em que se observaram diferentes tendências no tocante à participação relativa de cada ocupação no total de empregos. Na Tabela 17, são elencadas as cinco categorias mais representativas em termos de participações no total de ocupações, segundo as cinco grandes regiões, para os anos selecionados pela pesquisa.

Tabela 17: Cinco grandes regiões, Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2009 (%).

Região	Posição na Ocupação	Taxa de Participação (%)				Variações (p.p.)		
		1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009	Total
Norte	Empregado com Carteira	21,0	17,4	17,9	22,3	-3,6	4,4	1,3
	Conta- própria	24,4	26,5	26,6	25,3	2,1	-1,3	0,9
	Outros Empregados sem carteira	22,5	21,5	20,6	20,5	-1,0	-0,1	-2,0
	Não remunerado	7,3	7,6	11,0	7,1	0,3	-3,9	-0,2
	Trabalhador na prod. para o próprio consumo	4,9	3,5	5,7	4,2	-1,4	-1,5	-0,7
Nordeste	Empregado com Carteira	15,6	14,7	17,2	21,7	-0,9	4,5	6,1
	Conta- própria	27,8	29,3	27,6	24,9	1,5	-2,7	-2,9
	Outros Empregados sem carteira	20,7	19,3	21,2	20,8	-1,4	-0,4	0,1
	Não remunerado	17,0	16,9	12,6	7,6	-0,1	-5,0	-9,4
	Trabalhador na prod. para o próprio consumo	6,1	6,2	6,5	7,8	0,1	1,3	1,7
Sudeste	Empregado com Carteira	38,6	36,1	39,5	43,9	-2,5	4,4	5,3
	Conta- própria	18,4	20,1	18,6	17,7	1,7	-0,9	-0,7
	Outros Empregados sem carteira	15,8	16,7	17,4	14,5	0,9	-2,9	-1,3
	Não remunerado	5,1	4,2	2,5	2,3	-0,9	-0,2	-2,8
	Trabalhador na prod. para o próprio consumo	3,6	2,9	2,1	1,9	-0,7	-0,2	-1,7
Sul	Empregado com Carteira	31,9	31,5	35,2	39,4	-0,4	4,2	7,5
	Conta- própria	20,7	21,6	20,7	19,1	0,9	-1,6	-1,6
	Outros Empregados sem carteira	11,9	12,8	13,8	13	0,9	-0,8	1,1
	Não remunerado	14,9	11,5	8,7	5,9	-3,4	-2,8	-9,0
	Trabalhador na prod. para o próprio consumo	6,5	5,7	4,6	3,8	-0,8	-0,8	-2,7
Centro-oeste	Empregado com Carteira	22,9	24,3	28,7	33,6	1,4	4,9	10,7
	Conta- própria	18,7	19,7	19,7	19,4	1,0	-0,3	0,7
	Outros Empregados sem carteira	22,3	21,7	20,6	17,2	-0,6	-3,4	-5,1
	Não remunerado	8,1	5,8	4,3	2,6	-2,3	-1,7	-5,5
	Trabalhador na prod. para o próprio consumo	6,0	4,8	3,0	3,8	-1,2	0,8	-2,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Consoante elucidam os dados, nem sempre a tendência observada nacionalmente aplica-se aos casos de todas as regiões. Nesse sentido, vale destacar as regiões Norte e Nordeste, uma vez que, para as mesmas, a categoria do trabalhador *conta própria* tem uma taxa de participação relativa no emprego total superior à média nacional, superando inclusive a taxa de participação dos *empregados com carteira*, que nacionalmente, tem a maior representatividade dentre todas as categorias analisadas. Assim, se nacionalmente o peso do *conta-própria* já é considerado elevado, para essas regiões a situação revela-se ainda mais

preocupante, evidenciando que tal categoria é o cerne do setor informal, mesmo apresentando tendência de redução na participação relativa.

Considerando-se o caso da região Norte, destaca-se que em 1993 o contingente de trabalhadores *conta-própria* era de aproximadamente 666 mil trabalhadores. Já em 2009, tal contingente atinge a cifra dos 1,7 milhões de trabalhadores, o que representa uma variação de aproximadamente 160%. Ademais, deve-se atentar para o fato da tendência de aumentos na taxa de participação dessa categoria no total de ocupações, ainda que pequena (0,9 pontos percentuais), evidenciando que para essa região ao longo de 16 anos, a anatomia do trabalho informal em pouco se alterou e que o trabalhador *conta-própria* continua tendo a maior participação no total de empregos gerados.

No tocante à categoria dos trabalhadores *não remunerados*, mais uma vez destaca-se a região Nordeste por apresentar as maiores taxas de participações relativas. Em 1993, por exemplo, aproximadamente 3,2 milhões de trabalhadores não recebiam remuneração em dinheiro, trabalhando em troca de habitação, alimentos ou simplesmente recebiam seus rendimentos em forma de mercadorias. Tal contingente representava cerca de 17% do total de ocupações geradas na região. Contudo, vale salientar que ainda apresentando uma das maiores taxas em termos de participação relativa, a região conseguiu reduzir de forma significativa a participação dessa categoria no total de ocupações: em 2009, o contingente de trabalhadores que não recebiam suas remunerações em dinheiro caiu para aproximadamente 1,8 milhões de trabalhadores, o que representa 7,6% do total de ocupações geradas na região. Assim, conforme apresentado na Tabela 17, pode-se verificar que essa categoria reduziu sua participação relativa em 9,4 pontos percentuais, a redução mais significativa da categoria dentre todas as regiões analisadas.

Outro indicador do trabalho informal que também merece destaque na região Nordeste é a taxa de participação dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*. Conforme elucidam os dados da Tabela 17, a categoria assume a maior representatividade nessa região, onde, em 2009 atingiu uma taxa de participação 7,8% no total de ocupações da região, o que representa um contingente de aproximadamente 1,9 milhões de trabalhadores. Em termos absolutos, pode-se apreender que entre 1993 e 2009 esse contingente incrementou-se em 65%, uma vez que em 1993 o total de *trabalhadores na produção para o próprio consumo* era de aproximadamente 1,1 milhões. Não obstante o incremento em termos absolutos, ressalta-se ainda a tendência de aumentos na participação relativa dessa categoria no total de ocupações da região, que teve sua taxa de participação elevada em 1,7 pontos percentuais no período em questão. Tal tendência segue na contramão da *performance* das

demais regiões, em que essa categoria vem apresentando sinais de arrefecimentos, ainda que moderados.

Quanto à categoria dos *empregados sem carteira*, evidencia-se a *performance* das regiões Norte e Centro-Oeste, onde essa forma de inserção na ocupação informal apresentou-se de forma mais representativa em termos de taxas de participações relativas no total de ocupações. Na região Centro-Oeste, por exemplo, a taxa de participação da categoria atingiu os 22,3% em 1993, indicando que pouco mais de 1 milhão de ocupados trabalhavam sem nenhum registro formal e sem cobertura das leis trabalhistas. Em 2009, esse contingente apresentou um incremento de aproximadamente 18%, chegando a 1,2 milhões de trabalhadores. Porém, em termos de participação relativa no total de ocupações geradas na região, a categoria vem perdendo representatividade, apresentando uma taxa de aproximadamente 17%, o que implica em uma perda de participação em 5,1 pontos percentuais, se considerarmos o período de 1993 a 2009.

Considerando-se a categoria dos *empregados com carteira*, destacam-se as regiões Sul e Sudeste como sendo redutos do trabalho formal, uma vez que a categoria assume nestas regiões as maiores taxas de participações relativas no total de ocupações. No caso específico da região Sudeste, consoante os dados da Tabela 17, pode-se verificar que a região apresentou as maiores taxas de participação em todos os anos analisados, atingindo uma taxa de 43,9% em 2009. Em 1993, a região concentrava pouco mais de 11 milhões de trabalhadores nessa categoria, já em 2009 esse número atinge as cifras de aproximadamente 17 milhões de trabalhadores, evidenciando um incremento de aproximadamente 31%. Em termos de participação relativa no total de ocupação, a região também apresenta uma *performance* satisfatória, uma vez que a taxa de participação da categoria incrementou-se em 5,3 pontos percentuais, corroborando assim o *status* de reduto do trabalho formal. Contudo, em termos de variações, vale destacar também o desempenho das regiões Centro-oeste, Sul e Nordeste, que apresentaram variações significativas no incremento da taxa de participação dessa categoria: 10,7, 7,5, e 6,1 pontos percentuais, respectivamente. Por outro lado, destaca-se a região Norte por apresentar a menor variação da taxa de participação da categoria, apenas 1,3 pontos percentuais, embora superior àquela apresentada pelo trabalho *conta-própria* (0,9 pontos percentuais). Tais resultados revelam que a região Norte não vem acompanhando a tendência nacional, expressa no comportamento das demais regiões, na redução do trabalho informal, em que se verifica uma tendência mais robusta de incremento do trabalho formal, sobretudo no tocante à categoria dos *empregados com carteira*.

Diante dos resultados, pode-se concluir que, de um modo geral, as formas de inserção no trabalho informal vêm reduzindo sua participação relativa no total de ocupações ao longo desses 16 anos, ao passo que as formas de inserção no trabalho formal vêm ampliando sua participação. Regionalmente, pode-se apreender que as categorias tidas como informais, têm um peso relativo maior nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que as categorias tidas como formais assumem maior representatividade nas regiões Sul e Sudeste. Tal resultado, em grande medida contribui para a confirmação de uma visão dualista acerca do mercado de trabalho brasileiro, que evidencia os contrastes nas condições de trabalhos nas ocupações formais e informais, entre os estados “sulistas” e “nortistas”.

Em termos de variações, destaca-se a região Centro-oeste por apresentar a maior mudança na anatomia de suas ocupações, em que as ocupações informais vêm apresentando tendências robustas de arrefecimento, ao passo que as formais vêm incrementando sua participação no total de empregos. Por outro lado, destaca-se o desempenho da região Norte ao longo desses 16 anos, em que se verificaram poucas alterações na estrutura das ocupações, apresentando inclusive algumas tendências contrárias àquelas apresentadas pelo conjunto das demais regiões. É bem verdade que o trabalho informal vem se reduzindo na região, mas ainda assim a situação inspira atenção das políticas públicas que visam à redução do trabalho informal.

4.3 Jornada de trabalho e rendimentos nas ocupações informais

Nesta seção serão apresentados indicadores da jornada de trabalho e dos rendimentos dos trabalhadores nas ocupações do mercado de trabalho brasileiro. A análise pauta-se no sentido de se estabelecer comparativos entre os trabalhadores formais e informais, visando captar as particularidades de cada segmento, além de apreender as tendências desses indicadores ao longo do período compreendido entre 1993 a 2009.

Conforme destaca Leite (2011), um dos indicadores acerca da qualidade das condições de trabalho seria o número de horas trabalhadas, uma vez que tal indicador é capaz de captar os diferenciais de jornada de trabalho entre os segmentos formais e informais do mercado de trabalho e pelo fato do mesmo estar diretamente relacionado com outro índice de bem-estar dos trabalhadores, o salário-hora médio, que será analisado posteriormente.

De acordo com os dados da Tabela 18, pode-se observar que nacionalmente a média das horas trabalhadas no setor formal é superior à media do setor informal em todos os anos analisados. Pode-se apreender ainda que a média do setor formal permaneceu praticamente

inalterada ao longo desses 16 anos, oscilando sempre em torno das 43 horas por semana. Por outro lado, a média das horas trabalhadas semanalmente no setor informal vem apresentando uma tendência declinante ao longo desse período. Em 1993, a média do setor informal era de aproximadamente 39 horas. Já em 2009 essa média reduz-se para 36 horas, implicando assim em uma trajetória de divergência das médias das horas trabalhadas nesses setores: o que era uma diferença de 4,7 horas trabalhadas em 1993, passou a ser de 6,7 horas trabalhadas em 2009.

Tabela 18: Brasil e regiões, Média das horas trabalhadas por semana (1993-2009).

Área geográfica	Formalização	1993	1999	2004	2009
Brasil	Formal	43,3	43,4	43,5	43,0
	Informal	38,6	38,1	37,4	36,3
Norte	Formal	42,0	42,4	43,2	42,4
	Informal	40,8	40,9	37,2	36,2
Nordeste	Formal	40,9	42,0	42,7	42,5
	Informal	35,8	34,9	35,0	34,7
Sudeste	Formal	43,9	43,7	43,6	43,2
	Informal	40,1	39,9	39,0	37,4
Sul	Formal	43,7	43,9	43,4	43,1
	Informal	39,8	39,3	37,9	36,7
Centro-oeste	Formal	43,6	44,3	44,3	43,2
	Informal	41,6	41,1	39,9	37,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Para Teixeira e Pelatieri (2009), as jornadas de trabalho informais abaixo das realizadas pelos trabalhadores formais, pode ser um indício do crescimento de contratos atípicos com jornadas parciais de trabalho, o que em grande medida, pode indicar piores condições de trabalho, corroborando a tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro. Vale salientar ainda que tal resultado implica em uma redução, na média, da extensão da jornada de trabalho para o conjunto de trabalhadores. De fato, foi essa questão que levou à divulgação da queda da jornada de trabalho média dos ocupados nos anos recentes. Contudo, conforme destacam Maia e Garcia (2011), tal resultado estatístico não foi corroborado pela realidade dos trabalhadores organizados e que torna inteligível a bandeira unificada de luta empunhada pelas Centrais Sindicais brasileiras.

Harvey (1992) ressalta que esses contratos atípicos, firmados na forma de “subcontratação organizada” dão margem para “que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista revivam e floresçam, mas agora não

mais como apêndices do sistema produtivo, mas sim como elementos centrais, resultando em deterioração das condições de trabalho.

Neves (2006) destaca que se baseando numa lógica de redução de custos, o que vem predominando é a estruturação de cadeias caracterizadas por uma forte assimetria de poder entre as empresas e, pela constituição de cadeias de subcontratação, o que traz fortes consequências em termos de precarização do trabalho.

Considerando-se as dimensões regionais, pode-se ratificar a tendência de redução das horas trabalhadas no setor informal, com destaque para as regiões Norte e Centro-oeste, que apresentaram as maiores reduções nas médias de horas trabalhadas no setor informal: 4,6 e 4,5, respectivamente, evidenciando reduções superiores àquela apresentada nacionalmente. Contudo, apesar das reduções consideráveis na média de horas trabalhadas, tais regiões apresentam os menores diferenciais entre as médias de horas do setor formal e informal, que giram em torno das 4 horas semanais.

Outro dado relevante da Tabela 18 é o desempenho da região Nordeste, onde se verifica as menores médias de horas trabalhadas tanto no setor formal, quanto no informal: aproximadamente 42 horas e 35 horas, respectivamente, indicando que as médias dessa região estão aquém daquelas apresentadas nacionalmente. Já em termos de diferencial entre as médias de horas trabalhadas no setor formal e informal, pode-se destacar que essa região apresenta as maiores divergências: uma diferença, que na média, gira em torno das 7 horas trabalhadas semanalmente.

Por outro lado, destaca-se a região Centro-oeste por apresentar as maiores médias tanto no setor formal, quanto no informal, médias além daquelas apresentadas pelo país com um todo.

Desagregando-se os dados por formas de inserção na ocupação, apresenta-se na Tabela 19 as médias das horas trabalhadas por semana, segundo a posição na ocupação. Desse modo, é possível observar que dentre as categorias formais, as maiores médias de horas trabalhadas na semana são aquelas apresentadas pelos *empregadores* e pelos *trabalhadores doméstico com carteira*. Por outro lado, destaca-se a categoria dos *funcionários públicos* por apresentarem as menores médias de horas trabalhadas durante a semana.

Dentre as categorias informais, ressalta-se os *pequenos empregadores*, os *empregados sem carteira* e os *conta-própria* por apresentarem as maiores médias de horas trabalhadas. Já o *trabalhador na produção para o próprio consumo* destaca-se por apresentar as menores médias de horas trabalhadas.

Tabela 19: Brasil, Média das horas trabalhadas por semana segundo a posição na ocupação (1993-2009).

Ocupação	Posição na ocupação	1993	1999	2004	2009
Formal	Empregado com carteira	44	44	44	44
	Militar	42	43	43	42
	Funcionário público estatutário	36	37	37	37
	Trabalhador doméstico com carteira	47	45	45	44
	Empregador	51	50	49	48
Informal	Outros empregados sem carteira	43	42	41	39
	Trabalhador doméstico sem carteira	41	39	35	33
	Conta-própria	42	42	40	39
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	15	15	17	20
	Trabalhador na produção para o próprio uso	0	32	32	29
	Não remunerado	33	30	29	28
	Empregador	50	50	48	47

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em termos de variação, convém frisar que dentre as categorias formais, os *trabalhadores domésticos com carteira* e o *empregador* apresentaram cada uma, uma redução de 3 horas nas médias de horas trabalhadas, ao longo desses 16 anos. Já entre as categorias informais, pode-se observar que com exceção do *trabalhador na produção para o próprio consumo*, todas as outras apresentaram queda nas médias de horas trabalhadas semanalmente. Neste sentido, deve-se realçar os *trabalhadores domésticos sem carteira*, os *não remunerados* e *outros empregados sem carteira*, por terem apresentado as reduções mais significativas na médias de horas trabalhadas: 8, 5 e 4 horas a menos, respectivamente.

Desse modo, pode-se concluir que a jornada de trabalho nas ocupações informais vem apresentando tendência de redução, ao passo que nas ocupações formais verifica-se uma tendência de manutenção dessa média.

Conhecidas as tendências acerca da jornada de trabalho nas ocupações formais e informais, convém analisar a questão dos rendimentos dos trabalhadores no período de 1993 a 2009. Para tanto, apresenta-se na Tabela 20 as médias do salário-hora entre trabalhadores formais e informais, no período de 1993 a 2009.

Tabela 20: Brasil, Salário-hora médio por ocupação (1993- 2009).

Ocupação	Salário-Hora (R\$ de 2009)*				Tx. de Crescimento (%)
	1993	1999	2004	2009	
Formal	7,64	8,78	8,05	9,14	19,7
Informal	4,09	5,13	4,83	5,91	44,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

* Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos para a PNAD, disponível no sítio do IPEADATA.

Quando a questão é rendimentos, a tendência geral é de que os trabalhadores informais apresentam salários menores do que aqueles apresentados pelos trabalhadores formais. Na Tabela 20, pode ser observado que de fato, as médias do salário-hora das ocupações formais são significativamente maiores do que as médias das ocupações informais. Em 1993, a média do salário-hora dos trabalhadores formais foi de R\$ 7,64, enquanto os trabalhadores informais apresentaram uma média de R\$ 4,09, ou seja, uma diferença de R\$ 3,55.

Outra informação que deve ser considerada na Tabela 20 é queda do salário-hora médio entre os anos de 1999 a 2004, em ambas as ocupações, ratificando a tendência de achatamento generalizado do poder aquisitivo do trabalhador no período de 1996 a 2004, já discutida na seção 4.1 deste capítulo. Tal tendência só foi revertida após 2004 tendo em vista a recuperação do dinamismo do mercado de trabalho brasileiro.

De 1993 a 2009, percebe-se que a tendência geral é de crescimento do salário-hora médio em ambas as ocupações. No entanto, vale frisar que o salário-hora médio dos trabalhadores informais cresceu a uma taxa superior aquela apresentada pelas ocupações formais: 44,8% e 19,7%, respectivamente, o que contribuiu para a redução do diferencial entre as médias das ocupações formais e informais, que agora é de R\$ 3,22.

Contudo, apesar da considerável taxa de crescimento do salário-hora médio das ocupações informais, deve-se atentar para uma questão, que em grande medida pode estar contribuindo para esse incremento: a tendência de redução da jornada de trabalho nas ocupações informais. Desse modo, no intento de isolar os efeitos da redução da jornada do trabalho informal, será analisada na Tabela 21 a evolução dos rendimentos médios reais no período de 1993 a 2009.

Tabela 21: Brasil, Renda Média Mensal por ocupação (1993-2009).

Ocupação	Renda Média (R\$ de 2009)*				Tx. de Crescimento (%)
	1993	1999	2004	2009	
Formal	1228,42	1382,04	1211,88	1396,51	13,7
Informal	637,91	766,21	677,30	805,65	26,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

* Os valores estão em Reais (R\$) do ano de 2009, deflacionados pelo deflator de rendimentos para a PNAD, disponível no sítio do IPEADATA.

No tocante da análise da renda média do trabalho, observa-se que no ano de 1993 o rendimento médio dos trabalhos formais no mercado de trabalho brasileiro foi de R\$ 1.228,42 o equivalente a pouco mais de três salários mínimo da época (R\$ 377,56¹²). Em 2009, houve um aumento percentual de aproximadamente 13,7% no valor do rendimento médio nos postos de trabalhos formais, passando para o valor de R\$ 1.396,51. Analisando o rendimento informal, nota-se que houve um aumento percentual de aproximadamente 26,3%, entre os anos de 1993 e 2009, passando de R\$ 637,91 para R\$ 805,65 neste período. Logo, constata-se que o rendimento médio dos trabalhadores informais cresceu, em termos percentuais, mais que os do setor formal.

A questão do diferencial de salários entre trabalhadores formais e informais já foi amplamente debatida na literatura nacional, em que se levanta a hipótese de segmentação no mercado de trabalho.

Ulyssea (2006) acredita que um dos principais fatos estilizados, já consolidado na literatura nacional é o de que trabalhadores formais apresentam maiores médias salariais do que os informais. Já sobre a hipótese de segmentação do mercado de trabalho, o autor argumenta que a mesma se baseia na suposição de que os empregos formais são escassos e que em geral existem barreiras à entrada, tais quais os sindicatos, a segregação racial e a discriminação por gênero.

Por outro lado, Maloney (1998) argumenta que a associação entre diferenciais de salários e a hipótese de segmentação não é adequada, uma vez que envolve problemas relacionados às características não observáveis do próprio trabalhador e da ocupação em que está inserido. Para o autor, essas características podem afetar diretamente a escolha do indivíduo em função das peculiaridades e benefícios distintos relacionados ao setor formal e informal da economia.

¹² Valor em reais (R\$) constantes de dezembro de 2011, deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Elaboração do IPEA.

5 PERFIL DOS TRABALHADORES NAS OCUPAÇÕES INFORMAIS

De acordo com as informações expostas no Capítulo 4, pode-se concluir que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro tem apresentado uma tendência declinante nos últimos anos da década de 2000. Contudo, vale mencionar que a proporção dos trabalhadores inseridos na informalidade ainda é bastante elevada: em 2009, aproximadamente 54% das ocupações estavam concentradas no segmento informal do mercado de trabalho, o que representa um contingente de cerca de 50 milhões de trabalhadores.

Leone (2010) defende que a maior parte desses trabalhadores não se insere no mercado informal por escolha, mas sim por necessidade e por considerarem o acesso mais fácil vis-à-vis o mercado formal, sobretudo no caso dos trabalhadores de baixo ou nenhum nível de escolaridade ou qualificação. Para a autora, a maioria que trabalha informalmente é pobre, que tem como parcela mais expressiva as mulheres e os negros, que constituem o grupo de pessoas em situação mais vulnerável no mercado de trabalho.

Desse modo, torna-se relevante analisar o perfil dos trabalhadores que compõem a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, com vistas a identificar tendências, compreender o que mudou dos anos 1990 para os anos 2000, de modo que as políticas públicas possam ser direcionadas com mais clareza e com maior efetividade, no intento de garantir um trabalho decente para esses trabalhadores, o que em grande medida, revela-se como um elemento essencial para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, para o combate à pobreza e para a redução das desigualdades. (LEONE, 2010, p.8). Nesse contexto, no presente capítulo é apresentado o perfil dos trabalhadores que compõem o mercado de trabalho informal brasileiro.

5.1 Participação na ocupação informal, segundo as dimensões de gênero e raça

Para início de análise, apresenta-se a seguir, na Tabela 22, a taxa de participação segundo as dimensões de gênero e raça, na ocupação informal, para os anos de 1993, 1999, 2004 e 2009.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 22, pode-se verificar que os homens têm uma taxa de participação no setor informal superior à taxa das mulheres para todos os

anos analisados. Contudo, vale ressaltar que essa disparidade vem apresentando tendência de redução ao longo dos anos analisados.

Em 1993, aproximadamente 59% das ocupações informais eram ocupadas por homens, frente a uma taxa de participação de aproximadamente 41% das mulheres. Em 2009, já é possível verificar uma maior participação das mulheres nas ocupações informais, que apresenta uma taxa de participação de 43,6%, ao passo que a participação masculina vem reduzindo-se, atingindo uma taxa de 56,4% neste ano. Considerando-se as taxas de crescimentos, o incremento da participação feminina nas ocupações informais fica ainda mais evidente: de 1993 a 2009, a taxa de crescimento masculina foi de 15,3%, ao passo que o quantitativo de mulheres nas ocupações informais cresceu a uma taxa de aproximadamente 29%.

Tabela 22: Brasil, Taxa de participação na ocupação informal, conforme sexo e cor (1993-2009)

	(%) Ocupação Informal					
Sexo e cor	1993	1999	2004	2009	Variação (p.p.)	Tx. Cresc.(%)¹³
Homem	59,1	59,3	57,4	56,4	-2,7	15,3
Mulher	40,9	40,7	42,6	43,6	2,7	28,9
Branco	50,0	50,2	47,6	44,4	-5,6	7,4
Não-branco	50,0	49,8	52,4	55,6	5,6	34,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

No tocante à dimensão de raça, pode-se verificar uma tendência de redução dos trabalhadores brancos nas ocupações informais, frente a um incremento na participação dos trabalhadores não-brancos. Em 1993, as ocupações informais estavam distribuídas igualmente entre os dois grupos de raças: 50% de participação para cada um. Contudo, a partir de 2004 verifica-se uma tendência de incremento na participação dos não-brancos nas ocupações informais do mercado de trabalho brasileiro. Entre 1993 e 2009, a taxa de participação dos não-brancos incrementa-se em 5,6 pontos percentuais, atingindo um percentual de aproximadamente 56% das ocupações informais, contra 44% dos brancos. Observando-se as taxas de crescimentos desse período, nota-se que o contingente de trabalhadores não-brancos elevou-se em 34,4%, enquanto o contingente de brancos nas ocupações informais cresceu a uma taxa de 7,4%.

¹³ Taxa de crescimento em termos absolutos.

Diante dos resultados, pode-se concluir que a participação das mulheres e dos não-brancos, que sabidamente compõem o grupo mais vulnerável das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, vem apresentado um crescimento mais expressivo frente os trabalhadores do sexo masculino e de cor branca.

Para Abramo (2004) a segmentação ocupacional de gênero e raça revela-se como uma das mais expressivas formas de discriminação, que em grande medida, está relacionada com aspectos culturais e sociais que atribuem lugares e valores diferenciados ao trabalho, conforme as condições de gênero e raça dos indivíduos, na atividade econômica. A autora ainda defende a observância da questão da segmentação segundo as dimensões de gênero e raça para a elaboração de uma política geral de emprego, com vistas a melhorar a situação das mulheres e dos negros no mercado de trabalho.

Para Fraser (1997), nas desigualdades de raça, a população atua influenciada, em grande medida, pela categoria racial a que pertence e à qual se supõem atributos, características e estereótipos. Para o autor a cor dos indivíduos segmenta o mercado de trabalho, uma vez que entre ocupações mais desvalorizadas socialmente e com menores remunerações é mais comum se concentram as pessoas negras. O autor defende que essa segmentação é um legado histórico do colonialismo e da escravidão.

Para Leone (2010) o sexo e a cor da pele marcam, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho. A autora realça que as mulheres tendem a se concentrarem em poucos setores econômicos, especialmente no setor de serviços em ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade, já os negros, mesmo abrangendo uma diversidade maior de setores, só conseguem empregos que exigem menos qualificação, com remuneração e prestígio social baixos.

A autora sublinha que a segmentação do mercado de trabalho apresenta expressões diferentes que incidem na qualidade dos empregos. Como exemplo é citada a questão do local de trabalho, onde os homens (brancos e negros) trabalham predominantemente em escritórios ou fábricas, ao passo que as mulheres o local de trabalho mais comum é o próprio domicílio.

5.1.1 Formas de inserção na ocupação informal, segundo sexo e raça

O perfil dos trabalhadores informais também poderá ser traçado segundo as formas de inserção na ocupação informal, uma vez que se possibilita a visualização das categorias mais significativas segundo as dimensões de gênero e raça, identificando assim os traços mais marcantes de cada grupo considerado.

Os dados das tabelas 23 e 24, apresentadas a seguir, revelam o perfil da distribuição dos ocupados informais apresentando algumas especificidades conforme sexo e cor.

Tabela 23: Brasil, Taxa de participação por posição na ocupação informal, conforme sexo (1993-2009) (%).

Sexo	Posição na Ocupação	1993	1999	2004	2009	1999-1993	2004-2009	total
Homem	Outros Empregados sem carteira	35,6	34,3	36,8	36,6	-1,3	-0,2	1,0
	Trabalhador doméstico sem carteira	0,8	0,8	0,9	1,0	0,1	0,1	0,2
	Conta- própria	42,4	45,4	44,8	45,0	3,0	0,2	2,6
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,1	3,2	3,8	5,4	0,1	1,7	2,4
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,4	0,3	0,3	0,4	0,0	0,3
	Não remunerado	14,3	11,9	9,4	6,4	-2,4	-3,0	-7,9
	Empregador até 5 empregados	3,8	4,1	4,1	5,2	0,3	1,2	1,5
	Total	100	100	100	100	-	-	-
Mulher	Outros Empregados sem carteira	16,6	18,8	23,2	23,3	2,2	0,1	6,8
	Trabalhador doméstico sem carteira	21,6	20,9	21,4	22,8	-0,6	1,4	1,3
	Conta- própria	24,5	25,7	27,2	29,3	1,3	2,1	4,9
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	15,4	13,2	10,9	10,4	-2,2	-0,5	-5,0
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
	Não remunerado	20,8	19,6	15,1	11,6	-1,2	-3,6	-9,3
	Empregador até 5 empregados	1,2	1,8	2,2	2,5	0,6	0,4	1,3
	Total	100	100	100	100	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Na Tabela 23, pode ser verificado que entre os homens, para todos os anos analisados, sobressaem as categorias dos *empregados sem carteira* e dos trabalhadores por *conta-própria*, que juntos representaram 81% da ocupação informal masculina no ano de 2009. No caso das ocupações informais femininas, além das categorias dos *empregados sem carteira* e dos trabalhadores por *conta-própria*, destaca-se também a categoria das *trabalhadoras domésticas sem carteira*, que apresentou um significativo peso relativo nas ocupações informais das mulheres, em todos os anos analisados. Em 2009, esta categoria atingiu uma taxa de participação de 22,8 % no total das ocupações informais das mulheres.

Para Ávila (2002), a informalidade é mais marcante no serviço doméstico do que em outras ocupações. Para o autor, a aquisição de direitos trabalhistas pelas empregadas domésticas representou uma ruptura do ponto de vista legal e político com uma situação que

ainda guardava resquícios de uma sociedade escravista, em que essas trabalhadoras muitas vezes eram submetidas a situações de dependência, violência, com formas de pagamento arbitrárias, quando não inexistentes, combinadas com jornadas de trabalho abusivas.

Outra informação contida na Tabela 23 é a diferença entre as taxas de participação das categorias dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo* e dos *não remunerados* segundo as dimensões de gênero. Em 1993, somadas, essas duas categorias tiveram uma representatividade de 36,2% no total das ocupações informais femininas, ao passo que nas ocupações informais masculinas essas categorias, somadas, tiveram uma representatividade de 17,4%.

No tocante à categoria dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo*, vale salientar que essa categoria é fundamentalmente constituída por mulheres envolvidas em atividades agrícolas voltadas para o consumo próprio, que em geral declaram uma jornada inferior a 20 horas por semana. Neste sentido, Melo e Sabbato (2000) declaram que isto se deve ao fato de que o trabalho das mulheres nas atividades de autoconsumo, em geral relacionadas “ao quintal”, é visto como uma extensão do trabalho doméstico o que reforça a invisibilidade do papel feminino na agricultura familiar.

Galli e Kucera (2004) também abordam a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres nas ocupações informais, uma vez que os trabalhos tipicamente femininos, realizados frequentemente no ambiente doméstico, levam à concepção errônea de que as atividades produtivas e reprodutivas da mulher são as mesmas coisas, o que camufla sua participação na economia e dissemina a ideia de que a mulher desempenha um trabalho acessório, que complementa o trabalho do marido, o chefe da família.

Apesar dos elevados percentuais dos *trabalhadores na produção para o próprio consumo* e dos *não remunerados*, convém ressaltar que entre 1993 e 2009, essas categorias apresentaram uma redução no peso relativo do total de trabalhadoras informais em 14,2 pontos percentuais, enquanto nas ocupações informais masculinas essa redução foi de 5,5 pontos percentuais, com destaque a para os *trabalhadores na produção para o próprio consumo* que apresentaram um incremento de 2,4 pontos percentuais em sua participação relativa no universo das ocupações informais dos homens.

Ao contrário da análise por gênero, a consideração da cor revela poucas peculiaridades da ocupação informal entre brancos e não-brancos. De acordo com os dados da Tabela 24, nota-se que em ambos os grupos predominam, na ocupação informal, o trabalho por conta-própria e o emprego sem carteira, que em 2009 registraram uma representatividade de 70,1% da ocupação informal dos brancos e 68,1% da ocupação informal dos não-brancos.

Contudo, a categoria dos *empregados sem carteira*, apresenta um peso mais significativo entre os trabalhadores não-brancos, ao passo que os trabalhadores *conta-própria* têm uma maior representatividade entre os brancos.

Tabela 24: Brasil, Taxa de participação por posição na ocupação informal, conforme raça, (1993-2009) (%).

Raça	Posição na Ocupação Informal	1993	1999	2004	2009	1999-1993	2004-2009	Total
Branco	Outros Empregados sem carteira	25,4	26,8	30,1	29,2	1,5	-0,9	3,8
	Trabalhador doméstico sem carteira	7,8	7,7	8,2	8,7	-0,1	0,4	0,9
	Conta- própria	37,1	39,9	39,8	40,9	2,7	1,2	3,8
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,3	6,7	5,9	6,1	-1,6	0,2	-2,2
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,3	0,2	0,2	0,3	0,0	0,2
	Não remunerado	17,3	14,1	11,1	9,0	-3,3	-2,1	-8,3
	Empregador até 5 empregados	4,1	4,6	4,8	5,9	0,5	1,1	1,8
Não-branco	Outros Empregados sem carteira	30,2	29,1	31,8	32,1	-1,2	0,3	1,9
	Trabalhador doméstico sem carteira	10,7	10,3	10,9	12,0	-0,5	1,1	1,3
	Conta- própria	33,0	34,9	35,0	36,0	1,9	0,9	2,9
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	8,0	7,8	7,7	8,8	-0,2	1,2	0,9
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,3	0,2	0,2	0,3	0,0	0,2
	Não remunerado	16,6	16,0	12,5	8,4	-0,6	-4,1	-8,2
	Empregador até 5 empregados	1,4	1,6	1,8	2,6	0,3	0,7	1,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Outra categoria que merece atenção é o dos *trabalhadores domésticos sem carteira* que apresenta um maior peso relativo nas ocupações informais dos não-brancos. Em 2009, a categoria participava com 12% das ocupações informais dos não-brancos, enquanto que entre os brancos esse percentual foi de 8,7%. Para Leone (2010), o maior percentual de *trabalhadores domésticos sem carteira* entre os não-brancos deve-se às mulheres, que incorporam o efeito combinado de raça e gênero.

5.2 Escolaridade nas ocupações informais

No que toca à variável educação no mercado de trabalho, é consenso na literatura tanto nacional, quanto internacional de que os trabalhadores informais apresentam, em média, um nível de escolaridade inferior ao dos trabalhadores formais.

No Brasil, vários autores chegaram a esse resultado, dentre os quais pode-se destacar os trabalhos de Cacciamali e Fernandes (1993), Fernandes (1996), Neri (2002), Tannuri-Pianto e Pianto (2002) e Soares (2004).

Tal resultado pode ser verificado no Gráfico 3, apresentado a seguir:

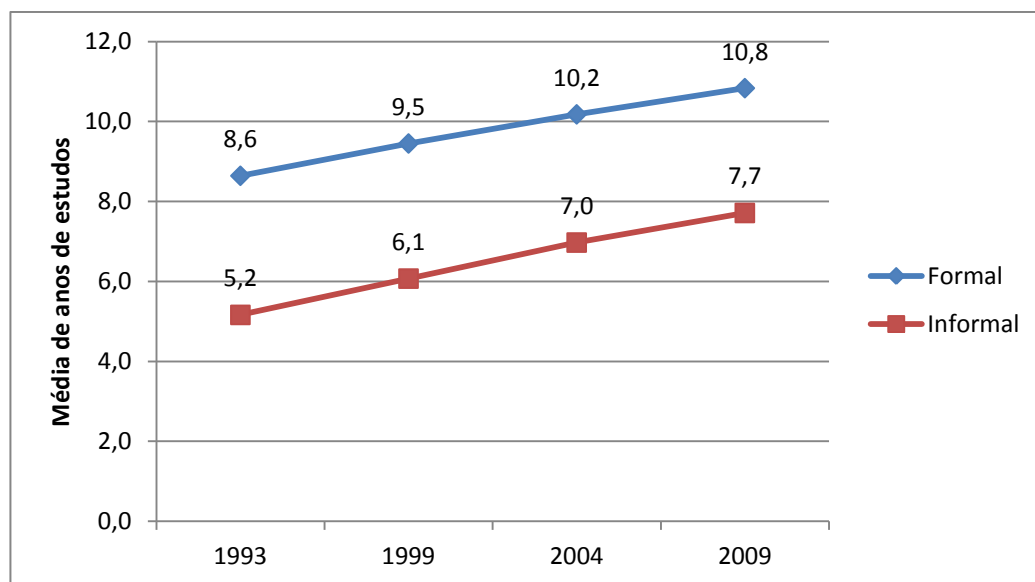


Gráfico 3: Brasil, Média de anos de estudos segundo a ocupação formal e informal, (1993-2009).

Fonte: Elaboração própria a partir do microdados da PNAD.

De acordo os dados apresentados no Gráfico 3, é possível perceber que de fato os trabalhadores formais apresentam, em média, mais anos de estudos que os trabalhadores informais. Em 1993, a média de anos de estudos nas ocupações informais era de 5,2 anos, ao passo que nas ocupações formais essa média era de 8,6 anos. Observando-se evolução desse indicador ao longo dos 16 anos, apreende-se que o nível de escolaridade dos trabalhadores elevou-se tanto nas ocupações formais, quanto informais. Ressalte-se que esse incremento na escolaridade dos trabalhadores deu-se praticamente na mesma magnitude em ambos os segmentos, com uma vantagem mínima do setor informal, que apresentou um acréscimo de 2,5 anos, enquanto o setor formal acrescentou 2,2 anos à sua média. Os dados de 2009, revelam que os trabalhadores informais tinham em média 7,7 anos de estudos, frente a 10,8 anos nas ocupações formais.

Observando-se os dados da Tabela 25, em que são apresentadas as participações nas ocupações formais e informais por níveis de escolaridade, é possível perceber algumas mudanças na composição dessas ocupações, segundo o nível de instrução dos trabalhadores.

Tabela 25: Brasil – Participação da população ocupada segundo os segmentos formal e informal, por níveis de escolaridade, 1993-2009. (%)

Período	Ocupação	Menos de 1 ano de escolaridade	Fundamental I	Fundamental II	Médio	Superior	Total
1993	Formal	6,2	33,0	22,3	24,2	14,3	100
	Informal	22,8	50,0	15,8	8,1	3,3	100
1999	Formal	4,6	25,8	22,6	30,6	16,5	100
	Informal	17,7	45,0	20,0	12,5	4,9	100
2004	Formal	3,7	19,6	20,1	38,1	18,7	100
	Informal	14,3	38,1	22,9	18,4	6,3	100
2009	Formal	2,9	15,0	17,4	42,5	22,3	100
	Informal	11,9	33,1	23,1	23,5	8,5	100
Variação	Formal	-3,3	-18,1	-5,0	18,3	8,1	100
	Informal	-10,9	-16,9	7,2	15,4	5,2	100

Fonte: Elaboração própria a partir do microdados da PNAD.

Em 1993, nota-se que uma parcela significativa dos trabalhadores informais concentrava-se nos níveis mais baixos de escolaridade, como os grupos que possuíam menos de 1 ano de instrução e aqueles que possuíam no máximo o Ensino Fundamental I. Juntos, esses níveis de escolaridade tinham uma representatividade 77,8% da população ocupada informalmente. Ao longo dos anos analisados, é possível observar que essa composição vai se alterando. Em 1999, a maior representatividade fica por conta dos que possuíam o Ensino Fundamental I e II, que juntos apresentaram um percentual de 75%. Em 2004, esses níveis de escolaridade continuam com a maior representatividade (60% dos ocupados informais), com uma queda na participação dos que possuíam menos de 1 ano de estudo e incrementos nas participações dos níveis mais elevados. Desse modo, em 2009 já é possível constatar que a maioria das ocupações informais está concentrada dentre os que possuem o Ensino Fundamental I e o Ensino Médio, cuja representatividade chega a 56,6% dos ocupados. Assim, a participação daqueles que não têm nem 1 ano de instrução é agora a segunda menor, ficando a frente da participação dos que possuem Ensino Superior, que revelou as menores taxas de participação durante todos os anos analisados.

Em termos de participação na ocupação, segundo os diferentes níveis de escolaridade, a partir da Tabela 25, constatou-se que, durante o período analisado, melhorou o nível de escolaridade da mão-de-obra empregada nas ocupações formais, com a redução da participação dos indivíduos com menos de 1 ano de estudo (de 6,2%, em 1993, para 2,9%, em 2009), com apenas o Ensino Fundamental I (33%, em 1993, para 15%, em 2009) e com o Ensino Fundamental 2 (de 22,3%, em 1993, para 17,4%, em 2009).

Por outro lado, verificou-se o crescimento do percentual de pessoas que possuem o Ensino Médio (24,2%, em 1993, para 42,5%, em 2009) e das pessoas que possuem nível superior ou graus mais elevados (14,3%, em 1993, para 22,3%, em 2009).

Nas ocupações informais também se verifica a redução do percentual de pessoas que possuíam níveis de escolaridade mais baixos, contudo tal redução ocorre essencialmente dentre os indivíduos que possuíam menos de um ano de estudo (22,8%, em 1993, para 11,9%, em 2009) e dentre aqueles que só tinham o Fundamental I (50%, em 1993 para 33,1% em 2009). Nos níveis de escolaridade mais elevados, verificou-se um incremento no percentual da população ocupada, contudo esse incremento se deu em menor magnitude se comparado aquele verificado nas ocupações formais: dentre os que possuíam o Ensino Médio, o percentual passou de 8,1%, em 1993 para 23,5%, em 2009, já entre os que possuíam o Ensino Superior ou graus mais elevados, esse percentual passou de 3,3% , em 1993 para 8,5%, em 2009.

Considerando-se o grau de informalização por níveis de escolaridade, Barros, Mello e Pero (1993), mostraram que esse grau reduz-se claramente com a educação, concluindo que a informalidade tende a ser menor nos setores caracterizados por uma qualificação maior da mão-de-obra (captada pela escolaridade). Tal resultado é ratificado nos dados apresentados na Tabela 26.

Tabela 26: Brasil – Grau de informalização segundo os níveis de escolaridade, 1993-2009, (%)

Escolaridade	1993	1999	2004	2009	Variação (p.p.)
Menos de 1 ano de escolaridade	85,8	86,4	85,0	82,8	-3,0
Fundamental 1	71,2	74,1	73,7	72,0	0,8
Fundamental 2	53,6	59,2	62,2	60,7	7,1
Médio	35,1	40,1	41,0	39,1	4,0
Superior ou mais	27,2	32,6	32,9	30,6	3,4

Fonte: Elaboração própria a partir do microdados da PNAD.

Para todos os anos analisados, observa-se que o grau de informalidade reduz-se consideravelmente à medida que se passa de um nível de escolaridade para outro. Assim, os maiores níveis de informalidade são registrados dentre os trabalhadores que têm menos de um ano de estudo, ao passo que os menores níveis de informalidade são observados dentre os trabalhadores que possuem ensino superior ou mais. Contudo, vale realçar a trajetória desses níveis de informalidade no período entre 1993 a 2009. Nota-se que a partir dos níveis de escolaridade intermediários (Fundamental II) até os níveis mais elevados, o grau de

informalidade elevou-se ao longo desses anos, sendo os incrementos mais significativos dentre os trabalhadores que possuem o Ensino Fundamental II e o ensino médio: incrementos de 7,1 e 4,0 pontos percentuais, respectivamente, em seus graus de informalidade. Tal resultado equivale dizer que a proporção de trabalhadores formais nesses níveis de escolaridade reduziu-se significativamente.

Resultado semelhante também pode ser encontrado no trabalho de Curi e Menezes-Filho (2004), que encontrou uma tendência interessante na evolução do grau de formalidade e informalidade por faixas de escolaridade no mercado de trabalho metropolitano no Brasil: no período 1990-2000. Os autores concluíram que houve uma forte redução na proporção de trabalhadores formais em todas as faixas de escolaridade, com uma queda especialmente acentuada entre os trabalhadores mais educados (nas faixas de 8 a 11 anos e de mais de 11 anos de estudo). De forma simétrica, a proporção de trabalhadores informais aumentou em todas as faixas de escolaridade, mas de forma especialmente acentuada nos trabalhadores com escolaridade elevada (mais de 11 anos de estudo).

5.3 Resultados do Modelo Probit

Nesta seção serão apresentados os resultados do modelo econométrico Probit, em que se estimou os determinantes da probabilidade do indivíduo ser um trabalhador informal. Portanto, conforme apresentado no Capítulo 3, tem-se como variável dependente uma *dummy*, que assume valores 1 e 0, sendo 1 para indivíduos que estão trabalhando em ocupações informais e 0 para indivíduos que estão trabalhando em ocupações formais.

Visando captar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 1990 a 2000, e suas possíveis influências sobre a probabilidade de um indivíduo se tornar um trabalhador informal, optou-se nesta etapa da pesquisa, por estimar um modelo Probit para um ano representativo de cada década. Desse modo, elegeu-se para fins de análise econométrica, o período inicial (1993) e o final (2009).

As tabelas 27 e 28 disponibilizam os parâmetros e os efeitos marginais estimados para cada variável explicativa, para o ano de 1993 e 2009, respectivamente.

As estimativas acerca da característica individual de gênero apresentam efeito negativo e significativo sobre a probabilidade do indivíduo se tornar um trabalhador informal, para os dois anos analisados. Em 1993, o coeficiente estimado mostrou que indivíduos do sexo masculino apresentaram um decréscimo de 4,3% na probabilidade de estarem ocupados informalmente. Em 2009, esse decréscimo foi de 26,8%. Observando-se o efeito marginal

dessa variável sobre a variável dependente, pode-se aludir que a probabilidade desse indivíduo se tornar um trabalhador informal caso fosse do sexo feminino, vem aumentando ao longo desses 16 anos: em 1993, o incremento na probabilidade era de 1,7%, em 2009 esse incremento passou para 10,3%. Tal resultado é consistente com aqueles apresentados pela literatura internacional, em que trabalhadores do sexo feminino apresentam uma probabilidade maior de possuir um contrato informal de trabalho. [Ozório de Almeida, Alves e Graham (1995), Freije (2001), Márquez e Pagés (1998) e Corbacho (2000)].

Tabela 27: Parâmetros estimados do modelo *probit* - fatores determinantes da ida do trabalhador para as ocupações informais, 1993.

Variável Dependente: Trabalhador Informal (TRABINFORMAL)			
Variáveis Explicativas	Parâmetros Estimados (β)	P-valor*	Efeito Marginal (dy/dx)
INTERCEPTO	1,395	0,000	
SEXO	-0,043	0,000	-0,017
RAÇA	-0,110	0,000	-0,043
URB	-0,331	0,000	-0,126
IDADE	-0,042	0,000	-0,016
IDADE ²	0,012	0,000	0,010
FUND1	0,205	0,000	0,081
FUND2	0,194	0,000	0,148
MEDIO	0,033	0,000	0,239
SUP	0,202	0,000	0,223
RENDAFAM	0,000	0,000	0,002
SEGURODESEMP	0,110	0,000	0,084
SIND	-0,967	0,000	-0,369
HORASTRABFORM	-0,008	0,000	-0,003
TEMPTRAB	-0,011	0,000	-0,044
TXDESEMP	0,231	0,000	0,011
AGRI	9,802	0,000	0,427
INDUSTRIA	0,213	0,000	0,082
SERVIÇOS	0,851	0,000	0,316

Log Likelihood = -6013,2

TESTE LR = 30211,46

Pseudo R2 = 0,2043

Observações = 107749

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

*Ao nível de significância de 5%.

No caso da característica individual de raça, as estimativas apresentadas foram estaticamente significativas e com efeito negativo. Para os dois anos analisados, os parâmetros estimados revelam que indivíduos brancos têm menos chances de serem trabalhadores informais. Contudo, observa-se que de 1993 a 2009, os brancos vêm reduzindo a probabilidade de serem trabalhadores informais, ao passo que os não-brancos vêm aumentando as chances de serem informais. Em 1993, à medida que essa variável aproximasse de seu valor mínimo, ou seja, no caso de RACA=0 (indivíduo é não-branco), essa probabilidade incrementa-se em 4,3%. Em 2009, o incremento é de 6,6%.

Tabela 28: Parâmetros estimados do modelo *probit* - fatores determinantes da ida do trabalhador para as ocupações informais, 2009.

Variável Dependente: Trabalhador Informal (TRABINFORMAL)			
Variáveis Explicativas	Parâmetros Estimados (β)	P-valor*	Efeito Marginal (dy/dx)
INTERCEPTO	3,835	0,000	
SEXO	-0,268	0,000	-0,103
RAÇA	-0,172	0,000	-0,066
URB	-0,352	0,000	-0,138
IDADE	-0,078	0,000	-0,030
IDADE ²	0,051	0,000	0,023
FUND1	0,165	0,000	0,064
FUND2	0,151	0,000	0,059
MEDIO	0,072	0,016	0,028
SUP	0,217	0,000	0,084
REDAFAM	-0,038	0,024	-0,036
SEGURODESEMP	0,101	0,005	0,038
SIND	-0,801	0,000	-0,269
HORASTRABFORM	-0,026	0,000	-0,008
TEMPTRAB	-0,102	0,002	-0,011
TXDESEMP	0,148	0,000	0,005
AGRI	0,455	0,000	0,179
INDUSTRIA	-0,498	0,000	-0,180
SERVIÇOS	0,329	0,000	0,122

Log Likelihood = -60215,9

TESTE LR = 30330,93

Pseudo R² = 0,2012

Observações = 111948

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

*Ao nível de significância de 5%.

Para os dois anos analisados, a localização domiciliar do trabalhador, representada pela variável URB, apresentou efeito negativo e significativo sobre a probabilidade do indivíduo estar exercendo uma atividade informal. Em 2009, a redução é de 35,2% para indivíduos que residem nas áreas urbanas. Já para aqueles que residem em áreas rurais, essa probabilidade incrementa-se em 13,8%, conforme estimativas do efeito marginal dessa variável sobre a variável dependente. Tal resultado também pode ser observado em Carneiro e Henley (2001).

A variável IDADE também apresenta impacto sobre a probabilidade do indivíduo ser um trabalhador informal, e segue uma forma não linear. Observando-se as estimativas dessa variável, é possível perceber que para os indivíduos jovens à medida que os mesmos se tornam mais velhos, a probabilidade de se tornarem trabalhadores informais diminui (redução de 4,2%, em 1993 e de 7,8%, em 2009), o que pode ser atribuído ao ganho de experiência do trabalhador. Todavia, a análise das estimativas da variável IDADE², que apresenta um sinal positivo para os dois anos analisados, indica que para indivíduos mais velhos a probabilidade de estarem ocupados em atividades informais se torna cada vez maior à medida que acumulam mais experiência, o que pode ser atribuído à perda de produtividade com o avanço da idade do indivíduo. Tais resultados também podem ser encontrados em Oliveira (2009) e Fernandes (1996). Esse último autor, conclui que a experiência afeta a probabilidade do indivíduo se tornar um trabalhador informal, sendo que esta relação determinística assume a forma de U.

Na Tabela 27 e 28 é possível perceber que a educação afeta a probabilidade do indivíduo ser um trabalhador informal. Para os níveis mais baixos de escolaridade, nota-se que a probabilidade de inserção nas ocupações informais é maior. Em 1993, se o indivíduo tivesse estudado até o 5º ano do ensino fundamental (FUND1), a probabilidade de ser um trabalhador informal apresentava um acréscimo de 20,5%. Em 2009, esse acréscimo é de 16,5%. Se o trabalhador tem até o 9º ano do ensino fundamental (FUND2), essa probabilidade apresenta um acréscimo de 19,4%, em 1993 e 15,1%, em 2009. A probabilidade é ainda menor para indivíduos que têm o ensino médio (MEDIO): 3,3%, em 1993 e 7,2%, em 2009. No entanto, conforme apresentado em Fernandes (1996), esse efeito é não linear e apresenta-se sob uma relação quadrática em formato de U, tal qual ocorre com a variável IDADE. Isso equivale dizer que, à medida que os indivíduos acumulam mais anos de estudo, a probabilidade destes se tornarem trabalhadores informais diminui. Todavia, a probabilidade de se tornarem trabalhadores informais aumenta para indivíduos com elevado nível de

escolaridade, o que explica as estimativas apresentadas para a variável SUP: indivíduos que têm ensino superior apresentaram um acréscimo de 20,2%, em 1993 e de 21,7%, em 2009, na probabilidade de se tornarem um trabalhador informal.

Sobre a absorção dos indivíduos com elevados níveis de escolaridade, Dedeca e Baltar (1997) enfatizam que esse resultado pode ser imputado à nova dinâmica econômica que alimenta o crescimento do setor informal, seja pela absorção de ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias, seja pela absorção de ex-assalariados de melhor qualificação para formação de pequenos negócios, cuja atividade-fim é a prestação de serviços ou o fornecimento de produção ao setor organizado.

Durães (2009) ressalta que nesse contexto da nova informalidade, parte desses trabalhadores de elevados níveis de escolaridade são absorvidos pelo comércio, especialmente no ramo dos “camelôs de tecnologia”, que em geral são pessoas mais qualificadas, que precisam ter certo nível de conhecimento para poder vender os equipamentos eletrônicos e de informática, explicando em detalhes seu funcionamento.

Para Maia e Garcia (2011), a absorção desses trabalhadores pela informalidade, se dá, sobretudo pela categoria dos *profissionais universitários autônomos*, constituída por pessoas com formação universitária que exerce atividade profissional ligada a sua formação acadêmica em consultório ou escritório próprio ou, ainda, que presta serviços a várias empresas, sem ter, necessariamente, determinado nível de capitalização ou algum vínculo de contrato formal.

A variável de renda familiar é uma variável discreta que assume valores de 1 a 8, correspondendo a cada grupo da distribuição da renda familiar, mensurado pelo salário mínimo da época. De acordo com as estimativas apresentadas na Tabela 27 e 28, verifica-se que a variável RENDAFAM é estatisticamente significativa e possui sinal negativo, revelando que para indivíduos pertencentes a famílias mais pobres (os grupos de menores rendas familiares) maiores são as chances de tais trabalhadores estarem ocupados em atividades informais, ao passo que essa probabilidade é menor para indivíduos que pertencem a famílias mais ricas. Em 2009, por exemplo, a análise das estimativas apresentadas pelo efeito marginal permite concluir que um aumento da renda familiar, capaz de mudar a posição da família em um grupo de distribuição, reduz em 3,8% a probabilidade de o indivíduo ocupar uma atividade informal.

Quanto à existência de correlação negativa entre incidência de pobreza e informalidade, vale destacar o trabalho realizado por Neri (2002), onde o autor exhibe claras

evidências de uma relação inversa entre renda familiar e as possibilidades de uma maior participação nas ocupações informais.

Ainda estabelecendo-se uma relação entre pobreza e informalidade, pode-se ressaltar o trabalho de Ozório de Almeida, Alves e Graham (1995), em que foi apresentado um estudo acerca da economia mexicana durante a década de 1980. Os resultados revelaram que ocorreu um racionamento de empregos acompanhado de uma significativa depreciação no poder de compra dos trabalhadores. Para os autores, o episódio serviu de impulso para “empurrar” uma parte significativa dos trabalhadores para o emprego informal, sobretudo para o trabalho por conta própria. Assim, concluiu-se que o crescimento do setor informal não teria sido decorrente de uma simples opção dos trabalhadores, mas sim de uma estratégia de defesa contra o processo de depreciação da renda familiar, consequência da crise que se instalou sobre o país.

A variável SEGURDESEMP mostrou-se significativa e com efeitos positivos sobre a probabilidade de um indivíduo tornar-se um trabalhador informal, evidenciando que os trabalhadores que recebiam seguro desemprego tinham maiores chances de ir para o setor informal. Em 1993, o incremento na probabilidade de ser um trabalhador informal foi de 11%, passando para 10,1, em 2009%.

Se o trabalhador for sindicalizado (SIND) o efeito desta característica afeta negativamente a variável dependente, uma vez que ao estar associado a algum sindicato, o trabalhador tem reduzida a probabilidade de participar de alguma ocupação informal. Tal redução era de 96,7% em 1993, passando para em 80,1%, em 2009. Neste último ano, pelo efeito marginal estimado, observa-se que na situação em que um trabalhador se desligue do seu sindicato, a probabilidade deste se tornar informal aumenta em 26,9%.

A variável HORASTRAB representa o número de horas trabalhadas semanalmente no setor formal, e como esperado, mostrou-se estaticamente significativa com efeito negativo sobre a variável dependente para os dois anos analisados. Pelas estimativas, nota-se que quanto maior for o número de horas trabalhadas semanalmente no setor formal, menor será a probabilidade do indivíduo de trabalhar no setor informal, consoante resultados apresentados por Frey e Weck (1983). Em 2009, por exemplo, para cada hora adicional trabalhada semanalmente no setor formal, a probabilidade do indivíduo se tornar um trabalhador informal, reduz-se em 0,8%.

Outra variável importante é o tempo de permanência na ocupação formal (TEMPTRAB) sendo o coeficiente estimado negativo e significante. Pelo efeito marginal dessa variável sobre a variável dependente, apreende-se que para cada ano adicional na

ocupação formal, a probabilidade do indivíduo estar ocupado em uma atividade informal se reduz em aproximadamente 4,4%, em 1993 e em 1,1%, em 2009.

No tocante à variável TXDESEMP, as estimativas revelaram uma correlação positiva entre tal variável e as chances de um indivíduo exercer uma ocupação informal. Para o ano de 2009, constatou-se que para cada ponto percentual a mais na taxa de desemprego do mercado de trabalho, a probabilidade do trabalhador exercer uma atividade informal incrementa-se em 0,5%, evidenciando que quanto maior for essa taxa, maiores serão as oportunidades dos indivíduos trabalharem no setor informal.

De um modo geral, as variáveis HORASTRAB, TEMPTRAB e TXDESEMP medem a taxa de participação do trabalhador no setor formal. Segundo Ribeiro (2000), uma menor taxa de desemprego, com uma maior quantidade de horas trabalhadas e um maior tempo de permanência no emprego, indicam uma maior participação no setor formal da economia, o que representa um declínio nas oportunidades dos indivíduos trabalharem no setor informal. Por outro lado, uma baixa taxa de participação no mercado formal, indica que as pessoas têm maiores possibilidades de se inserir nas ocupações informais do mercado de trabalho.

A análise das estimativas das variáveis representativas dos setores de atividade econômica (AGRI, INDUSTRIA e SERVIÇOS) foi a que apresentou as maiores mudanças nas probabilidades de um trabalhador exercer uma ocupação informal entre os anos de 1993 e 2009. Tal análise, em grande medida, permite identificar algumas particularidades inerentes à estruturara setorial de cada período.

Em 1993, as estimativas dos três setores analisados apresentaram um sinal positivo, evidenciando que independentemente de estar em um setor ou outro, as probabilidades de um indivíduo ocupar um posto de trabalho informal apresentava incrementos. Contudo, a magnitude desses incrementos era maior ou menor, conforme o setor analisado. Em 2009, é possível notar que as probabilidades de um indivíduo ocupar um posto de trabalho informal reduzem-se em todos os setores. Considerando-se as estimativas dos dois períodos, é possível identificar alguns resultados importantes, quais sejam:

- i) Indivíduos que estão ocupados no setor agrícola apresentam maiores chances de participarem das ocupações informais. Nas estimativas dessa variável registraram-se acréscimos na probabilidade de estar exercendo uma atividade informal, sendo tais acréscimos de 98%, em 1993 e de 45%, em 2009;
- ii) Em seguida, têm-se os trabalhadores do setor de serviços, que apresentaram um acréscimo de 85,1% em 1993 e de 32,9%, em 2009, na probabilidade de exercerem alguma atividade informal;

iii) Já os indivíduos ocupados no setor da indústria apresentam as menores probabilidades de exercerem algum tipo de atividade informal, sendo que em 1993 registrou-se um acréscimo de 21,3% nessa probabilidade, enquanto em 2009, essa probabilidade registrou uma redução de 49,8% na probabilidade de ser um trabalhador informal.

Tais resultados podem ser compreendidos à luz das mudanças setoriais ocorridas entre as décadas de 1990 e 2000. Nos anos 1990, o setor industrial registrava a perda de seu dinamismo na geração de empregos, ao passo que o setor de serviços incrementava sua participação no total das ocupações. Por outro lado, as próprias relações de trabalho foram se alterando no interior do setor industrial, apresentando tendências à precarização. Assim, o aumento da informalidade nesses setores, não se deu apenas pela maior absorção da mão-de-obra no setor de serviços, mas também pelo fato do setor industrial ter se tornado mais informal em suas relações de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa acadêmica apresentou como objetivo principal uma investigação acerca da evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro no período compreendido entre 1993 a 2009, em que se procurou fazer uma análise dos dados referentes à informalidade, arrolados à evolução da própria dinâmica de crescimento econômico do país. Assim, a hipótese principal da pesquisa fundamentou-se no fato de que a evolução da informalidade estaria, em grande medida, condicionada à dinâmica do mercado de trabalho em termos de geração de emprego e renda. Dessa feita, procurou-se fazer uma análise das principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no período em estudo.

De acordo os resultados apresentados, pode-se concluir que o período representativo dos anos 1990 (1993 a 1999), foi caracterizado pela busca da estabilização dos preços, especialmente com a implementação do Plano Real, com a utilização de políticas monetária e fiscal restritivas, que em grande medida, comprometeram o crescimento econômico do país, que conseqüentemente impactou na distribuição ocupacional do mercado de trabalho. Nesse período, observou-se que a geração de ocupações não foi suficiente para absorver o crescimento da força de trabalho, ocasionando uma elevação no contingente de pessoas desocupadas, que cresceu a uma taxa de 131% no período. A taxa de desemprego elevou-se consideravelmente no período, somado a um crescimento modesto do PIB, que não chegou nem a compensar o aumento da População em Idade Ativa (PIA).

Nesse contexto de baixo dinamismo do crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, registraram-se, entre 1993 e 1999, elevados níveis de informalização do mercado de trabalho brasileiro: cerca de 62% do total de ocupações geradas no mercado de trabalho estavam concentradas no segmento informal. Contudo, apesar de bastante elevado, esse nível de informalização permaneceu praticamente inalterado durante esse período, o que não corrobora os resultados apresentados pela literatura nacional, que em geral enfatiza um processo de crescimento acentuado do grau de informalização do país durante os anos 1990.

Na realidade, o que os dados mostraram foi que se acirrou a questão da precarização das relações trabalhistas, dado um processo de reorganização do mercado de trabalho, que se manifestou através de formas de contratação atípicas, mais inseguras, da subocupação, de um processo crescente de terceirização, bem como através da expansão das “falsas cooperativas”, o que não significa dizer que a informalidade elevou-se em termos de participação das categorias informais no total de empregos.

Por outro lado, a partir de 2004, quando a economia apresentou sinais de recuperação, o cenário do mercado de trabalho começa a apresentar mudanças significativas. A partir desse incipiente crescimento econômico, o nível de emprego começa a dar sinais de recuperação: observou-se que a taxa de desemprego se reduziu, enquanto o PIB apresentou um crescimento mais expressivo.

Nesse contexto de maior dinamismo econômico, constatou-se uma tendência de redução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2009, que registrou neste último ano um percentual de 54% do total da população ocupada. No entanto, apesar da considerável redução no nível de informalização, convém realçar que ainda há um amplo contingente de trabalhadores inseridos nesse segmento (cerca de 50 milhões de trabalhadores), evidenciando assim que o problema ainda não foi superado no país.

Em resposta a um dos objetivos específicos, procedeu-se uma análise setorial, visando compreender as mudanças ocorridas na composição dos setores da atividade econômica durante os anos 1990 e seus possíveis impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Pelos resultados apresentados, conclui-se que a significativa expansão do setor de serviços, frente a uma contração do setor industrial, impactou diretamente nos níveis de informalização desses setores, que apresentaram incrementos durante o período.

Nos anos 2000, o nível de informalidade reduz-se em todos os setores. A partir de 2004 observou-se que o setor industrial começou a apresentar sinais de recuperação, retomando o dinamismo em termos de geração de emprego e renda, contribuindo assim para a redução de seu grau de informalidade. Já o setor agrícola apresentou consideráveis reduções em sua taxa de participação na geração de empregos, ao passo que o setor de serviços incrementa ainda mais a sua elevada taxa de participação no total de ocupações.

O resultado no agregado (de 1993 a 2009) evidencia que houve uma queda no grau de informalidade nos setores onde este grau é tradicionalmente mais elevado, como os setores agrícola e de serviços. Por outro lado, a indústria, tida como um dos redutos do trabalho formal, apresentou uma redução em seu nível de formalização ao longo desses 16 anos.

No tocante às formas de inserção na ocupação, os resultados evidenciaram que entre 1993 a 2009, as formas de inserção no trabalho formal vêm aumentando sua participação no total de empregos gerados no país, ao passo que as formas de inserção no trabalho informal vêm se reduzindo. Ademais, é possível concluir que o incremento no nível de formalização registrado nesse período, deve-se basicamente a aumentos na participação dos *empregados com carteira* (incremento de 5,9 pontos percentuais) e a redução da informalidade deve-se

principalmente a reduções nas categorias *trabalhadores não remunerados* (redução de 5,85 pontos percentuais) e *conta-própria* (redução de 1,23 pontos percentuais).

O recorte regional permitiu identificar algumas particularidades inerentes às regiões brasileiras. Em primeiro lugar, realça-se o desempenho da região Sudeste por apresentar o maior nível de formalização em todos os anos analisados. Por outro lado, destacam-se os dados da região Nordeste, que dentre as cinco regiões analisadas apresentou os maiores níveis de informalização do mercado de trabalho. Em termos de mudanças ocorridas ao longo desses 16 anos, deve-se sublinhar a evolução dos índices das regiões Norte e Centro-oeste, que apresentaram a menor e maior variação do nível de formalização, respectivamente.

No tocante à análise da jornada de trabalho, pode-se concluir que nacionalmente a média das horas trabalhadas no setor formal é superior à media do setor informal, em todos os anos analisados. Ademais, é possível apreender que a média do setor formal permaneceu praticamente inalterada ao longo desses 16 anos, oscilando sempre em torno das 43 horas por semana, enquanto a média das horas trabalhadas semanalmente no setor informal vem apresentando uma tendência declinante ao longo desse período, o que pode ser um indício do crescimento de contratos atípicos com jornadas parciais de trabalho, ratificando a tendência de precarização do mercado de trabalho brasileiro, mesmo diante de reduções no nível de informalidade.

Observando-se a questão dos rendimentos, conclui-se que os dados apresentados ratificaram a tendência geral observada tanto na literatura nacional, quanto internacional, de que os trabalhadores informais apresentam, em média, menores salários do que aqueles apresentados pelos trabalhadores formais. No entanto, entre 1993 e 2009 constatou-se que o rendimento médio mensal dos trabalhadores informais cresceu, em termos percentuais, mais que os dos trabalhadores do setor formal, o que pode ser um indício de uma possível tendência de convergência entre os salários de ambos os grupos.

A análise do perfil dos trabalhadores informais permitiu identificar algumas tendências, durante o período de 1993 a 2009, quais sejam:

- i) As mulheres e os não-brancos vêm incrementando suas participações relativas no total de ocupações informais, ao passo que as taxas de participação dos trabalhadores brancos e do sexo masculino apresentaram tendências de redução nesses tipos de ocupações;
- ii) Entre os homens, para todos os anos analisados, sobressaem as categorias dos *empregados sem carteira* e dos trabalhadores por *conta-própria*. No caso das ocupações informais femininas, além das categorias das *empregadas sem carteira* e

das trabalhadoras por *conta-própria*, destaca-se também a categoria das *trabalhadoras domésticas sem carteira*, que apresentou uma significativa participação em todos os anos analisados;

iii) Na categoria dos trabalhadores *não remunerados*, um dos segmentos mais precários das ocupações informais, a maior participação é da força de trabalho feminina;

iv) A análise por gênero evidenciou que a consideração da cor revela poucas peculiaridades da ocupação informal entre brancos e não-brancos. Em ambos os grupos predominam, na ocupação informal, o trabalho por conta-própria e o emprego sem carteira. Contudo, a categoria dos *empregados sem carteira*, apresenta um peso mais significativo entre os trabalhadores não-brancos, ao passo que os trabalhadores *conta-própria* têm uma maior representatividade entre os brancos;

v) No que toca a variável escolaridade, constatou-se que de fato os trabalhadores formais apresentam, em média, mais anos de estudos que os trabalhadores informais, tal qual é enfatizado na literatura especializada;

vi) Para todos os anos analisados, verificou-se que o grau de informalidade reduz-se consideravelmente à medida que se passa de um nível de escolaridade mais baixo para outro mais elevado.

Quanto à estratégia empírica, que visou estimar a probabilidade de um indivíduo ser um trabalhador informal, encontrou-se que dentre as características individuais, o fato do trabalhador ser do sexo feminino e de cor não-branca, aumenta as chances de eles virem a participar das ocupações informais. Tal resultado também é verificado para aqueles trabalhadores que residem na área rural.

Pelas estimativas da variável idade, notou-se que os trabalhadores mais jovens têm mais chances de ocupar as ocupações informais. Porém, à medida que os mesmos ficam mais velhos, a probabilidade de se tornarem trabalhadores informais diminui, o que pode ser atribuído ao ganho de experiência do trabalhador. Ademais, os resultados apontaram que para indivíduos mais velhos a probabilidade de estarem ocupados em atividades informais se torna cada vez maior à medida que acumulam mais experiência, o que pode ser atribuído à perda de produtividade.

Para os níveis mais baixos de escolaridade, notou-se que a probabilidade de inserção nas ocupações informais é maior, porém tal probabilidade aumenta para indivíduos com elevado nível de escolaridade.

Na relação entre pobreza e informalidade, notou-se que para indivíduos de famílias mais pobres (os grupos de menores rendas familiares), maiores são as chances de estarem ocupados em atividades informais, ao passo que essa probabilidade é menor para indivíduos que pertencem a famílias mais ricas.

As características inerentes ao trabalho, como o fato de terem recebido o seguro-desemprego ou de serem sindicalizados, mostraram-se estatisticamente significativas, sendo que a probabilidade de se tornar um trabalhador informal aumenta para indivíduos que receberam o seguro-desemprego e reduz-se caso o trabalhador seja sindicalizado.

Já as variáveis representativas do nível de ocupação do setor formal, mostraram que quanto maior a participação nesse setor, menores serão as oportunidades dos indivíduos trabalharem no setor informal.

Na análise das estimativas das variáveis representativas dos setores de atividade econômica, é possível concluir que indivíduos ocupados no setor agrícola e de serviços, apresentam uma maior probabilidade de estarem ocupados no setor informal, ao passo que os trabalhadores da indústria apresentam menores probabilidades.

Diante dessas considerações, é possível notar que, a informalidade no mercado de trabalho apresenta um componente cíclico e estrutural, uma vez que a mesma acompanha as tendências do cenário macroeconômico. Períodos de menor crescimento econômico tendem a impactar negativamente no mercado de trabalho, reduzindo a capacidade de geração de emprego e renda e consequentemente contribuindo para os elevados índices de informalização, tal qual ocorreu nos anos 1990. Se o desempenho econômico apresenta resultados mais satisfatórios, os impactos sobre o mercado de trabalho também o será e a informalidade tende a ceder nesses períodos, conforme se observou a partir de 2004.

Quanto às características dos trabalhadores, não é possível afirmar que as mesmas são determinantes do tamanho da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, os resultados dão um indicativo de que esse fenômeno é mais intensificado em determinados grupos da sociedade, quais sejam: as mulheres, os não brancos, os jovens, os idosos, os indivíduos de famílias mais pobres, domiciliados na zona rural e com baixa escolaridade. Desse modo, ressalta-se que como complementares à política de sustentação do crescimento econômico, as políticas de mercado de trabalho devem ser pensadas na completude de tal mercado, mas também visando alcançar cada segmento da sociedade. O dinamismo econômico, em grande medida, criaria as oportunidades de ocupação, agiria pelo lado da demanda por trabalho. As políticas de mercado de trabalho por sua vez, agiriam do lado da oferta de mão-de-obra. Para Myrdal (1972), a implementação de políticas de mercado de

trabalho, serviriam para minimizar as interferências que impeçam o acesso dos trabalhadores às oportunidades abertas pelo mercado de trabalho. Assim, reforça-se a noção de que além da promoção do crescimento econômico, com criação de renda e empregos decentes, torna-se impreterível o desenho adequado das políticas de mercado de trabalho.

7 REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego**. Seminário nacional de política Geral de emprego. Necessidades, opções, prioridades. Brasília: OIT, 9 e 10 de dez. 2004.
- ALTMAN, M. **Formal-informal economy linkages**. Human Sciences Research Council, abril, 2008.
- AMADEO, E., CAMARGO, J. M. **Instituições e o mercado de trabalho no Brasil**. In: CAMARGO, J. M. (org.). Flexibilidade no mercado de trabalho no Brasil, Cap. 2, 1996.
- ARAÚJO, A.M.C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.
- AVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, C.; UNBENHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC / Ed. 34, 2002.
- BAJADA, C. **Estimates of the Underground Economy in Australia**. The Economic Record, 75:231, p. 369 -384, 1999.
- BALTAR, P. E. A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Tese (Livre Docência em Economia). Unicamp, Campinas, 2003.
- BALTAR, P.; KREIN, J. D.; LEONE, E.. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009
- BARBOSA, A. de F. **De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito**. São Paulo: USP, 2009. mimeo.
- _____. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I.T. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa, Paraíba, 2011.
- BARROS, R. P. **On the empirical content of the formal-informal labor market segmentation hypothesis**. Texto para Discussão, 152. IPEA, 1988 .
- BARROS, R. P., MELLO, R., PERO, V. **Informal labor contracts: a solution or a problem?** Texto para Discussão, 291, IPEA, 1993.
- BELOQUE, L. D. **A cor do “trabalho informal”: uma perspectiva de análise das atividades “informais”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

BROMLEY, R. The urban informal sector: why is it worth discussing?, In: **World Development**, vol. 6, 1978.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade.** Campinas, Unicamp, n. 14, 2000.

_____. **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** Instituto de Pesquisas Econômicas – IPE/US. São Paulo. 1983

_____. Marchas e contramarchas da epistemologia do trabalho informal. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; FERNANDES, R. **Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre os mercados de trabalho regulamentado e não regulamentado.** Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 18-37, 1993.

CARNEIRO, F. G. A.; HENLEY, A. **Modelling formal vs. informal employment and earnings: microeconomic evidence for Brazil.** Encontro Nacional de Economia. **Anais.** ANPEC. 2001.

CHARMES, J. **El Empleo en el sector informal:** su integración a las estructuras económicas. Buenos Aires: Humanitas, 1992.

CORBACHO, A. **Labor markets in Central America: informal versus formal sectors.** Harvard Institute for International Development, 2000.

CORTES, S. M. V. **Como fazer análise qualitativa de dados.** In: BÊRNI, Duilio de Avila. (Coord.). **Técnicas de Pesquisa em Economia.** São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, L. **Trabalhadores em construção:** mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na construção civil. Tese de doutorado, Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, Campinas, 2010

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salário nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, 2004.

DEDECCA, Cláudio S.; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, n.º 27, 1998.

DUARTE, B.C. **Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000.** Texto para Discussão, 2006.

DUARTE, R., CAVALCANTI, C. **O setor informal em Salvador: dimensões, natureza e significação.** Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980a.

_____. **A procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza**, Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980b.

DURÃES, Bruno J. R. **“Camelô de Tecnologia” ou “Camelô Global”: Uma Nova Configuração da Informalidade?** Texto para Qualificação. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp (mimeo), 2009.

FARAH, M. **O processo de trabalho na construção habitacional.** São Paulo: Annablume, 1996.

FERNANDES, R. **Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários.** Pesquisa e Planejamento Econômico, São Paulo, SP, v. 26, p. 417-442, 1996.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. **O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica.** Cadernos CRH, Salvador, v.17, 2004..

FRASER, N. *Iustitia Interrupta: reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”.* Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, 1997.

FREIJE, S. El empleo informal en America Latina y el Caribe: causas, consecuencias y recomendaciones de política. **Banco Interamericano de Desarrollo**, Primer Seminario Tecnico de Consulta Regional sobre Temas Laborales, 2001.

FREY, B.S. **Not just for money. An Economic Theory of Personal Motivation.** Cheltenham: Elgar publications, 1997.

FREY, B.S; WECK, H. **Estimating the Shadow Economy: A “Naïve” Approach.** Oxford Economy Paper, 35, p. 23-44, 1983.

FRIEDAMAN, E. *et all.* **Dodgins the Grabbling Hand: The Determinants of Unofficial Activity in 69 countries.** World Bank Discussion Paper, 1999.

GALLI, R.; KUCERA, D. **Informal employment in Latin América: movements over business cycles and the effects of worker rights.** Decent Work Research Programme. International Institute for Labour Studies. Discussion Paper. 2004

GREENE, William H. **Econometric Analysis** 5th ed. Prentice-hall. 2003.

HANSENBALG, C. **A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil.** In: SILVA, N. V.; HANSENBALG, C. (Org.). *Relações raciais no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HART, K. **Informal Income Opportunities and Urban Development in Ghana.** In: *The Journal of Modern African Studies*, v. II, n.º I, março, 1973.

HARVEY. D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HOFFMANN, H. **Desemprego e Subemprego no Brasil.** São Paulo, Ática, 1980.
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?319419031>>. Acesso em: jan. 2012.

KOWARICK, L. F. F. Trabalho produtivo e improdutivo: comentários sobre o ângulo da acumulação e da política.. In: (Org.). **Classes Sociais e Trabalho Produtivo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KREIN, J. D. **As tendências recentes na regulação do emprego: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp, Campinas, 2007.

KREIN, J.D. ; PRONI, M.W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Escritório da OIT no Brasil (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.4). Brasília, 2010.

LAUTIER, B. **L'Économie informelle dans le Tiers Monde**. Paris : La Découverte, 2004.

LEITE, M.P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.

LEONE, E.T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.3). Brasília, 2010.

LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. In A.N. Agarla e S.P. Singh, orgs. **The Economics of Underdevelopment**. New York: Oxford University Press, 1958.

LIMA, J.C. **Trabalho, autogestão e mercado : como ficam os trabalhadores?** A questão social no novo milênio . VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais . Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra , 2004.

LIMA, R. **Capital humano e segmentação no mercado de trabalho**. Texto de Discussão, n. 31 Departamento de Economia – Universidade de Brasília, 1975

LOAYZA, N. A. **The economics of informal sector: a simple model and some empirical evidence from Latin America**. Carnegie Rochester Series in Public Economics, v. 45, p. 129-162, 1996.

MACHADO DA SILVA, L. A. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.) **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAIA, R. A.; GARCIA, L. **Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e distrito federal no período 1999 a 2009**. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.

MALONEY, W.F. **Labor market structure in developing countries: time series evidence on competing views**. The World Bank Working Paper, n. 1940, 1998.

_____. **Informality revisited**. The World Bank Working Paper, n. 2965, 2003.

MANZO, Abelardo J. **Manual para preparação de monografias e artigos científicos**. Buenos Aires, 2ª. ed. 1971

MARX, K. *El capital. Crítica de la economía política*. Vol. 1. México DF: Fondo de Cultura Económica., 1946.

MCGEE, T. G. **The urbanization process in the third world**: explorations in search of a theory. London: G. Bell and Sons, 1971.

MELLO, R.F; SANTOS, D.D. **Aceleração educacional e a queda recente da informalidade**. Nota Técnica. IPEA, 2009.

MELO, H. P. de.; TELES, J. L. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 773).

MELO, H. P.; SABABATO, A. **O Feminino no mundo rural: um olhar pela Pnad/IBGE**. Rio de Janeiro, 2000. Mimeo.

MYRDAL, Gunnar (1972). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 3ª. Edição.

MORETTO, A.J. Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro: a experiência recente. **Série Trabalho Decente no Brasil** . Documento de Trabalho, n.1 . Escritório da OIT no Brasil, 2010.

MORETTO, C. F.; CAPACCHI, M. **A (in)formalidade e o setor (in)formal para além do ilegal**. In: MORETTO, C. F. (Org.). Trabalho e trabalhadores: significados e significâncias. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2006.

MOSER, C. Informal Sector or Petty Commodity Production: Dualism or Dependence in Urban Development? In: **World Development**, vol. 6, 1978.

NERI, M. C. **Decent work and the informal sector in Brazil**. FGV/EPGE, Ensaios Econômicos, n. 461, 2002.

NEVES, M. A. A novas configurações do trabalho: diversidade, precarização e dominação. In: PORTO, M. S. Grossi; DWYER, Tom. (Org.). **Sociologia em transformação**: pesquisa social no século XXI. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006

NORONHA, E. G. **“Informal”, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003.

O’HIGGINS, M. **Relationship Between the Formal and Hidden Economies: An exploratory Analysis for four countries**, 1985.

OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. de. **Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudança**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS, 14., ABEP, 2005. *Anais...* Minas Gerais: Caxambu, 20 a 24 de Setembro de 2004.

OLIVEIRA, F. de. **“Economia brasileira: crítica à razão dualista”**. Estudos Cebrap, São Paulo, 1972.

OLIVEIRA, R.V. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.

OLIVEIRA, V.H. **A informalidade e o diferencial de salários no mercado de trabalho cearense**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Texto Para Discussão nº 58, 2009.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.

OZORIO DE ALMEIDA, A. L., ALVES, L. F., GRAHAM, S. M. **Poverty, deregulation and employment in the informal sector of Mexico**. World Bank: Education and Social Policy Department, 1995.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. IPEA, Texto para Discussão, 914), 2002.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Evolução e Realocação Espacial do Emprego Formal – 1995- 2003**. IX Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Recife: ABET, 2005.

RAUCH, J. E. **Modelling the informal sector formally**. Journal of Development Economics, v. 35, p. 33-47, 1991.

RIBEIRO, R. N. **Causas, efeitos e comportamento da Economia Informal no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Economia do Setor Público. Universidade de Brasília, 2000.

RIBEIRO, R.N.; BUGARIN, M.N.S. **Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil**. Estudos Econômicos, v. 33, n. 3, 2003.

SABÓIA, J. Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise : 1980-1983. **Revista de Economia Política** , Vol. 6 nº 3, 1986.

SABOIA, J. **A Geração de Emprego Industrial nas Capitais e Interior do Brasil**. Brasília: SENAI, 2005.

- SANTOS, A. L. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise no final do século XX**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec; Recife, UFPE, 1978.
- SCHNEIDER, F.; ENSTE, D.K. **Shadow economies: size, causes and consequences**. Journal of Economic Literature, v. 38, 2000.
- SETHURAMAN, S. V. El sector urbano no formal: definición, medición identificay política. In: **Revista Internacional del Trabajo**, vol. 94, n.º 1, julho/ agosto, 1976
- SILVA, J. L.T *et al* . **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal**. Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Salvador, 2002.
- SOARES, F. V. **Some stylized facts of the informal sector in Brazil**. Texto para Discussão, n.1020, IPEA, 2004.
- SOUZA, P. R. C. **O problema ocupacional: o setor informal urbano**. In: SERRA, J. Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- TEIXEIRA, M.; PELATIERI, P. Terceirização e precarização do mercado de trabalho brasileiro. In: DAU, D.; RODRIGUES, I.; CONCEIÇÃO, J. (org). **Terceirização no Brasil: do discurso à precarização do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2009.
- TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. **Informal employment in Brazil – a Choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regresión approach**. Encontro Brasileiro de Econometria, Anais...SBE. 2002.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, CFCH, 2002.
- THEODORO, M. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 762).
- _____. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Brasília: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 919).
- TIRYAKI, G.F. **A Informalidade e as Flutuações na Atividade Econômica**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 97-125, janeiro-março 2008.
- TONELLI, F.; QUEIROZ, A.C. Trabalho e Sindicalismo no Governo Lula. In: **Os Anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Garamond, Rio de Janeiro, 2010.
- ULYSSEA, L. **Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Resenha da Literatura**. Texto para Discussão N° 1070. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M., **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. Cengage Learning, São Paulo, 2010.